



THALLYSSON ALVES FERREIRA ELISEU

***O impeachment* e Dilma Rousseff: uma análise das
representações sociais projetadas em editoriais do Jornal
Folha de São Paulo**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS:
TEORIA LITERÁRIA E CRÍTICA DA CULTURA**

São João del-Rei – MG

Agosto de 2017



THALLYSSON ALVES FERREIRA ELISEU

O *impeachment* e Dilma Rousseff: uma análise das representações sociais projetadas em editoriais do Jornal Folha de São Paulo

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Letras da Universidade Federal de São João del-Rei como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de Concentração:
Teoria Literária e Crítica da Cultura

Linha de Pesquisa:
Discurso e Representação Social
Orientador: Prof. Dr. Ivan Vasconcelos Figueiredo

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS:
TEORIA LITERÁRIA E CRÍTICA DA CULTURA**

**São João del-Rei – MG
Agosto de 2017**

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e familiares, por me apoiarem nesta longa caminhada que fiz até aqui.

Ao meu orientador, Ivan Vasconcelos Figueiredo, pela confiança e paciência e por compartilhar seus conhecimentos e experiências.

Ao Professor Luiz Ademir de Oliveira, por ter me dado a oportunidade, há alguns anos, de me enveredar pela pesquisa no meio acadêmico e me preparar para esta jornada; também, por ter disponibilizado suas aulas para meu estágio docente.

Ao Professor Paulo Henrique Caetano, por ter sido meu mentor para cursar este mestrado.

Aos professores do Programa de Mestrado em Letras da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), pelo conhecimento e incentivo dado nas aulas e nos vários encontros pelos corredores.

Ao Programa de Mestrado em Letras da UFSJ, por oferecer o curso e manter uma visão de integração de conhecimentos, o que permitiu que eu, formado em Comunicação Social, pudesse ter cursado o mestrado.

Aos secretários do Programa de Mestrado em Letras da UFSJ, Karina e Michel, que foram muito pacientes e solícitos para resolver questões de ordem administrativa.

À minha amiga Adriana Maria da Cunha, por ter sido minha “irmã mais velha”, compartilhando seus aprendizados, a fim de facilitar meu caminho.

Aos amigos da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação e da Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, pela força, carinho e solidariedade.

À Universidade Federal de São João del-Rei não só pelo auxílio financeiro, mas também por propiciar ensino gratuito e de qualidade.

*A favela nunca foi reduto de marginal
Ela só tem gente humilde marginalizada
e essa verdade não sai no jornal*

**Bezerra da Silva, em
“Eu sou favela”, 2004**

...

e quem paga o jornal?

É a propaganda,

pois nesse país

é o dinheiro que manda.

**Paulo Ricardo, em
“Alvorada Voraz”,
versão ao vivo 2002.**

RESUMO

A presente dissertação analisa como a Folha de São Paulo projeta representações sociais sobre Dilma Rousseff, o governo federal e o processo de impeachment que lhe afastou em 31 de agosto de 2016. O corpus é constituído por sete editoriais do jornal. Como hipótese, fora pressuposto que o veículo se manifestaria sobre os episódios dadas as suas relevâncias e que, como argumenta Venício de Lima (2006), ele o faria semelhante a um ator político. As representações projetadas pela Folha foram estudadas a partir dos preceitos da Análise Crítica do Discurso, conforme estabelecido por Fairclough (2003, 2016). Os trabalhos de Berger e Luckmann (2014) e Becker (2009) tiveram importância para fundamentar a perspectiva de que realidade é uma construção, feita e apresentada de acordo com os interesses e percepções dos sujeitos. Via de regra, os discursos são usados para isso, a fim de atribuir sentido ao mundo, sendo que a imprensa os reproduz para significar acontecimentos e criar versões de realidade. Assim, discutiu-se alguns de seus aspectos, como o poder simbólico, conceito oriundo de Bourdieu (2009) e tratado também por Thompson (1998); e sua capacidade de constituir uma esfera pública imaterial, noção trazida de Habermas (2008, 2014). Entende-se que as representações evocadas pela imprensa interferem na mediação que os veículos jornalísticos fazem entre os acontecimentos e o público, segundo interesses que nem sempre são os de todos.

Palavras-chave: imprensa; discurso; esfera pública; poder simbólico; *impeachment*; Dilma Rousseff.

ABSTRACT

This dissertation analyzes how the *Folha de São Paulo* projects social representations about Dilma Rousseff, the federal government and the process of impeachment that removed her on August 31, 2016. The *corpus* consists of seven editorials of the newspaper. As a hypothesis, it was assumed that the vehicle would manifest itself on the episodes given its relevance and that, as Venicio de Lima (2006) argues, it would make him similar to a political actor. The representations projected by *Folha* were studied from the precepts of Critical Discourse Analysis, as established by Fairclough (2003, 2016). The academic papers of Berger and Luckmann (2014) and Becker (2009) were important to base the perspective that reality is a construction, made and presented according to the interests and perceptions of the subjects. As a rule, discourses are used for this, in order to give meaning to the world, and the press reproduces them to signify events and create versions of reality. Thus, some of its aspects were discussed, such as symbolic power, a concept originating from Bourdieu (2009) and also treated by Thompson (1998); and the capacity to constitute an immaterial public sphere, brought back from Habermas (2008, 2014). It is understood that the representations evoked by the press interfere in the mediation that the journalistic vehicles make between the events and the public, according to interests that are not always the ones of all.

Keywords: press; discourse; public sphere; symbolic power; *impeachment*; Dilma Rousseff.

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 – Editorial “Cedo ou tarde demais”, da <i>Folha de São Paulo</i> , de 15 de março de 2015	115
ANEXO 2 – Editorial “Nas cordas”, da <i>Folha de São Paulo</i> , de 16 de março de 2015	116
ANEXO 3 – Editorial “O vício contra o vício”, da <i>Folha de São Paulo</i> , de 3 de dezembro de 2015	117
ANEXO 4 – Editorial “Recado Cabal”, da <i>Folha de São Paulo</i> , de 14 de março de 2016	118
ANEXO 5 – Editorial “Nem Dilma nem Temer”, da <i>Folha de São Paulo</i> , de 3 de abril de 2016	119
ANEXO 6 – Editorial “Decisão da Câmara”, da <i>Folha de São Paulo</i> , de 17 de abril de 2016	120
ANEXO 7 – Editorial “Governo Novo”, da <i>Folha de São Paulo</i> , de 1º de agosto de 2016	121
ANEXO 8 – Imagem da carta aberta publicada em 25 de abril de 1991 na capa da <i>Folha de São Paulo</i> , assinada por Otávio Frias Filho, diretor de redação do jornal, com críticas ao então presidente Fernando Collor de Melo e ao seu governo.....	122
ANEXO 9 – Imagem do pedido de renúncia a Fernando Collor, em carta aberta, publicado na capa da <i>Folha de São Paulo</i> , em 30 de junho de 1992	123

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Concepção tridimensional do discurso	30
FIGURA 2 – Modos de operação da ideologia	33

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Formas de poder	47
TABELA 2 – Tipos de processo representacionais	64
TABELA 3 – Processos destacados do editorial “Cedo ou tarde demais”	69
TABELA 4 – Processos destacados do editorial “Nas cordas”	74
TABELA 5 – Processos destacados do editorial “O vício contra o vício”	78
TABELA 6 – Processos destacados do editorial “Recado Cabal”	82
TABELA 7 – Processos destacados do editorial “Nem Dilma nem Temer”	87
TABELA 8 – Processos destacados do editorial “Decisão da Câmara”	92
TABELA 9 – Processos destacados do editorial “Governo novo”	96
TABELA 10 – Incidência de processos nos editoriais	100

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 – REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E DISCURSO	15
1.1 Representação da sociedade.....	16
1.2 Discurso	25
1.3 Considerações.....	36
CAPÍTULO 2 – DISCURSO DA IMPRENSA E SOCIEDADE	37
2.1 Discurso da imprensa.....	37
2.2 A centralidade da imprensa na esfera social.....	41
2.3 Imprensa e esfera pública.....	51
2.4 Considerações	57
CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DOS EDITORIAIS	60
3.1 Análise das avaliações e formas de representação projetadas pela Folha de São Paulo.....	62
3.2 Considerações sobre as análises.....	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS	111
MATERIAIS DE ANÁLISE	113
ANEXOS	114

INTRODUÇÃO

Nas sociedades ocidentais, são recorrentes as concepções de que os órgãos de imprensa têm o dever de manter as pessoas informadas sobre os acontecimentos¹ e as informações devem estar calcadas na verdade e no interesse público. Por exemplo, o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, em seu inciso primeiro do artigo segundo, diz o seguinte: “a divulgação da informação precisa e correta é dever dos meios de comunicação e deve ser cumprida independentemente da linha política de seus proprietários e/ou diretores ou da natureza econômica de suas empresas” (FENAJ, 2007).

Ora, se a prática jornalística fosse apenas um meio de informar as pessoas, pautada sempre pela precisão, ter-se-ia que o jornalismo nada mais seria do que um espelho da realidade dos fatos. Partir-se-ia de um rigor metafísico de que há apenas uma verdade e que, por isso, todos os jornais contariam a mesma coisa: estaria aí a objetividade jornalística. No entanto, como é discutido nesta dissertação, os meios de comunicação não são imparciais.

O presente trabalho, então, buscou apresentar como atuou certo órgão de imprensa em um acontecimento importante: o caso do impedimento de Dilma Rousseff em 31 de agosto de 2016. Após vencer as eleições presidenciais por uma vantagem relativamente pequena, com 51,64% dos votos válidos contra 48,36% de Aécio Neves (PSDB), já no primeiro ano de seu segundo mandato, Dilma Rousseff (PT) foi alvo de críticas por parte da população. Por marco, foi o dia 15 de março de 2015 quando foram registradas manifestações em várias capitais do País contra a presidenta.

Sem ter apoio do Congresso Nacional, em dezembro de 2015, foi aceito na Câmara dos Deputados o seu pedido de *impeachment*, que, votado em 17 de abril de 2016, acabou por acatá-lo. Também, em março de 2016, novas manifestações foram registradas em favor do afastamento da petista.

Fora pressuposto que o jornal *Folha de São Paulo* se manifestaria sobre o episódio, dada a sua relevância, e que se comportaria semelhante a um ator político. A partir disso, desenvolveu-se o interesse de verificar como o jornal, a partir de seus

¹ O emprego do termo acontecimento nessa pesquisa não se refere ao conceito enquanto campo de mediação, mas ao uso cotidiano.

editoriais, se posicionou frente a esses acontecimentos e quais foram as representações por ele projetadas sobre Dilma Rousseff, seu governo e o *impeachment*.

A escolha dos editoriais da Folha de São Paulo para a composição do corpus de pesquisa deve-se ao fato de ela ser um dos principais veículos jornalísticos brasileiros, possuindo a maior tiragem e circulação entre os diários nacionais de interesse geral, segundo o Instituto Verificador de Circulação (IVC): a média de circulação, em agosto de 2015, foi de 320.741 exemplares por dia.

Já o motivo de estudar especificamente os editoriais, e não as reportagens, por exemplo, se explica por eles constituírem o gênero jornalístico em que o veículo midiático expõe sua opinião sobre os temas por ele escolhidos como apropriados para sua apreciação (MELO *et al.*, 2012). O editorial tem como característica ser o espaço em que os órgãos de imprensa expressam de forma suas posições. Há, de certa forma, uma cisão: se nas notícias ou reportagens o objetivo seria levar informação, o editorial o deslocaria para apresentação das opiniões dos jornais. Assim, é feita uma distinção para o leitor, de que nos editoriais ele encontrará o posicionamento do jornal, enquanto que no restante do que foi publicado estará a cobertura noticiosa de acontecimentos com a principal meta de informar.

A presente pesquisa estabelece um recorte temático, considerando – para a análise – somente os textos que se detinham ao processo de *impeachment*, com o critério de que seriam investigados os editoriais que se relacionassem a acontecimentos importantes, os quais levaram à efetivação do processo de *impeachment* ou que o tivessem como principal assunto.

Diante dos editoriais selecionados, foram analisados os seus significados representacional e identificacional, conforme proposto por Norman Fairclough (2003), seguindo a linha da Análise de Discurso Crítica. Entendeu-se que o representacional permitiria verificar qual foi a representação de mundo construída pelo jornal e o identificacional por demonstrar como foram identificados Dilma Rousseff, seu governo e o *impeachment*.

Considerou-se importante realizar esta pesquisa pela compreensão de que a imprensa não é imparcial. Ela constrói narrativas sobre os acontecimentos de uma posição central na sociedade dado seu capital simbólico e capacidade de atingir os públicos em larga escala. Assim, viu-se relevância na questão de como se posicionou

um órgão jornalístico diante de uma ruptura da regularidade na governabilidade da gestão Dilma.

Partiu-se do princípio de reconhecer que o jornalismo serve de mediação para outros campos sociais, mas que em si mesmo possui um funcionamento autônomo. Daí, o interesse em estudar como esse jornal específico se posicionou em seus editoriais. A intenção de descrever como os editoriais projetaram representações sobre Dilma, seu governo e o *impeachment* não permite generalizar toda a *Folha de São Paulo*. O comportamento dela pode ser diferente do encontrado aqui em situações e contextos diferentes.

Assim, uma descrição do que ocorreu na referida circunstância poderá ser comparada a outros cenários. A produção de estudos científicos, como o que se tem aqui, possibilitará que futuros trabalhos comparem e avaliem o desenvolvimento da imprensa em diferentes épocas e situações. Com isso, podem ser produzidos novos conhecimentos, além de comparar os fenômenos brasileiros aos relatados em âmbito internacional, bem como estabelecer um quadro histórico da interface entre jornalismo e sociedade.

Em 1822, ano em que se inaugurou a imprensa, não saberíamos os rumos tomados por ela no Brasil, mas hoje podem ser estabelecidos parâmetros dos jornais daquele ano até a nossa época. Não é possível prever os rumos do jornalismo atualmente. Porém, as pesquisas em diferentes momentos e com outras abordagens possibilitarão um entendimento do desenvolvimento da imprensa, possibilitando o avanço do conhecimento científico nessa esfera.

É esperado também que, além do direcionamento dos resultados desta pesquisa para fins acadêmicos, esta dissertação seja útil para uso da população, por servir como base para discussões sobre como atua o jornalismo, dando evidências de que ele nem sempre atende ao interesse público, para fortalecer os movimentos em torno da democratização dos meios de comunicação.

O primeiro capítulo apresenta como o conceito de realidade foi entendido aqui e a noção central de discurso utilizada tanto para sustentar teoricamente este trabalho como também para fornecer a metodologia empregada para as análises.

O segundo capítulo traz a desconstrução da noção “romantizada” do jornalismo de que ele atua sempre pautado pelo interesse público e perspectivas teóricas sobre ele encontradas na academia. Também, são apresentados os motivos pelos quais se considera que a imprensa possui uma posição privilegiada na sociedade e

considerações de sua mediação entre os centros de poder e os setores periféricos da sociedade.

O terceiro e último capítulo conta com a descrição de qual foi o procedimento metodológico adotado, bem como as análises e as interpretações feitas. Ele é seguido das considerações finais acerca desta dissertação.

Ao fim da leitura, espera-se que se tenha percebido como a *Folha de São Paulo* construiu sua narrativa sobre o episódio estudado e como o estudo disso é válido para a melhor compreensão de que os órgãos de imprensa podem se articular como atores políticos, interferindo diretamente na mediação que eles fazem entre os acontecimentos e o público.

CAPÍTULO 1 – REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E DISCURSO

Este primeiro capítulo apresenta as concepções de representação social e discurso adotadas neste trabalho. Apontar isso se faz fundamental para a presente dissertação, uma vez que é por meio delas que se possibilita um percurso analítico acerca dos editoriais do jornal *Folha de São Paulo* sobre Dilma Rousseff e o *impeachment*.

Em linhas gerais, entende-se aqui a inexistência de uma “realidade pura” que independe da atividade humana, fazendo com que o modo de ser e estar no mundo perpassa pelos sujeitos e, com isso, esteja interligado com as dinâmicas e jogos de linguagem. Com essa premissa, derivam-se outras duas. A primeira é a de que, se não há uma realidade desse tipo, o que então se entende por realidade é uma abstração humana sobre o que existe à sua volta, para lhe conferir sentido e ordenamento.

Diz-se abstração humana, porque a realidade não existe concretamente, mas ela é o que as pessoas percebem ao seu redor e entendem como tendo uma existência independente a elas. São os humanos que inventaram o conceito de realidade, por isso ela só existe devido à existência e percepção humanas. As circunstâncias específicas de cada pessoa afetarão como será sua visão de mundo, deixando que cada uma conceba sua própria realidade a partir de suas experiências e conhecimento obtido. A inspiração desse pensamento está na seguinte declaração: “A vida cotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente” (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 35).

A segunda premissa é a de que se a realidade é uma abstração. Existem muitas, apresentadas no e pelo discurso; ou seja, pela linguagem. Isso se baseou no argumento de Fairclough (2016) de que o discurso constitui e constrói o mundo em seu significado.

Tais asserções são essenciais para esta dissertação. Relacionando-as ao objeto de pesquisa, tem-se o seguinte: todos os acontecimentos que culminaram no *impeachment* de Dilma vieram da ação humana, mais especificamente de construções linguageiras. Essa ação compôs, então, uma realidade discursivamente criada com efeitos de veracidade. Ao se considerar que mídia e sociedade exercem retroalimentações e (re)construções de sentidos acerca do mundo e objetos, os

editoriais da imprensa brasileira, *corpus* desta pesquisa, também participaram da (re)construção da realidade que permeou o *impeachment*.

Desse modo, cabe ressaltar que os editoriais sozinhos ou acompanhados de outros produtos jornalísticos não foram os únicos responsáveis pelo *impeachment* de Dilma, apesar de serem dotados de poder simbólico e capacidade de disseminação de discursos em larga escala, o que lhes assegura uma posição relativamente privilegiada na arena discursiva. Assim, em um grande emaranhado de relações sociais, eles possuíram um papel fundamental, porém não determinante.

No recorte da presente pesquisa, do tecido social, foram isolados alguns editoriais para verificar como eles representaram Dilma e o *impeachment*. As considerações sobre eles auxiliam, principalmente, para discussões sobre o papel desempenhado pela imprensa.

A seguir, discutem-se as noções de representação da sociedade por meio de autores como Becker (2009) e Berger e Luckmann (2014).

1.1 Representação da sociedade

O objetivo desta seção é apresentar ao leitor os argumentos que fundamentaram a hipótese de que a *Folha de São Paulo*, ao tratar do *impeachment* em seus editoriais, fez uma representação social e que esta serviu para construir uma certa realidade dos acontecimentos. Primeiramente, cabem alguns esclarecimentos sobre o uso do termo realidade feito aqui.

Como dito, não existe uma realidade pura independente da ação humana. Trata-se de uma construção dada a partir das relações interpessoais, das formações de instituições e da produção de sentidos e conhecimentos. Estes três fatores (relações entre sujeitos, instituições e conhecimento armazenado e transmitido) são elementos indispensáveis a qualquer organização social e todos eles dependem da ação humana.

Os sujeitos, desde o nascimento, veem-se participantes de ambientes culturais, os quais interferem em suas formações e papéis sociais, bem como nas visões de ser e estar no mundo, herdados de gerações anteriores. Então, a percepção dos sujeitos sobre a realidade está atrelada às circunstâncias que a envolvem; aos acontecimentos que, para ela, teriam algum valor. A sua noção da relação que possui com outras pessoas, com as instituições e com as demais práticas sociais cria o efeito de que

aquilo é realidade. Contudo, tal visão sustenta-se em uma construção discursiva, tornando o ambiente objetivo e concreto.

Além do que, toda a estrutura que permitiu o afastamento da presidenta, como as leis, os ritos e o Congresso Nacional, não apareceu aleatoriamente ou por força do destino: foi a ação de sujeitos que tornou isso possível. Sendo assim, é presumível que o *impeachment* e as condições que o tornaram possível foram frutos de uma construção social, os quais, ao sujeito, se apresentaram como realidade. Essa suposta realidade veio da organização social presente e de seu desenvolvimento. Isso torna admissível pensar que realidade e sociedade não são herméticas nem estáticas.

Esse ponto é crucial, pois abre margem à perspectiva de que as coisas são passíveis de mudança. Se é dito que a realidade é uma construção social que envolve a percepção do sujeito sobre o que lhe é exterior e as ações humanas que ocorrem no ambiente, o mesmo sujeito que presenciou o afastamento de Dilma poderia atuar para extinguir as condições que tornariam um novo *impeachment* provável, mudando, assim, as condições que seriam percebidas como realidade, futuramente, por outras pessoas que venham a nascer. É claro que não se trata de ações isoladas. Foi feita aqui uma generalização ao se falar do sujeito. Todas as mudanças são em razão de movimentos conjuntos pela interação entre as pessoas.

Esse foi apenas um exemplo que passa longe de ser uma probabilidade real e apenas se refere a uma eventual possibilidade. A ação dos sujeitos e suas margens de manobra não são capazes de alterar a realidade dada a qualquer instante e com facilidade na medida em que jogos de poder os oprimem e restringem suas ações. Enfim, não é tão simples mudar o mundo e as coisas só porque se considera que a realidade é construída.

Além disso, há de se levar em conta o que dizem Berger e Luckmann (2014, p. 85) sobre a relação entre homem e mundo:

[...] é importante acentuar que a relação entre o homem, o produtor, e o mundo social, produto dele, é e permanece sendo uma relação dialética, isto é, o homem (evidentemente não o homem isolado, mas em coletividade) e seu mundo social atuam reciprocamente um sobre o outro.

Por se tratar de uma relação dialética, há, por parte do sujeito, uma interpretação sobre o mundo à sua volta. O modo de ser e estar na sociedade tendem a influir em sua percepção. Dessa forma, entende-se que seja mais adequado o termo

“noção de realidade” do que realidade, já que essa última é a forma como a pessoa percebe sua relação com o contexto em que está inserida, e não uma situação concreta e objetiva. Como a realidade é uma construção, não existe uma, mas várias, dependendo das situações sócio-históricas, que se consolidam no processo de percepção e interiorização de cada pessoa. Por isso, tem-se o emprego do termo “noção de realidade”, a fim de denotar que cada pessoa perceberá sua própria realidade, pois, existindo variadas construções sociais, a apreensão individual não será homogênea e, assim, se formarão noções distintas para cada sujeito.

Contudo, há um jogo de interesses para que se pareça que exista apenas um mundo possível. “Entre as múltiplas realidades, há uma que se apresenta como realidade por excelência. É a realidade da vida cotidiana” (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 38). Essa realidade da vida cotidiana seria o lugar de tensão onde diferentes sujeitos atuam para criar uma interseção entre as várias noções de realidade construídas por eles. Tal interseção permitiria a instauração de determinada estabilidade sobre as noções partilhadas pelos sujeitos, na medida em que reconstrói e reforça as visões que circulam socialmente, permitindo a sua “sobrevivência” na disputa pelos sentidos. No caso do *impeachment* no Brasil, a percepção de transparência da realidade da vida cotidiana tem ainda como alicerce a reverberação e a retomada de sentidos partilhados, os quais podem coadunar com as percepções individuais.

A realidade por excelência, da qual compartilham outras noções de realidade, seria uma noção de realidade privilegiada por ela ter importância e ser reconhecida socialmente. Tal noção privilegiada não seria de uma pessoa específica, mas de um setor da sociedade e que possuísse os meios para lhe conferir boa visibilidade.

Haveria o conflito por qual seria essa realidade por excelência pelo fato de ela se constituir fonte balizadora para as demais noções de realidade. Sobre o *impeachment* de Dilma, viu-se que o caso foi ponto de tensão na sociedade brasileira. A construção da realidade não se dá sempre de maneira harmoniosa. Essa construção ocorre pelo conflito, uma vez que a sociedade não é homogênea. Uma noção de realidade se antagoniza a outra e “quem tem a vara mais comprida tem maior probabilidade de impor suas definições de realidade” (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 143). Logo, a realidade por excelência (tal qual afirmam Berger e Luckmann, 2014) é uma disputa em convencer que determinada noção é a realidade que corresponde à vida cotidiana.

Ao se propor analisar os editoriais, teve-se em mente que o posicionamento do jornal *Folha de São Paulo* não trouxe acesso ou obstrução diretos à realidade. Antes disso, foi uma narrativa que buscou construir uma realidade objetiva. Partiu-se do ponto de tensão: de saber que o jornal, em meio a um conflito, formulou uma posição com intuito de gerar um efeito de objetividade e veracidade. Considerou-se, aqui, que o discurso da imprensa é um dos que tece noções de realidade para servir de base para que outras noções se formem a partir dele. Dito de outra maneira, o jornalismo trabalha, a fim de ser uma das fontes para conhecimento de mundo e percepções da realidade, as quais podem fundamentar as opiniões e julgamentos.

Entendeu-se que a apresentação feita pelos editoriais era apenas uma possibilidade dentre muitas para se referir ao *impeachment*. Ademais, que todos os acontecimentos que culminaram no afastamento de Dilma Rousseff não foram de uma ordem natural predeterminada, a qual seria inevitável. Porém, assim como foram construídos pela ação do homem, outras circunstâncias também poderiam ter sido criadas a partir da atividade humana, resultando em outra situação. A apresentação de uma realidade objetiva procurada pela *Folha* em seus editoriais não é exclusiva dela, pois outros órgãos de imprensa e atores sociais também trabalham nesse sentido para conseguirem impor sua visão de mundo como algo natural que não foi passível de construção. Com base no que a imprensa enuncia, é possível identificar o movimento de construção feito pelo jornal e perceber que ali está o seu posicionamento.

Nada da sociedade se constituiu alheia aos homens. Porém, isso não aparece explicitamente. No início desta sessão, foi dito que, ao nascer, o sujeito já está inserido em uma formação social. Ele não presenciou os eventos que culminaram no ordenamento social o qual vivencia. Mesmo assim, ele precisa assimilar a sua relação com as outras pessoas e convenções sociais, o que lhe faz pensar que aquilo é uma realidade que sempre existiu. Esse fato é responsável pelo efeito de que há uma realidade objetiva. A noção que ele forma sobre a realidade, necessária para interagir com o mundo à sua volta, despercebe, inicialmente, a construção que anteriormente ocorreu. Apenas após seu desenvolvimento é que o sujeito pode se virar para trás e considerar os fatores que resultaram na sua situação presente.

Entretanto, como afirmam Berger e Luckmann (2014, p. 83, grifo do autor), “só desta maneira *como* mundo objetivo, as formações sociais podem ser transmitidas a uma nova geração”. Para os sujeitos, é preciso que haja coerência sobre o que os

cerca. Inclusive para o desenvolvimento da criança até a fase adulta, é salutar que o mundo apareça como objetivo, pois só, assim, ela pode avançar no que foi deixado pelas gerações anteriores. Caso não houvesse tal objetividade acerca do mundo, todos partiriam do zero e não herdariam o conhecimento produzido e a cultura de sua sociedade.

É interessante também o seguinte pensamento de Berger e Luckmann (2014, p. 119):

A objetividade do mundo social significa que este faz frente ao homem como algo situado fora dele. A questão decisiva consiste em saber se o homem ainda conserva a noção de que, embora objetivado, o mundo social foi feito pelos homens, e, portanto, pode ser refeito por eles.

Para a transmissão das formações culturais de uma geração para outra ou de um grupo para outro, faz-se necessário que o mundo apareça objetivado. Todavia, é importante que isso não se mantenha de forma permanente para os sujeitos. Entretanto, na luta pela imposição das noções de realidade, há a tendência de transmitir às pessoas algo sempre como objetivo. Nesta dissertação, pressupôs-se que os editoriais do jornal *Folha de São Paulo* procuraram produzir um efeito de objetividade ao apresentarem a sua visão de qual era a realidade sobre os acontecimentos.

A proposta construtivista de Berger e Luckmann (2014), embora não esclareça como ocorre a relação de que modo se relacionam as diferentes realidades concebidas por cada pessoa, tem o mérito de apontar que o mundo social é uma construção e é passível de mudança. Isso fornece a perspectiva de que não existe uma realidade pura e que, por isso, não se poderia pensar que os editoriais da *Folha* teriam como fornecer acesso a ela, nem tampouco privar as pessoas disso. O que apenas o jornal poderia fazer era passar sua noção de realidade construída por ele.

O conceito usado pelos autores de realidade pode se tornar confuso por dizer que há uma realidade que se distingue: a da vida cotidiana. Ela faz remeter à existência de uma realidade objetiva e pura, a qual eles negam. Porém, ao afirmarem que esta seria construída socialmente, para ter efeito, ela deveria afetar os sujeitos, a fim de eles a terem como referencial para lidar com o que está à sua volta. Berger e Luckmann (2014) chegam até a descrever como se daria a socialização dos sujeitos mediante essa realidade da vida cotidiana. No entanto, como as socializações

ocorrem de formas diferentes para cada pessoa, o ponto de interseção em que as diversas noções de realidade convergiriam é impossível de ser demarcado. O próprio entendimento de que há uma construção social pressupõe algo dinâmico, deixando que a definição de “realidade por excelência, a da vida cotidiana” (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 38), fique mais para um plano ideal do que pragmático².

Por isso, sem descartar o paradigma construtivista de Berger e Luckmann (2014), é possível, além de noções de realidades, pensar em representações da sociedade. Esse termo deriva do trabalho de Becker (2009, p. 16): “Uma representação da sociedade é algo que alguém nos conta sobre algum aspecto da vida social”. Assim, cabe dizer que os editoriais do jornal *Folha de São Paulo* fizeram uma representação da sociedade. Como diz Becker (2009, p. 30), a representação “é necessariamente parcial”.

Pode-se dizer que a *Folha* não apenas expôs sua percepção sobre os acontecimentos decorrentes, mas fez uma representação deles, selecionando apenas aquilo que lhe era conveniente. Retomando a perspectiva construtivista, infere-se que a representação do jornal buscou criar uma realidade objetiva. Aqui, entende-se como a noção de realidade é construída socialmente por representações da sociedade.

Becker (2009, p. 30-36) lista quatro processos para que haja uma representação: seleção, tradução, arranjo e interpretação. No caso estudado, a *Folha de São Paulo* selecionou, dos acontecimentos sobre o *impeachment*, aqueles que ela julgou relevante. Após isso, produziu uma reconstrução de sentidos, em que os acontecimentos foram enquadrados dentro do gênero jornalístico “editorial”. Por isso, na etapa do arranjo, o veículo atribuiu sentido e organizou a lógica daquilo que se tinha sido selecionado.

Todavia, todas essas três etapas são inúteis se não houver quem as interprete. Na interpretação é que a representação se realiza. Becker (2009) faz uma distinção entre produtores e usuários no processo de representação social. Cabe ao primeiro grupo realizar a seleção, tradução e arranjo; já aos usuários, a interpretação. Uma ressalva sobre o pensamento de Becker é que ele vê uma relação harmoniosa entre

² Outras considerações feitas ao trabalho de Berger e Luckmann (2014) podem ser encontradas em Merton (1970). Elas não foram trazidas aqui, pois se desdobram em campos específicos sobre o conhecimento da sociologia e sua episteme, que, para a finalidade do presente trabalho, não trariam contribuição.

Embora o ano de referência do trabalho de Berger e Luckmann seja 2014, cuja versão foi consultada, a publicação original ocorreu em 1966.

produtores e usuários como se os últimos fossem clientes. De fato, para a vivência em sociedade, as pessoas necessitam saber dos acontecimentos.

Cabe pontuar, neste escopo, a centralidade da mídia na sociedade, a qual impede relações horizontais entre emissores e receptores. As produções de representação nem sempre satisfarão todos os anseios dos receptores. Como dito, toda representação é parcial e está em jogo a tentativa de imposição de sentidos na esfera social.

Não se pode excluir que os produtores possuem interesses; por isso, sua seleção e reconstrução de sentidos sempre tenderão a determinados pontos de vista em detrimento de outros. Por exemplo, considere-se um dos editoriais que são objeto de análise. Com o título “Nem Dilma nem Temer”, publicado em 3 de abril de 2016, a *Folha de São Paulo* se manifestou da seguinte forma: “A presidente Dilma Rousseff (PT) perdeu as condições de governar o país”. Indo além, ela pediu a renúncia da, até então, presidenta.

É nítido que não há neutralidade nessa representação feita pelo jornal. O que torna isso interessante é que só foi uma representação por haver quem a interpretasse. Percebe-se que a *Folha* expôs sua noção de realidade para que esta fosse entendida como realidade objetiva. É claro que isso não agradou a todos os usuários, mostrando que a relação entre produtores e usuários não é harmônica.

Além disso, a posição entre produtor e usuário não é estática. Becker (2009) prevê a alternância desses papéis, mas de uma maneira limitada. No caso estudado, a *Folha* ficaria como produtora e os usuários seriam produtores ao fazerem uma nova representação que não retornaria ao jornal. Desse modo, o fluxo que parte dela seria unidirecional. Entretanto, como será tratado mais adiante, entende-se que a alternância de papéis pode ocorrer referente ao mesmo processo caso os usuários se contrapusessem à representação do jornal e ele tivesse de interpretar tal contraposição. De fato, essa é uma questão chave, pois o mundo que aparece objetivado naturalizou a imprensa como fonte de informação, guarnecendo sua posição de produtora. Porém, outros setores da sociedade precisam ter voz e suas representações sobre o mundo levadas tão a sério como as veiculadas nos jornais.

De qualquer forma, a visão de Becker (2009)³ permite estender a percepção construtivista de Berger e Luckmann (2014) por deixar em evidência o processo de interpretação. Ao colocar que as representações só existem se houver quem as interprete, as ações humanas que resultam em efeitos no cotidiano têm de ser entendidas como processo que passa obrigatoriamente pela interpretação dos sujeitos, provocando estas outras ações. Nessa acepção, encontra-se a dialética entre homem e mundo. Confrontada com a formação social em que está inserido e por meio das representações que lhe são apresentadas, o sujeito as interpreta para depois atuar como reconstrutor do mundo. Ele pode concordar ou não com algumas coisas e, a partir de sua percepção, sugerir modificações em seu ambiente.

Propõe-se que não há uma realidade, mas um efeito de realidade objetiva projetado por meio das representações sociais, condicionadas aos processos de emissão e recepção dos sentidos.

Becker (2009) atenta que, entre a comunidade dos interpretantes, as pessoas avaliam se as representações oferecidas são boas o suficiente. Dessa forma, elas, baseadas em suas experiências pessoais, conhecimento adquirido e relacionamento com outros, cravam se determinada representação é aceitável ou não. Por isso, as representações feitas nos editoriais da *Folha de São Paulo* poderiam ser aceitas e contestadas pelas pessoas que tivessem acesso a elas.

Em sua obra, Becker (2009) afirma que as representações podem ser produzidas de diferentes formas: cinema, fotografia, obras escritas etc. Porém, todas elas não surgiram ao acaso e dependem de um acontecimento anterior à sua existência. Berger e Luckmann (2014) indicam qual é esse acontecimento, essencial para a construção do mundo: a interação social, na relação face a face, pois dela derivam todas as demais coisas da sociedade. Essa interação ocorre apenas pela linguagem. Sem ela, é impossível pensar como as pessoas lidariam entre si. Eles argumentam que “a linguagem é o mais importante sistema de sinais da sociedade humana” (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 55).

O que se quer destacar é que esses autores reconhecem que a linguagem é de alta relevância para a constituição da sociedade humana. Além de viabilizar a

³ Como mencionado na nota anterior, embora a versão consultada seja a de 2014, o trabalho de Berger e Luckmann teve sua primeira publicação em 1966. Por isso, as considerações de Becker, feitas após 1966, foram trazidas no texto como posteriores ao que escreveram Berger e Luckmann.

interação face a face, ela permite transcender o “aqui e agora” (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 58).

Um exemplo é o *impeachment* de Dilma Rousseff: o episódio aconteceu longe da relação espaço-tempo (aqui e agora) de muitas pessoas. Do aqui⁴, porque nem todos podiam estar presentes onde os eventos transcorriam. Do agora, porque, para certa parte da sociedade, ele é contemporâneo. Mas, com certeza, ele trará impacto ao contexto em que viverão pessoas no futuro.

Além de tornar possível que a pessoa tenha acesso a coisas que nem sempre estariam espacial, temporal e socialmente presentes (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 58), a linguagem ainda é fundamental em outro nível. Anteriormente, foi dito que o mundo aparece objetivado e é a linguagem que lhe permite parecer assim. “As objetivações comuns da vida cotidiana são mantidas primordialmente pela significação linguística. A vida cotidiana é, sobretudo, a vida com a linguagem, e por meio dela, de que participo com meus semelhantes”, dizem Berger e Luckmann (2014, p. 55).

De fato, é a linguagem que cristaliza a ordem social, porque é a “base e o instrumento do acervo coletivo do conhecimento [...] e é o meio mais importante pelo qual as sedimentações objetivadas são transmitidas na tradição da coletividade” (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 93). Desse modo, as formações sociais objetivadas são transmitidas pela linguagem. Quer pela história contada oralmente, quer por documentos ou obras artísticas, apenas se tem acesso ao que existia antes do nascimento da pessoa pela linguagem, e só se deixará mudanças na ordem social se houver ação humana, que, por sua vez, depende em muito da linguagem.

A própria inserção de uma pessoa no mundo social compartilhado pelos outros acontece quando ela apreende a linguagem. Isso porque, somente assim, ela conseguirá interagir com os outros e ter acesso à vida cotidiana. De fato, a linguagem “constitui o mais importante conteúdo e o mais importante instrumento de socialização” e “por meio dela, vários esquemas motivacionais e interpretativos são interiorizados com valor institucional definido” (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 173, 175).

Para as representações sociais, a linguagem se faz indispensável. A etapa de tradução elencada por Becker (2009) está justamente ligada à linguagem, pois a

⁴ Sobre a transcendência do aqui e agora, o segundo capítulo explica como isso ocorre pela quase interação mediada (THOMPSON, 1998).

seleção feita dos fatos pode ser passada adiante apenas por um meio acessível aos outros. Diz-se que os comentários feitos pelos editoriais sobre os acontecimentos unicamente poderiam ser compartilhados pela linguagem. Por isso, ela é tida como fundamental.

Em suma, a discussão sobre representação da sociedade e construção de realidade evidenciam que a forma de atuação do jornalismo contribui para gerar o efeito de realidade objetiva. Assim, é possível chegar à asserção de que ele participa na moldura do mundo social e por isso merece ser estudado.

1.2 Discurso

A seguir, são apresentadas considerações que tanto foram significativas para o embasamento desta dissertação quanto também estabeleceram os princípios da metodologia de análise dos editoriais do jornal *Folha de São Paulo*. Trata-se da Análise de Discurso Crítica (ADC), cujo termo foi cunhado pelo linguista britânico Norman Fairclough, da Universidade de Lancaster, em um artigo publicado em 1985 no periódico *Journal of Pragmatics*” (RESENDE; RAMALHO, 2016, p. 20).

A primeira seção do capítulo apontou que a linguagem é importante para a construção social da realidade. Sendo assim, note-se o seguinte argumento de Norman Fairclough (2016, p. 95): “O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado”. Como tratado mais a frente, o discurso é a linguagem em ação, uma prática social. Nessa mirada, as visões dos autores Fairclough, Berger e Luckmann podem auxiliar no entendimento de que o mundo social é resultado da ação humana e não está ali por si só. Todavia, há um ponto a ser esclarecido. Fairclough (2003) sugere que a perspectiva social construtivista seja vista com comedimento. Isso porque ele entende a perspectiva de construção social mais idealista do que realista, pois ela não considera a influência que as instituições e outras condições sociais podem exercer, limitando as possibilidades de construção. Veja o seguinte argumento:

Nós podemos textualmente interpretar (representar, imaginar etc.) o mundo social de formas particulares, mas se nossas representações ou interpretações têm o efeito de mudar a construção da realidade social, isso depende de vários fatores contextuais – incluindo a

maneira como a realidade social já é, quem está construindo-a, e assim por diante (FAIRCLOUGH, 2003, p. 8-9).⁵

Apesar de o mundo social ser resultado da construção humana, isso não implica necessariamente que é possível alterá-lo radicalmente ou instaurar uma ruptura de imediato por vontade de apenas uma pessoa ou setor da sociedade.

Pode ser lembrado o que disseram Berger e Luckmann (2014) de que quem tem a vara mais comprida tem também mais chances de impor a realidade que lhe convém. Ou seja, nos jogos de interesse sobre qual construção deve ser considerada a realidade objetiva do mundo, quem tem mais poder terá vantagens em apresentar a sua visão de mundo como sendo a única possível em detrimento de outras, a fim de que relações de dominação permaneçam cristalizadas como se não houvesse alternativa. Entende-se, então, o que defende Fairclough (2003): há construção sim, porém não de forma livre a qualquer modo, pois muitas variáveis estão envolvidas, especialmente aquelas que abrangem poder.

As posições entre os autores divergiram, pois suas propostas são diferentes. Berger e Luckmann se preocuparam em explicar como se forma a ordem social e usaram uma abordagem sociológica. Por sua vez, Fairclough veio da Linguística e se interessou sobre as mudanças sociais e sua relação com o discurso.

Berger e Luckmann (2014) têm como mais imprescindível a sociedade enquanto construção, observando os requisitos básicos para a formação de uma civilização e ressaltando em sua obra os mecanismos usados para lhe garantir existência, como institucionalização e legitimação para manutenção da ordem, bem como os conflitos gerados por tais mecanismos.

Já sobre Fairclough, pode-se dizer que seu interesse é, reconhecendo como está a situação, estudar as mudanças que estão acontecendo. Ao cunhar o termo “Análise de Discurso Crítica”, o autor entende que ela é crítica não por apenas comentar acontecimentos. A crítica está no fato de reconhecer o estado em que se está e entender que ele não é o único possível (RESENDE; RAMALHO, 2016). Nesse aspecto, há uma similaridade com Berger e Luckmann (2014, p. 119) quando eles disseram: “A questão decisiva consiste em saber se o homem ainda conserva a noção

⁵ “We may textually construe (represent, imagine, etc.) the social world in particular ways, but whether our representations or construals have the effect of changing its construction depends upon various contextual factors – including the way social reality already is, who is construing it, and so forth”.

de que, embora objetivado, o mundo social foi feito pelos homens e, portanto, pode ser refeito por eles”.

Nesse entendimento, os estudos de Foucault (1996, 2005) exerceram grande influência sobre o pensamento de Fairclough, principalmente nas percepções de que as mudanças sociais estariam relacionadas a alterações discursivas e de que o discurso é constituinte do social e possui uma relação muito estreita com o poder.

O discurso, para Foucault (2005), se relaciona ao que ele chamou de formação discursiva: uma regularidade da ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações dos enunciados. Logo, discurso seria o conjunto de enunciados pertencentes a mesma formação. Enunciado, de forma simples, refere-se a uma frase qualquer que, no entanto, está situada em determinado contexto. A preocupação com o contexto é o que serve para caracterizar o enunciado, já que esse não é uma frase sozinha lançada ao vento, mas precisa de uma situação para estar inserido. Somente pela situação é que uma frase se torna um enunciado por assim ganhar sentido. Uma simples exclamação “Nem Dilma nem Temer!” não significa nada. Apenas quando indicado o contexto social em que ela foi declarada é que tal exclamação se torna relevante para o entendimento do que ela quer dizer.

A diferenciação entre frase e enunciado é importante por demonstrar que os dizeres não devem ser considerados isoladamente. A referida exclamação pode, em certo momento, ser um pedido de renúncia, uma ironia ou simples manifestação de preferência. Por poder ocorrer mais de uma vez é que tal declaração passa de uma simples frase para um enunciado. O enunciado sempre é passível de repetição, por isso desprende-se de sua situação original e pode receber uma conotação diferente daquela recebida inicialmente.

Ao dizer que enunciados pertencentes a uma mesma formação constituem o discurso, Foucault quer chamar a atenção para as condições que permitem ou não eles aparecerem. O enunciado “Nem Dilma nem Temer” como pedido de renúncia só pode ser publicado em um editorial da *Folha de São Paulo*, porque o contexto é o de permitir o que se chama de liberdade de imprensa. Outros enunciados que se juntam a esse e possuem uma similaridade em sua conotação constituem um discurso.

Entretanto, o discurso, para Foucault (1996, 2005), é mais que um conjunto de enunciados. Pode-se dizer que, enquanto Fairclough vê o discurso como uma prática social que se liga à materialidade linguística, Foucault entende o discurso mais em suas interferências com o social. Por essa última percepção, é difícil delimitar o que é

discurso, sendo mais fácil verificar as condições que permitem ou não a existência de determinados enunciados. Em *A ordem do discurso* (1996), Foucault aponta os modos pelos quais a sociedade interdita, restringe e aceita os enunciados que resultam no discurso. Por isso, ele o vê como fundamental para constituir o social e como campo de disputa pelo poder.

A concepção de Foucault (1996) sobre discurso é interessante por levar em conta os aspectos que permitem ou não algo ser dito. Porém, o discurso fica um tanto genérico por se dizer que nele ocorrem as alterações que permitem a mudança social e os embates por poder sem necessariamente apontar os pontos em que ele se materializa. Pela abordagem foucaultiana, pode-se chegar às mudanças que permitiram determinados enunciados aparecerem.

Fairclough (2003, 2016), por sua vez, propõe uma análise do discurso textualmente orientada, pois no texto – não necessariamente escrito, mas também oral, como um pronunciamento político – é que se encontra a materialidade do discurso. Se for desejo chegar ao discurso neoliberal e também às condições que o permitem existir, é necessário checar a sua materialidade, comícios, livros, leis e notícias, dentre outros, em que se observem enunciados que defendam o neoliberalismo. Fairclough conserva a percepção de Foucault (1996) de que o discurso constitui o social e que nele há disputas de poder. Porém, Fairclough entende que existe a materialidade linguística de onde se pode observar tais coisas.

Sobre essa materialidade, é preciso indicar a relação entre linguagem e discurso no desenvolvimento da Linguística. Ferdinand de Saussure (1988) foi um marco nessa área. Seus estudos realizaram uma separação entre a *langue*, a língua, um sistema que em si possui regras de funcionamento interno, e a *parole*, a fala.

Nessa separação, a pessoa teria liberdade total para falar, pois essa seria uma atividade individual. A língua seria rígida, já que se trataria de um sistema que independeria da ação dos sujeitos. Assim, seria possível estudá-la sem levar em conta outros fatores, apenas ela mesmo enquanto sistema. No entanto, algumas asserções podem ser feitas sobre essa separação entre a *langue* e a *parole*. Uma é que variáveis sociais e a interação entre as pessoas influenciam o uso da língua. De forma simples, a língua só existe porque há as pessoas que estão imersas nela.

Logo, o estudo da língua não deve encará-la como sistema fechado e independente; pelo contrário, deve-se ater ao contexto social, uma vez que ela é o único meio possível para a vida em sociedade. Por sua vez, o estudo do contexto

social também deve levar em conta a língua, pois há uma relação dialética entre eles. A partir disso, Fairclough (2016, p. 94-95) diz:

Ao usar o termo 'discurso', proponho considerar o uso de linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais. Isso tem várias implicações. Primeiro, implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação. [...] Segundo, implica uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, existindo mais geralmente tal relação entre a prática social e a estrutura social: a última é tanto uma condição como um efeito da primeira.⁶

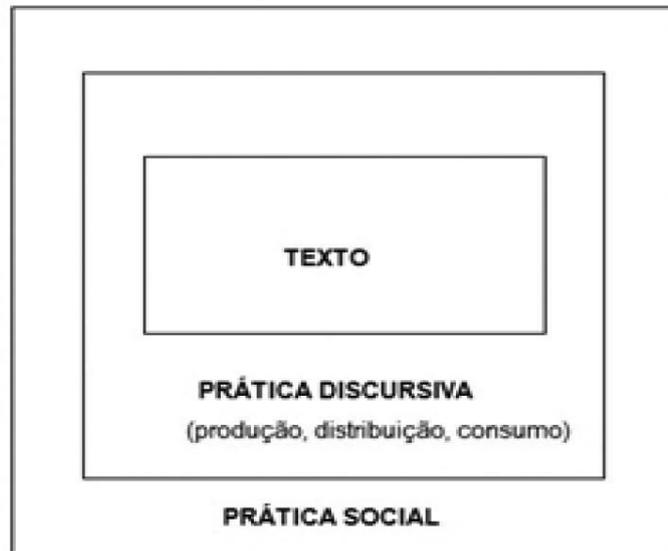
Um motivo, então, para se analisar o discurso em vez de apenas a linguagem é que, do contrário, corre-se o risco de se ficar preso apenas às materialidades linguísticas. Ou seja, o texto do editorial a ser analisado ficaria fechado em si mesmo. Ao considerar o discurso presente nele, torna-se possível estabelecer conexões na análise tanto com outros textos, como também com elementos sociais, como proposto por Foucault (1996), e também históricos. Por isso, a análise proposta é sobre o discurso presente nos editoriais.

É preciso esclarecer o que se entende por prática social. "A prática social tem várias orientações – econômica, política, cultural, ideológica –, e o discurso pode estar implicado em todas elas, sem que se possa reduzir qualquer uma dessas orientações do discurso" (FAIRCLOUGH, 2016, p. 98). Dessa forma, nas diferentes práticas sociais, não é obrigatória a presença do discurso em todas elas; no entanto, em boa parte, ele está.

Fairclough (2016) propôs um modelo tridimensional de discurso que ajuda a esclarecer o que foi dito:

⁶ Embora a referência trate a obra como de 2016, ela é uma reimpressão da primeira tradução para o português feita em 2001. Assim, as referências de Fairclough de 2003 são seu pensamento posterior ao que é trazido nas referências de 2016.

FIGURA 1 – Concepção tridimensional do discurso



Fonte: Fairclough (2016, p. 105).

Esse modelo foi utilizado pelo autor como maneira para ver o discurso em suas três dimensões: o texto, a prática discursiva e a prática social. Nesta dissertação, o modelo de análise teve essa perspectiva empregada, bem como o apresentado em *Analysing Discourse – Textual Analysis for Social Research* (FAIRCLOUGH, 2003), conforme apresentado no terceiro capítulo.

Dessa concepção tridimensional, derivam asserções importantes: I) o texto faz parte de uma prática discursiva, que, por sua vez, integra uma prática social; II) a materialidade do discurso é encontrada no texto, porém não se deve limitá-lo ao texto, devendo-se levar em conta as outras duas dimensões; III) a prática discursiva envolve quem produziu aquele texto e sob que circunstâncias os meios pelos quais ele circulou; e IV), o consumo do texto, ou seja, quem são os receptores e sob qual contexto se dá essa recepção.

A prática discursiva compõe uma prática social, a qual pode ser de orientação econômica, política ou outra. O discurso, ao ser uma maneira de ação sobre o mundo e sobre os outros, acaba sendo também uma prática social. Ao analisar o discurso dos editoriais do jornal *Folha de São Paulo*, tomou-se que se tratava também de estudar uma prática social.

O discurso, por ser uma prática social, não pode ser visto como estático: está em constante movimento. Ao levar em conta a prática discursiva, é possível ver a dinâmica que engloba o discurso. Envolve os processos de produção, distribuição e consumo, fazendo com que, para o presente trabalho, fosse tomada referência de que os estudos dos editoriais não abrangerão o discurso por completo, mas uma parte segmentada. Em uma analogia, está-se diante de apenas um frame de um longo filme.

Ainda sobre essa referência tomada, é preciso se ater a como ela se relaciona com o que fora discutido sobre o fato de o discurso construir o mundo social. “É importante que a relação entre discurso e estrutura social seja considerada como dialética para evitar os erros de ênfase indevida; de um lado, na determinação social do discurso e, de outro, na construção do social no discurso” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 96). Com a análise dos editoriais, é razoável derivar informações não apenas da construção de mundo feita pelo jornal, como também da *Folha de São Paulo*, o que contribui para o estudo da imprensa.

As informações sobre o jornal podem ser obtidas a partir dos efeitos construtivos do discurso. Fairclough (2016) lista três que foram desenvolvidos a partir dos estudos da Linguística Sistêmica Funcional, principalmente os de Halliday (1985). Esses efeitos do discurso são as construções do que é referido como ‘identidades sociais’ e ‘posições de sujeito’ para os ‘sujeitos’ sociais e os tipos de ‘eu’; das relações sociais entre as pessoas e de sistemas de conhecimento de crença (FAIRCLOUGH, 2016, p. 95).

Acerca desses efeitos, recai uma questão interessante: como o discurso se relaciona com a ideologia. Fairclough (2016, p. 122) faz a seguinte asserção sobre o assunto:

Entendo que as ideologias são significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais), que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação.

Tal perspectiva se distancia da visão de Althusser (1987), que pensa mais em uma única ideologia totalizante responsável pela manutenção das relações sociais. Fairclough (2016) deixa o termo ideologia no plural, o que abre margem para pensar em mais de uma. Isso é interessante porque permite vislumbrar ideologias diferentes e conflitantes. Uma vez que as relações de dominação não são estáticas, as

ideologias também não são. Elas são dinâmicas porque são construídas nas práticas discursivas. Mais uma vez, um distanciamento a Althusser (1987), que sugere apenas a existência de apenas uma intimamente relacionada aos modos de produção e reprodução econômicos e simbólicos. Aqui, a ideologia é destacada como sendo construída, um resultado da atividade humana e com variadas nuances.

A posição de Fairclough (2016) vincula-se à concepção de Thompson (2011). A ideologia, segundo o Thompson, está nas maneiras de como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação. As relações de dominação, para Thompson, não se resumem exclusivamente às relações de classe, existindo também outras formas de dominação e subordinação, mantidas ou criadas pela ideologia, diferindo de Althusser (1987), o qual circunscreve a ideologia no âmbito de luta de classes.

O sentido ao qual se refere Thompson (2011, p. 79) é o

das formas simbólicas que estão inseridas nos contextos sociais e circulando no mundo social. Por 'formas simbólicas' [entende-se] um amplo espectro de ações e falas, imagens e textos, que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como construtos significativos.

A ideologia é algo dinâmico. À medida que essas formas simbólicas circulam, seus sentidos passam por alterações e ressignificações por parte dos sujeitos envolvidos. Enquanto Althusser (1987) afirma haver uma interpelação da ideologia aos sujeitos que os convida a serem sujeitos e por ela estabelecerem sua relação com os outros e com o mundo, Thompson (2011) propõe cinco maneiras diferentes de como a ideologia opera para manter as relações de dominação. A seguir, são demonstradas essas formas e as estratégias usadas para atingi-las.

FIGURA 2 – Modos de operação da ideologia

Modos Gerais	Algumas Estratégias Típicas de Construção Simbólica
Legitimação	Racionalização Universalização Narrativização
Dissimulação	Deslocamento Eufemização Tropo (sinédoque, metonímia, metáfora)
Unificação	Estandarização Simbolização da unidade
Fragmentação	Diferenciação Expurgo do outro
Reificação	Naturalização Etemalização Nominalização/passivização

Fonte: Thompson (2011, p. 81).

Esse esquema indica as cinco formas vistas por Thompson de operação da ideologia conforme estão na coluna da esquerda. Já os itens listados no restante do quadro são as formas usadas para colocar em ação cada uma das formas de operação ideológica. Ou seja, para fins de constituir um sentido que sirva a uma forma de dominação, como exemplo a separação entre homens e mulheres em papéis de liderança no mercado de trabalho, cabe operar a fragmentação, sendo isso feito por diferenciar os homens das mulheres, ou por expurgá-las, dizendo que elas se dão melhor em atividades domésticas do que em empresariais.

É perceptível que a ideologia repousa nas formas simbólicas que circulam na sociedade, pois só nelas é possível detectar as estratégias e identificar em qual dos modos a ideologia está operando. A visão de Thompson (2011) estende a percepção da ideologia a variadas coisas. Por seu turno, Fairclough preocupa-se mais especificamente em como a ideologia se relaciona às práticas discursivas e, por sua vez, como estas interferem nas mudanças sociais.

Diante do exposto, retoma-se a questão: qual é a relação entre discurso e ideologia? Se um dos efeitos do discurso é a construção das relações sociais e sistemas de crença, ele é ideológico. Como indicado por Foucault (1996), o discurso é objeto de disputa nos jogos de poder e serve, portanto, para manter e/ou criar relações de dominação. Todavia, relacionar discurso e ideologia merece ressalvas.

Considerando duas das três dimensões do discurso, é possível, nos eixos textual e de prática social, apontar marcas da ideologia. No texto, identificam-se as estratégias listadas na Figura 2 e qual forma de dominação é presente nele. Sobre a prática social em questão, não é difícil determinar se ela envolve alguma relação de dominação e como esta está ocorrendo.

Porém, a dimensão da prática discursiva traz uma peculiaridade. Ela envolve produção, distribuição e consumo. O consumo depende da interpretação de quem recebe o discurso. Logo, há duas possibilidades: o recebimento sem contestação ou a discordância do que fora transmitido. Nisso, está um impasse de se afirmar que o discurso é de uma determinada ideologia. Dito na primeira seção deste capítulo, uma representação ocorre quando há interpretação. O discurso, enquanto representação do mundo e das relações sociais, carece de uma interpretação, que acontece no consumo. Uma estratégia para legitimar determinada dominação pode ou não surtir efeito e, até mesmo, criar um movimento contraditório.

Isso retorna ao que disse Bakhtin (2006): o emprego do signo é ideológico. Signo, na visão desse autor, é bem mais amplo e se refere a algo que tenha um sentido. Isso significa que o signo é parte operatória do discurso, já que esse último é sustentado por sentidos. Esse processo é precedido por escolhas e julgamentos vindos de alguma ideologia originária de interações sociais. Pelo fato de o discurso representar e constituir o mundo, ele é ideológico, pois dele acarretam sentidos que foram construídos no meio da prática social, os quais significam determinado aspecto em função de uma visão preestabelecida.

O discurso também é ideológico por sempre nele conter traços da ideologia; sentidos que servem à conformação de uma dominação. Entretanto, não é possível afirmar que ele é perpassado apenas por uma ideologia, pois, no consumo, as formas de operação da ideologia podem ser contestadas, deixando em aberto novas ideologias. Isso atribui o caráter dinâmico do discurso: ele nunca se estabiliza. A prática discursiva, por ensejar o consumo, faz com o que foi inicialmente transmitido seja mudado.

Thompson previu criações de novas formas de dominação e Fairclough as transformações. Porém, a partir do momento que se considera a percepção crítica dos sujeitos na instância de recepção, estabelece-se a condição que as relações de dominação podem ser contestadas, combatidas e revertidas. Se for tomada por afincado, a definição de que ideologia é o sentido para manter relações de dominações,

chamem-se de contraideologia os sentidos das formas simbólicas que contradizem as formas de dominação. As hipóteses de transformação e criação foram pensadas pelos autores que não deixaram nítida a possibilidade de contestação.

O discurso trará sempre consigo a possibilidade de contestar as relações de dominação. Por isso, o discurso é tão íntimo ao poder. Pelo discurso, exerce-se o poder. Isso Foucault (1996) deixa bem claro ao dizer que a sociedade tem medo do discurso, tendo em vista que sua dinâmica é marcada, principalmente, pela recepção feita pelas pessoas, permitindo-lhes modificar os sentidos e condições sociais.

Pensa-se, nesta dissertação, que o discurso nunca poderá ser apreendido em sua totalidade. O que se diz por discurso neoliberal, político e/ou religioso, por exemplo, trata-se de “congelamento” de algo que está em constante mudança e com ênfase em um aspecto específico, pois nenhum deles existe isoladamente. Todos mantêm relações entre si e afetam um ao outro, compondo o Discurso em sua totalidade – inapreensível, resultado e condição para a ação humana. Ao se dizer Discurso, com a letra “d” maiúscula, trata-se de todos os discursos em conjunto e que é constitutivo do social. Pondera-se que ele é parte integral da sociedade, pois toda a conjuntura dela depende de práticas discursivas.

As mudanças na estrutura social e as relações interpessoais e de poder são exercidas e constituídas por discursos que são interdependentes. O Discurso não estaria em um plano ideal, porém entende-se que ele é inapreensível, porque está em constante mutação, como a sociedade também está. Ele é perceptível nas suas materializações linguísticas, que, para fins de análise e estudo, acabam sendo isoladas e caracterizadas não somente pela prática social que realizam, mas também pelos sentidos que carregam. Assim, não há como pensar o discurso religioso sem os discursos político e econômico. Eles se influenciam. O que acontece com um interfere no outro.

O Discurso é imanente à sociedade, já que todas as mudanças e relações de poder ocorrem por práticas discursivas. Não é possível pensar na sociedade sem o Discurso, tampouco poder-se-ia reduzi-lo a apenas uma categorização como econômico, político ou outro qualquer. O que se faz são segmentações dele e dadas as definições de discurso religioso etc. Ele, no entanto, é um emaranhado de práticas discursivas com diferentes orientações de prática social que se intercondicionam. Para este trabalho, destacou-se o discurso evocado pela imprensa, que é tratado no próximo capítulo.

1.3 Considerações

Os argumentos apresentados neste capítulo serviram para estabelecer o entendimento de que os editoriais analisados da *Folha de São Paulo* construíram uma versão de realidade, não a única possível, sobre os eventos que envolveram o *impeachment* e Dilma Rousseff – versão que constituiu uma representação não neutra sobre a sociedade.

Isso levou à compreensão de que, por ser uma representação parcial e haver um conflito para estabelecer qual deve ser a perspectiva para encarar os acontecimentos, a *Folha de São Paulo* procuraria usar uma construção que “silenciasse” a parcialidade de sua representação e que projetasse similitude entre o que ela escreveu e os referidos acontecimentos, a fim de produzir um efeito de veracidade em sua argumentação e proporcionar, à sua noção de realidade, o caráter de “bom o suficiente” para receber credibilidade e servir de balizador na apreensão das pessoas sobre tais eventos.

Foi esclarecido também que as percepções que os sujeitos têm sobre o mundo à sua volta e ainda a sua forma de atuar sobre ele dependem da linguagem. Esta, quando em ação, é o discurso que está presente nos textos dos editoriais por eles atuarem na significação de eventos sociais. Assim, considerou-se a análise do discurso relevante por ela permitir, além de ver qual foi a representação feita pelo jornal, verificar se esteve presente alguma ideologia e, principalmente, o posicionamento do jornal, algo que se julgou importante de se ter conhecimento conforme apresentado no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2 – DISCURSO DA IMPRENSA E SOCIEDADE

O presente capítulo discute duas questões, a saber: a centralidade da imprensa na sociedade e, por consequência, as implicações em uma possível constituição de esfera pública. Anteriormente, foi dedicado espaço para a apresentação de fundamentos básicos para o pensamento desenvolvido nesta dissertação: I) não existe uma realidade objetiva e II) a impressão de que ela existe é, em grande parte, resultado das representações feitas sobre o mundo social que, via de regra, são constituídas pelos discursos. A fim de apresentar as características que permitem justificar a noção de discurso da imprensa, debate-se, também, a seguir, a lógica de funcionamento da imprensa na esfera social, em especial os motivos que estabelecem posições discursivas privilegiadas ao jornalismo.

2.1 Discurso da imprensa

O discurso evocado pela imprensa é entendido aqui como um constituinte do Discurso, já que esse último é composto por vários e o primeiro não existe de forma isolada e depende de outros. O discurso da imprensa é um “segmento” do Discurso que, para fins de análise, foi isolado. Dito de forma simples, seria aquele em que a prática discursiva envolveria a produção por órgãos da imprensa, bem como a distribuição pelos meios tradicionais, como papel, rádio, televisão e também por um mais recente: a internet, tendo o consumo, em princípio, por toda a sociedade. Seus enunciados são direcionados para informar as pessoas sobre os acontecimentos selecionados como relevantes e que, sem a atuação da imprensa, não chegariam ao seu conhecimento.

Uma característica peculiar é que o discurso evocado pela imprensa está inserido na prática social de trazer informações, algo necessário para a vida em sociedade: saber o que acontece com o outro, o que acontece além dos limites geográficos e biológicos do sujeito. Essa prática poderia ser exercida por qualquer pessoa, mas, com o passar dos anos, na sociedade ocidental, a imprensa se especializou nisso. Não se pode dizer que ela assumiu o monopólio total dessa atividade, porém, sem dúvida, tornou-se central.

É importante considerar a noção do jornalismo de construtor de reproduções sobre a sociedade, tal como pensado por Becker (2009), pela sua organização e

seleção dos fatos, e da atribuição de sentido a eles. Então, para isso, ele reproduz seu discurso para representar e significar o mundo em seus muitos acontecimentos. Tal discurso é peculiar, porque nele há traços de outros discursos, como o econômico e o político.

Qualquer discurso que entra em contato com a imprensa passa por alteração. O jornalismo, ao realizar representações da sociedade, com certeza, tem de recorrer ao discurso político, econômico ou qualquer que seja. Ao fazer a representação, esses discursos passam por distorções e modificações. Pensando no modelo de prática discursiva proposto por Fairclough, o jornalismo estaria na produção, pois faria um novo discurso que, embora mantenha traços dos outros, é agora diferente, porque não foram mantidas as mesmas condições de produção, distribuição e consumo dos outros discursos.

Ele, então, representa e significa o mundo (FAIRCLOUGH, 2016, p. 95). Todo conteúdo que passa pelo jornalismo passa por modificações e nunca se mantém inalterado, tendo a representação feita de acordo com os modos operantes próprios da imprensa. Isso implica a criação de um novo discurso derivado de outros. Logo, o discurso da imprensa é um híbrido, e o que o caracteriza como sendo jornalístico é a prática discursiva, sua produção, distribuição e consumo.

Além disso, Fairclough (2003, p. 129) sugere que

os discursos sejam distinguidos tanto por suas formas de representação, e por sua relação com outros elementos sociais. Focalizando isso, podemos especificar formas de representação em termos de uma variedade de características linguísticas que pode ser visto como realizando um discurso.⁷

Pode-se, assim, destacar que uma das principais características do discurso evocado pela imprensa é a busca pela geração de efeito de neutralidade. Todavia, é sabido que isso é impossível. Como mostrado na primeira sessão, toda representação é isenta de imparcialidade. Gaye Tuchman (1999) critica a existência da objetividade jornalística e argumenta que há, antes, um ritual estratégico seguido pelos jornalistas para se salvaguardarem. Sob o risco de serem acusados de difamação ou se

⁷ I have suggested that discourses are distinguished both by their ways of representing, and by their relationship to other social elements. Focusing on the former we can specify ways of representing in terms of a range of linguistic features which can be seen as realizing a discourse.

apropriarem de seu espaço para divulgarem suas próprias opiniões, os jornalistas seguiriam um protocolo para garantir que sua atuação seria isenta.

A autora afirma que variadas estratégias são usadas para sugerir uma total imparcialidade. São listados: “1) apresentar versões diferentes de uma mesma realidade, 2) apresentar provas suplementares para fundamentar um fato e 3) utilizar aspas para indicar que o repórter não está a dar uma versão dos acontecimentos” (TUCHMAN, 1999, p. 88). Porém, esses artifícios “são um meio do jornalista fazer passar sua opinião” (*idem*, p. 89). Diga-se que, ao invés do jornalista, quem passa a opinião é o órgão de imprensa, já que não se pode isolar até em que medida o trabalho do jornalista foi influenciado pela linha editorial do veículo e pelas edições sofridas.

Sobre os editoriais, é por meio desse gênero jornalístico que o veículo midiático expõe sua opinião sobre os temas por ele escolhidos como apropriados para sua apreciação (MELO *et al.*, 2012). Pode-se entender que, por se tratar da exposição da opinião do órgão de imprensa, não há tentativa de se transmitir objetividade. Contudo, nos editoriais analisados, foi observado o que disse Becker (2009) sobre o uso da retórica nas representações para gerar efeito de equilíbrio. Isso é demonstrado nas análises, em que a *Folha* buscou projetar uma imagem de isenção e ponderação de si mesma.

As representações “tentam parecer neutras e evitam transmitir a impressão de estar apenas falando de uma maneira tão entusiástica e altissonante que só convenceria os já convencidos. Elas apresentam fatos e deixam os usuários concluir” (BECKER, 2009, p. 136). Isso é feito, pois o que parece ser neutro faz passar “julgamentos morais” (*idem*, p. 138) como algo desinteressado, a fim de convencer sobre alguma questão. As estratégias usadas pela *Folha de São Paulo*, nesse sentido, são apontadas nas análises presentes no terceiro capítulo.

Além disso, é preciso retomar sobre a prática discursiva a questão do consumo no caso do discurso da imprensa. As ações das pessoas não são motivadas automaticamente pelo que a imprensa pauta. A imprensa projeta efeitos de sentido sobre uma versão de mundo, os quais podem ou não ser utilizados pelos sujeitos durante a recepção. Essa relação é descrita como paradigma da circularidade na comunicação, paradigma esse que foi delimitado a partir dos estudos de Thompson (1998).

Esse paradigma traz um novo olhar sobre o receptor, ajustando a forma de se empregar o termo. As primeiras teorias que tratavam da comunicação usavam massa

como sugestivo de um enorme conjunto de indivíduos passivos e acríticos às mensagens recebidas pela mídia. Isso pelo fato de desconsiderar o homem como modificador da sua realidade e ter a organização social como algo fechado. A circularidade na comunicação abandona esse significado pejorativo de massa e adota a concepção de que um produto de massa é aquele acessível *a priori* a todos. O conceito de “massa”, então, passa a significar simplesmente um grande número de pessoas. A quantidade, por si só, não interfere na predicação do público.

Segundo Thompson (1998), nos meios de comunicação em larga escala, ocorre a produção institucionalizada e a difusão generalizada de bens simbólicos através da fixação e transmissão de informação ou conteúdo simbólico. O receptor, ao se deparar com tal produção, não é visto como passivo à manipulação. As pessoas discutem as mensagens da mídia com outras com quem convivem e atribuem novos significados às informações recebidas. Há, portanto, uma reelaboração discursiva das mensagens midiáticas.

Essa percepção elimina o pensamento de que o discurso da imprensa é manipulador. Nele, podem ser encontrados traços ideológicos. Todavia, isso não significa que as pessoas passivamente vão aceitar o sentido que vem a manter determinada relação de dominação.

Não é possível ‘ler’ as ideologias nos textos. [...], isso ocorre porque os sentidos são produzidos por meio de interpretações dos textos e os textos estão abertos a diversas interpretações, que podem diferir em sua importância ideológica, e porque os processos ideológicos pertencem aos discursos como eventos sociais completos – são processos entre as pessoas – não apenas aos textos que são momentos de tais eventos (FAIRCLOUGH, 2006, p. 123-124).

Por isso, é reforçado que, no discurso da imprensa, mais precisamente em sua materialização linguística, no texto, é possível ver traços das ideologias, mas não estas em sua totalidade. A prática discursiva, que envolve o consumo, faz com que as ideologias fiquem sujeitas à interpretação que pode decorrer em aceitação ou contestação.

De fato, a instância jornalística projeta discursos para produzir um efeito sobre o mundo. Como dito por Fairclough (2016), é característica do discurso ser uma ação sobre o mundo. Todos os discursos exercem uma ação. Assim, considera-se que a imprensa possui intenções. Entretanto, existe um longo caminho a ser percorrido entre

ter alguma intenção, como a de formar determinada opinião, e conseguir isso efetivamente.

A ideia de manipulação está atrelada à primeira das teorias de comunicação: a teoria hipodérmica (WOLF, 1999). Sob essa perspectiva, entendia-se que os meios de comunicação emitiam um estímulo para conseguir certa resposta do público. Nesse caso, haveria manipulação, com estímulo e respostas. Porém, essa teoria não se sustenta na medida em que nem todas as projeções feitas afetam as pessoas da forma esperada. Por isso, o discurso da imprensa não é manipulador, pois entende-se aqui que manipulação está relacionada a controlar totalmente o receptor. No entanto, as pessoas interpretam e atribuem novos sentidos ao que recebem, não sendo manipuladas como se fossem marionetes.

2.2 A centralidade da imprensa na esfera social

A imprensa tem por diferencial ocupar um papel central na sociedade decorrente de seu desenvolvimento e legitimação ao longo da História. Na obra *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, Habermas (2014) demarca três fases do desenvolvimento da imprensa, sempre associadas, de certo modo, aos interesses da burguesia: imprensa artesanal, imprensa panfletária e, por último, imprensa como empresa capitalista.

A primeira se relaciona às publicações feitas na Europa, a partir da Baixa Idade Média, quando se relatavam notícias que, em muitos casos, eram úteis para os componentes da classe burguesa ainda em formação. Por praticarem o comércio, informações relativas à ocorrência de feiras, chegadas de caravanas, guerras, naufrágios de embarcações mercantes e secas, dentre outros, ajudavam a circulação de mercadorias. Os comerciantes, de posse dessas notícias, poderiam se organizar para despachar produtos ou alterar seu preço por exemplo. Essa é chamada de fase artesanal pela forma como as publicações eram feitas. Até se tornar acessível o advento de Gutenberg, a imprensa de tipos móveis, elas eram manuscritas. Mesmo após serem produzidas com tipos móveis, não era regra haver periodicidade em sua circulação. Muitas surgiam e desapareciam, bem como não havia preocupação na profissionalização da prática. Tais fatores faziam com que as produções dessa fase não fossem confiáveis e que a carta fosse mais valorizada como fonte de informação

pelos comerciantes (HABERMAS, 2014). Mesmo assim, não se pode negar que os primitivos jornais nasceram ligados à prática do comércio.

Já a segunda fase foi marcada pelo uso da classe burguesa, em vias de suas revoluções, ao espalhar suas ideias e exercer crítica ao Estado. Diz-se que ela foi panfletária pelo fato de o conteúdo priorizar a política e haver grande tiragem das publicações. Isso propiciou uma difusão, até então, nunca vista. Nela, Habermas (2014) vê a emergência de uma esfera pública⁸ propiciada pela imprensa.

A última etapa ocorreu após a consolidação da burguesia como classe dominante. Nela, a informação foi transformada em mercadoria. Com os meios de produção mais bem organizados e a profissionalização na prática do jornalismo, a imprensa se tornou uma empresa que vendia notícias e visava ao lucro, abrindo espaços nas páginas para anúncios publicitários pagos.

O estudo de Habermas (2014) evidencia a relação entre a ascensão do Estado burguês e a imprensa. Ao invés de pensar nessas fases de forma rígida e restritas a datas para todos os países e regiões, pode-se tê-las como um modelo de referência do desenvolvimento da imprensa, dado que o mais importante não se refere ao tempo cronológico quando ocorreram, mas sim sua relação com a burguesia e a consolidação do Estado como é conhecido hoje.

O trabalho de Habermas (2014) considerou o desenvolvimento da imprensa de forma generalizada sem levar em conta as especificidades de cada país na Europa. Para esta dissertação, é importante ter em mente que tampouco o contexto brasileiro foi levado em conta.

Romancini e Lago (2007) apontam que o Brasil teve o desenvolvimento tardio da imprensa dada a proibição que a metrópole Portugal impunha. Somente com a vinda da corte para o Brasil em 1808 e com a imprensa régia é que publicações começaram a ser produzidas na, então, colônia, que se tornaria país independente cerca de 14 anos mais tarde. Outros países sul-americanos já possuíam imprensa, pelo menos, cem anos antes.

Romancini e Lago (2007) indicam que, apesar da censura, surgiram muitas publicações no Brasil que tinham um caráter satírico e crítico ao Estado. Similar ao descrito na primeira fase da imprensa por Habermas (2014), eles não tinham

⁸ As discussões sobre a esfera pública estão desenvolvidas mais à frente neste capítulo. Por ora, é relevante salientar como a imprensa serviu para a burguesia na propagação de seus ideais e como houve aprimoramento na produção jornalística em comparação com a fase anterior.

periodicidade e nem especialização na produção; surgiam e desapareciam aos montes. Todavia, próximo do que aconteceu na segunda fase, seu conteúdo era, principalmente, de cunho político, veiculando as ideias de quem as produzia ou de seus proprietários.

Essas características foram sendo, aos poucos, substituídas por uma especialização maior na produção e pela introdução de periodicidade. Já na virada do século XX, houve uma redução no número de jornais que surgiam e uma estabilização dos que existiam. A mescla da primeira e da segunda fases da imprensa que o Brasil havia experimentado foi se transformando e, principalmente, a partir dos anos 1920, caminhou para uma empresa capitalista que tinha primordialmente a notícia como mercadoria.

O Brasil não teve uma revolução burguesa tal como as da Europa, mas o viés político panfletário pôde ser observado mesmo em condições de produção análogas à etapa artesanal. De qualquer forma, isso serviu para, aos poucos, os jornais se firmarem como fonte de informação. Quando assumiram o formato empresarial, os órgãos de imprensa já tinham, mesmo que composta em sua maioria por analfabetos, uma sociedade que já via como natural se informar a partir das suas publicações.

Levar em conta o desenvolvimento histórico do jornalismo faz ver que ele não apareceu repentinamente e que, gradualmente, a imprensa assumiu uma posição central na sociedade, a saber: produzir e distribuir informação. Ao longo do tempo, ela se especializou nessa prática e passou a receber o reconhecimento social dessa sua função.

A sociedade é dinâmica e está sempre se modificando. Foucault (1996, 2005) credita as mudanças às alterações discursivas que abrem margem para transformações sociais. Fairclough (2016) reconhece isso, mas nega que somente alterações dessa natureza sejam as responsáveis. Ele vê um movimento dialético entre Discurso e sociedade, ambos se influenciando, sem que, necessariamente, um seja predominante ao influenciar o outro.

Após a transição para a fase de empresa capitalista, a imprensa teve a prática jornalística mais específica e rotinas racionalizadas. Houve uma produção semelhante a uma linha de montagem fordista, no sentido de que a notícia, quando se tornou mercadoria, ganhou os seus métodos próprios de produção, com profissionais especializados em suas atividades, como o repórter, o editor, o diagramador, o fotógrafo etc. Mesmo quando assinadas, as matérias, com certeza, seguiram os

protocolos estabelecidos pelo órgão de imprensa. Esse órgão, como empresa que visa ao lucro e utiliza a mão de obra assalariada, se configurou em um ator social coletivo. No caso dos editoriais, os sujeitos tiveram a sua autoria individual “silenciada”, para que, em vez de se dizer que fulano publicou isso, se diga: “a *Folha* publicou”, ou “o *Estadão* mostrou isso...” Os jornais se tornaram um caso peculiar de sujeito, pois são uma organização composta por pessoas que buscam transparecer impessoalidade.

Cabe apontar outro fator que contribuiu para a imprensa adquirir centralidade na vida social. Cabe aqui ressaltar que grandes massas possuem uma demanda cognitiva atrelada à necessidade de se saber o que acontece no mundo, já que a vivência em comunidade carece do conhecimento sobre a vivência dos outros sujeitos⁹. Também, o próprio aparato cognitivo humano permite que ele se importe com as demais coisas que lhe sirvam de entretenimento, informação ou novas informações para armazenamento intelectual.

Tal demanda cognitiva precisaria ser atendida. Com as melhorias nas condições de vida, como acesso a vacinas, saneamento básico etc., a população mundial cresceu exponencialmente. Cada vez mais, os países foram se tornando interdependentes com a globalização do capitalismo. Daí, só a imprensa foi capaz de atender a tal demanda, em princípio, por seus aparatos técnicos. Como já assinalado por Habermas (2014) no que se chamou aqui de fase panfletária, uma simples publicação poderia atingir mais pessoas do que as presentes em uma palestra, além de ser possível fazer isso em momentos diferentes. O papel da imprensa foi também legitimado, porque os sujeitos a dotaram desse papel pela incapacidade de terem acesso temporal e espacial a todos os fatos do mundo. Ademais, como lembra Foucault (1996, 2005), nem todas as instâncias de saberes estão acessíveis aos sujeitos, tendo a imprensa esse acesso (poder).

Mesmo com toda a tecnologia do mundo, alcançar milhões de pessoas e receber reconhecimento seria impossível se não fosse pela linguagem, pois é ela que permite estabelecer conexões entre os sujeitos (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 58); e, apenas por meio dela, a imprensa pôde se tornar acessível às pessoas. Houve, com isso, uma “reorganização do espaço e do tempo [...] Em contraste com a

⁹ Ver Gomes (2004), que apresenta um estudo sobre o papel da imprensa no atendimento à carência das pessoas sobre se manterem informadas.

concretude do aqui e agora, emergiu um sentido de ‘agora’ não mais ligado a um determinado lugar” (THOMPSON, 1998, p. 36).

Com o poder de veicular dizeres em larga escala e a capacidade de noticiar mais fatos sobre o mundo, a imprensa passou a interferir na dinâmica das relações sociais na medida em que colocou em cena e pôde agenciar os assuntos debatidos pelos sujeitos. Conforme Thompson (1998, p. 79),

Com o desenvolvimento dos meios de comunicação, a interação se dissocia do ambiente físico, de tal maneira que os indivíduos podem interagir uns com os outros ainda que não partilhem do mesmo espaço-temporal. O uso dos meios de comunicação proporciona assim novas formas de interação que se estendem no espaço (e talvez no tempo) e que oferecem um leque de características que as diferenciam das interações face a face. O uso dos meios de comunicação proporciona também novas formas de ‘ação à distância’ que permitem que indivíduos dirijam suas ações para outros, dispersos no espaço e no tempo, como também responderem a ações e acontecimentos ocorridos em ambientes distantes.

Além de atender à demanda cognitiva das massas, os meios de comunicação usados pela imprensa serviram para integrar as pessoas de localidades distantes. Por exemplo, o caso do *impeachment* de Dilma Rousseff só pôde ganhar visibilidade para os milhões de brasileiros em razão da atuação da imprensa. É difícil imaginar que, em um país de dimensões continentais, os episódios que envolveram o impedimento da presidenta pudessem ser acompanhados por aqueles que não residissem em Brasília e com brevidade de tempo. Assim, o acesso à parte dos fatos do mundo ocorre por intermédio do discurso da imprensa.

Thompson (1998, p. 78-79) diz que a atuação da imprensa propicia uma “quase-interação mediada”, a qual se distingue das demais formas: “interação face a face” e “interação mediada”. Essas duas últimas têm em comum serem dialógicas e terem os destinatários definidos. A diferença entre elas é que, na mediada, os envolvidos não compartilham necessariamente os mesmos espaço e tempo e dependem de um meio técnico para acontecerem, tais como as comunicações por carta e telefone.

A quase-interação mediada rompe com o aqui e agora e se diferencia das outras por se destinar a “um número indefinido de receptores potenciais” e por ser “monológica” (THOMPSON, 1998, p. 79). Esse tipo de interação tornou mais acessíveis diversos assuntos para as pessoas. No que concerne à centralidade da

imprensa, essa característica contribuiu para o poder simbólico da mídia, tendo em vista que a interação face a face limita espacial e temporalmente o acesso a determinadas informações por parte do sujeito e que a interação mediada possui restrições de espaço, sujeito e tempo. Assim, a quase-interação mediada detém a capacidade de comunicação em larga escala.

A perspectiva monologal do dizer da imprensa pode parecer contrária ao paradigma da circularidade na comunicação proposto pelo mesmo Thompson. A circularidade implica diálogo; caso contrário, haveria o retorno do pensamento de que o fluxo dos veículos de comunicação é unicamente unidirecional e que quem os consome não tem como manifestar sua posição. Todavia, o caráter monologal da quase-interação mediada não impede que os receptores expressem suas posições em reação ao que fora propagado pela imprensa por outros tipos de interação, como a mediada, pelo envio de cartas, por exemplo. Isso aponta que a circularidade não implica simetria na interação entre as partes, mas a possibilidade de a imprensa, emissora, receber manifestações do público.

As razões para justificar a centralidade da imprensa elencadas até aqui, por si só, não garantiriam esse espaço ocupado por ela. Elas dependem de outra, que é a principal. Antes de apresentá-la, cabe indicar que o pressuposto de centralidade da mídia considerado nesta dissertação foi emprestado da primeira das sete teses¹⁰ de Venício de Lima (2006, p. 54) sobre mídia e política, a saber: que “a mídia ocupa uma posição de centralidade nas sociedades contemporâneas, permeando diferentes processos e esferas da atividade humana, em particular a esfera da política”.¹¹

¹⁰ As teses de Venício de Lima (2006) sobre o comportamento da mídia se baseiam a partir de estudos de casos recentes e de uma comparação ao que diz a legislação vigente sobre radiodifusão. As teses são:

Primeira: a mídia ocupa uma posição de centralidade nas sociedades contemporâneas permeando diferentes processos e esferas da atividade humana, em particular a esfera da política.

Segunda: não há política sem mídia.

Terceira: a mídia está substituindo os partidos políticos em várias de suas funções tradicionais.

Quarta: a mídia alterou radicalmente as campanhas eleitorais.

Quinta: a mídia se transformou, ela própria, em importante ator político.

Sexta: as características históricas específicas do sistema de mídia no Brasil potencializam o poder da mídia no processo político.

Sétima: as características históricas específicas da população brasileira potencializam o poder da mídia no processo político, sobretudo no processo eleitoral.

¹¹ Para esta dissertação, diferente do que propôs o autor ao se referir à mídia, considerou-se o uso de imprensa. Isso porque o termo mídia é bem amplo e engloba mais que o jornalismo. Não é confrontada a ideia de Lima (2006) de tratar da mídia, porém preferiu-se se ater a esse componente da mídia para deixar o estudo mais direcionado aos seus objetivos, já que a mídia implicaria a observância de outras formas de conteúdo, como as direcionadas ao entretenimento, por exemplo, bem como por ela ter tido a imprensa como precursora de sua centralidade.

Mostrada a fonte que serviu de base para considerar a imprensa como ocupante de uma posição central na sociedade, volta-se a atenção para a razão principal de se pensá-la assim: a sua capacidade de produzir e distribuir capital e bens simbólicos. Essa capacidade só é possível graças ao poder simbólico que por ela é exercido. Entretanto, cabe apontar qual definição de poder que esta dissertação tomou como referência:

No sentido mais geral, poder é a capacidade de agir para alcançar os próprios objetivos ou interesses, a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos e em suas consequências. No exercício do poder, os indivíduos empregam os recursos que lhes são disponíveis; recursos são os meios que lhes possibilitam alcançar efetivamente seus objetivos interesses (THOMPSON, 1998, p. 21).

Segundo Thompson (1998), além do poder simbólico já mencionado, há outros três: o econômico, o político e o coercitivo. A Tabela 1 faz uma síntese deles, indicando os recursos utilizados para se exercer o poder e as principais instituições que fazem uso dele:

TABELA 1 – Formas de poder

Formas de poder	Recursos	Instituições paradigmáticas
Poder econômico	Materiais e financeiros	Instituições econômicas (p. ex.: empresas comerciais)
Poder político	Autoridade	Instituições políticas (p. ex.: Estados)
Poder coercitivo (especialmente poder militar)	Força física e armada	Instituições coercitivas (especialmente militares, mas também a polícia, instituições carcerárias etc.)
Poder simbólico	Meios de informação e comunicação	Instituições culturais (p. ex.: a Igreja, escolas e universidades, as indústrias de mídia etc.)

Fonte: Thompson (1998, p. 25).

O poder simbólico permite à imprensa a capacidade de produzir e distribuir bens e capital simbólico.

O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnosiológica*: o sentido imediato do mundo (e em particular, do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama o *conformismo lógico*, quer dizer, uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências (BOURDIEU, 2009, p. 9, grifo do autor).

Dessa forma, o poder simbólico atua na atribuição de sentido e união de diversos campos, conferindo-lhes uma organização coerente, para se veja motivo e funcionalidade de sua existência. A imprensa busca, por isso, legitimar sua ação por compor um discurso com retórica de imparcialidade, para ser reconhecida pelos sujeitos tal qual se espera no projeto de fala. Como atenta Bourdieu (2009, p. 14, grifo do autor): “como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo [...] só se exerce se for *reconhecido*”. Toda relação de poder depende do reconhecimento entre as partes; isto é, aceitação, seja por consentimento, alienação, conveniência ou naturalização.

O poder simbólico envolve “a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações e crenças de outros e, na verdade, de também criar acontecimentos através da produção e transmissão de formas simbólicas” (THOMPSON, 2002, p. 131). A imprensa, tendo privilegiada condição de ceder ou não visibilidade, tem o poder de interferir direta ou indiretamente na percepção sobre o processo político. Veja-se a passagem a seguir:

A relação entre políticos e jornalistas pode, ocasionalmente, ser próxima e harmoniosa, na medida em que eles estiverem ligados por formas de dependência recíproca (políticos necessitam da mídia para divulgar imagens favoráveis de si mesmos e de suas políticas, enquanto que os jornalistas dependem dos políticos e outras fontes oficiais para proporcionar um fluxo regular de notícias). Mas a relação é também carregada de conflito potencial e pode facilmente se transformar em uma fonte de tensão quando os jornalistas começam a pesquisar assuntos, ou tomar posições, que são contrários àqueles que os políticos ou seus porta-vozes gostariam que eles adotassem (THOMPSON, 2002, p. 134-135).

O conflito de posições ilustra que a imprensa não apenas media acontecimentos. Por ter a notícia como mercadoria e negócio, ela possui também objetivos e interesses próprios. Trata-se de uma sobrevivência de mercado arrumar um nicho de atuação. Isso faz com que ela use seu poder simbólico de forma a atender aos seus propósitos.

Isso a faz exercer funções típicas de partidos políticos, a saber: “construir a agenda pública; gerar e transmitir informações políticas; fiscalizar as ações do governo; exercer a crítica das políticas públicas e canalizar as demandas da população” (LIMA, 2006, p. 56). Esse é um indicativo de que a imprensa deixa de ser apenas mediadora de fatos políticos e constitui seu discurso, que, mesmo retomando ao político, é diferente do primeiro por ter outra ordenação lógica e estar vinculado aos interesses dela.

A questão do poder simbólico desperta a questão de qual então deveria ser o papel do jornalismo. Rebate-se, de antemão, o pensamento de que o jornalismo deve atender ao interesse público. É dito isso por se entender que o termo “público” passa a noção de uma sociedade homogênea. Se é afirmado que o interesse público deve pautar a atuação da imprensa, logo surge a pergunta: qual público? Por isso, é renegado o crivo de jornalismo para o interesse público. A sociedade, por ser composta por vários setores, classes, instituições etc., é também constituída por diferentes grupos que, não raro, terão interesses conflitantes.

Essa argumentação, talvez, possa ser contrariada por se alegar que é um simples caso de adequação, como se quisesse se dizer que com o interesse público está envolvido o atendimento às demandas de todos os setores sociais. Entretanto, apesar de se concordar aqui que em um plano ideal essa deveria ser a função do jornalismo, discorda-se que é esse o mesmo sentido projetado na expressão “atender ao interesse público”. Ao colocar todas as demandas dentro das de um só público, há um apagamento de que a sociedade é heterogênea e o conflito está em seu cerne.

Para ilustrar, veja-se o fragmento extraído do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros:

Art. 2º Como o acesso à informação de relevante interesse público é um direito fundamental, os jornalistas não podem admitir que ele seja impedido por nenhum tipo de interesse, razão por que:

[...]

II - a produção e a divulgação da informação devem se pautar pela veracidade dos fatos e ter por finalidade o interesse público;

[...]

Art. 4º O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos, razão pela qual ele deve pautar seu trabalho pela precisa apuração e pela sua correta divulgação.

[...]

Art. 6º É dever do jornalista:

[...]

II - divulgar os fatos e as informações de interesse público; (FENAJ, 2007).

A primeira asserção que pode ser feita é a respeito do segundo inciso do artigo segundo e também do quarto artigo. Os termos veracidade e verdade remetem a uma realidade objetiva, algo já rejeitado no primeiro capítulo. O que haverá sempre serão representações nunca imparciais. Daí, a impossibilidade de que a prática jornalística se pautar pela veracidade ou verdade dos eventos. Não se quer dizer com isso que as matérias da imprensa, assim, ganham aval para veicular qualquer conteúdo. Antes, salienta-se que, para um mesmo evento, haverá diferentes representações que, certamente, privilegiarão algum posicionamento em detrimento de outro. Logo, é impossível tal verdade, neutra, como pensada no trecho destacado.

Outra observação é: quem é praticamente considerado como público? Reitera-se aqui a ideia de que a generalização pela banalização do uso do termo público acaba por apagar a existência de uma sociedade plural, abrindo margem para se dizer que o que foi publicado o foi simplesmente pela afirmação de aquilo era de interesse de todos, colocando todos os membros da sociedade, dizendo grosso modo, no mesmo balaio.

Para além disso, há outro ponto importante. O que define o que é de interesse público? De certa forma, a resposta é simples: as suas demandas. Porém, algumas de um setor específico apresentar-se-ão como universais, e as de outro setor serão negligenciadas por se colocar que elas não interessam a todo o público. É perceptível, então, que alguém selecionará quais as demandas receberão o caráter de públicas.

Por isso, já se recusa a ideia de um jornalismo que defenda o interesse público. Em um plano ideal e até ingênuo, poder-se-ia supor que todos os órgãos de imprensa deveriam trabalhar para dar visibilidade a todas as demandas sociais indiscriminadamente. Nessa hipótese, seria possível pensar como plausível a alegação do jornalismo voltado para o interesse público. Contudo, pensa-se que, em meio a posição privilegiada que ocupa a imprensa e de onde emana o seu discurso, os conflitos de interesse nunca permitirão que o jornalismo atue dessa forma. O que se pode pensar como possível é que determinados órgãos de imprensa se ocupem especificamente da demanda de cada grupo em especial; mas, mesmo nesse caso, não haveria o atendimento de todos os anseios provenientes de diferentes setores sociais em caráter equitativo.

De qualquer forma, é perceptível que, embora superada, a teoria do espelho ainda reverbera. O Código de Ética da profissão de jornalista ilustra isso. Ainda é pensado como possível a prática jornalística pautada pela verdade ou veracidade dos fatos e como um vigia para a sociedade que sempre lhe informará qualquer coisa que a ameace.

2.3 Imprensa e esfera pública

O entendimento de esfera pública passa por qual período histórico é referido. Isso porque depende do que é considerado público e privado. Por exemplo, na Grécia Clássica havia uma separação entre a esfera da *pólis* e a do *oikos*. Sobre isso, Habermas (2014) aponta que a vida pública se desenvolvia no diálogo e na prática, não necessariamente presos a um lugar específico; diferindo do *oikos* – relacionado à individualidade de cada um, ou seja, da natureza do seu particular. Assim, os que eram considerados cidadãos da *pólis* participavam de uma esfera pública que era imaterial e se constituía nas diferentes atividades desenvolvidas por eles, como deliberações em conselhos ou tribunais e participação em guerras.

Habermas (2014) aponta que, naquela época, já se estabelecia uma relação entre o particular e o público. Para o indivíduo ser considerado cidadão e ter participação na vida e esfera públicas, era preciso que o seu particular atendesse a determinadas imposições. Dessa forma, a condição particular era decisiva para dar acesso ou não à condição de cidadão. Se fosse pobre ou não possuísse escravos, ou se estivesse exclusivamente dedicado a atividades produtivas para subsistência, tal situação do âmbito particular era impeditiva, para que o sujeito ingressasse na esfera pública daquela época.

Essa nítida distinção entre esfera pública e domínio privado deixou de existir durante a Idade Média e início da Idade Moderna. De fato, o público passou por uma alteração. Para esse período, Habermas (2014) sugere que houve uma esfera pública representativa. Nesse contexto, não havia institucionalmente uma separação entre o que era público e o que era de natureza privada. O público se tornou centralizado no personalismo de quem detinha o poder; inicialmente, os senhores feudais que o representava. Mais adiante, eram os membros da corte que detinham essa condição de público.

Havia uma esfera pública representativa, uma vez que os atributos da dominação, como o selo principesco, eram considerados públicos, perfazendo uma representação pública da dominação (HABERMAS, 2014, p. 101). Essa situação foi fundamental para o desenvolvimento da esfera pública burguesa. Ao longo dos anos, nas cidades, foi se formando uma nova classe de comerciantes que tinham em comum a exclusão da participação política ocupada pela classe cortesã. Principalmente, a partir do século XVIII com algumas variações nos países europeus, deu-se a consolidação de um novo conceito de público.

Esse público era composto por pessoas que começaram a ter uma vida privada delimitada e alheia à esfera pública representativa. Os burgueses passaram a ter comércio e família nas cidades, que, diferente do campesinato, eram menos dependentes dos nobres. Assim, alguns espaços privados, então, começaram a ser usados para discussão, primeiramente, de obras literárias e artísticas e, mais tarde, de questões políticas. Dessa forma, o que era público foi deslocado. Se antes os nobres incorporavam em si e nas cortes o que era público, nesse momento, pessoas privadas ocupavam espaços inicialmente privados, que depois se tornaram públicos no sentido estarem abertos para a frequência de qualquer um.

Nesse sentido, Habermas (2014) relembra os cafés que no Iluminismo eram os locais de discussão intelectual e política. À medida que a burguesia ganhava força pelas suas atividades econômicas, a classe cortesã se viu, pela primeira vez, antagonizada pelos comerciantes. Logo, a esfera pública burguesa emergiu. Esse público era definido por pessoas privadas que tinham acesso a lugares públicos onde todos podiam estar independente de classe. Desse modo, houve uma separação de interesses entre a Sociedade Civil e o Estado. Os burgueses questionavam a dominação exercida pela nobreza, a qual representava a coisa pública do Estado.

A esfera pública burguesa pode ser entendida, antes de mais nada, como a esfera de pessoas privadas que se reúnem em um público. Eles reivindicam imediatamente a esfera pública, regulamentada pela autoridade, contra o próprio poder público, de modo a debater com ele as regras universais das relações vigentes na esfera da circulação de mercadorias e do trabalho social – essencialmente privatizada, mas publicamente relevante (HABERMAS, 2014, p. 135).

Surgiu, então, a esfera pública liberal burguesa. Aí é que se encontra a já referida segunda fase da imprensa. Aquelas discussões de crítica ao Absolutismo e

com defesa de um Estado de economia liberal eram amplificadas por alimentar publicações que chegavam a pessoas que não estavam ali inicialmente e, assim, pautar discussões em outros lugares.

A imprensa passou a sustentar uma esfera pública como arena de debate permanente, já que as discussões e deliberações não morriam nos espaços onde ocorriam. Elas estavam acessíveis nos papéis que podiam ser acessados em momentos e por pessoas diferentes. Com caráter de ser panfletária de ideias políticas, a imprensa serviu para difusão dos ideais burgueses. Além disso, ela tornava possível que essas posições chegassem à classe dominante, fazendo a imprensa assumir o papel de intermediação dos poderes periféricos da esfera pública frente aos centros de poder

Entretanto, com a ascensão da classe burguesa ao poder político, a imprensa perdeu seu papel de sustentar uma esfera pública para discussões políticas. Um dos motivos foi que seus principais fomentadores assumiram o poder e não tinham mais o interesse na publicação ferrenha de conteúdo que questionasse as ações do Estado. Outro motivo foi a reificação da informação. Se antes ela era instrumento para fomentar o debate, ela se tornou mercadoria para ser comercializada por um novo tipo de empresa: a imprensa.

Habermas (2014) passou a ver a imprensa com pessimismo e sugeriu o desmoronamento da esfera pública, porque os jornais se tornaram meio para se chegar ao lucro com abertura para anúncios comerciais em detrimento de material que estimulasse o discussões. Pelo fato de a classe burguesa comandar majoritariamente a imprensa, o autor entendeu que ela passou a servir como meio de manipulação das massas, pois o que seria publicado seria apenas uma espécie de aclamação aos interesses burgueses.¹²

¹² Entretanto, algumas ressalvas devem ser feitas. A primeira é referente ao entendimento de Habermas (2014) sobre esfera pública burguesa. Ele argumenta que se tratava de algo público por ser acessível a todos. Entretanto, isso é uma premissa e não se traduziu necessariamente na prática. Por exemplo, sobre a esfera literária, cabe questionar quem possuía acesso a obras literárias e de arte. Não eram todos os setores da sociedade. Já a respeito da esfera pública política que teve a imprensa como grande trunfo, recai novamente o questionamento de quem tinha acesso aos jornais publicados. É evidente que a produção deles se destinava a todos. Porém, aqueles que não eram letrados automaticamente se viam excluídos da participação em igualdade da tal esfera pública. Sem mencionar se os camponeses de forma geral eram recebidos nos espaços físicos onde ocorriam as discussões da mesma forma que os membros da alta burguesia e intelectuais. Um outro ponto a ser observado é a crítica feita pelo autor de que a esfera pública burguesa teve seu caráter de discussão racional e política desfeito após a consolidação do capitalismo. Se é entendido que a Sociedade Civil enquanto separada do Estado e como uma fiscalizadora de seus atos passou a ser alvo de manipulação pela imprensa, é porque o que antes era considerado por Habermas como Sociedade Civil se restringia à

Habermas (2008)¹³, porém, reviu seu posicionamento sobre o conceito de esfera pública política e abandonou sua visão pessimista sobre a imprensa. Uma de suas modificações se refere à necessidade apontada por ele de que exista a imprensa. “Existem dois tipos de atores sem os quais nenhuma esfera pública política poderia funcionar: os profissionais do sistema dos *media* e os políticos” (HABERMAS, 2008, p. 14).

Nessa nova concepção, o autor identifica que, para a democracia, é preciso que todos os setores sociais participem na deliberação dos assuntos. A esfera pública política deve, então, atender a esse fim. Deixando os atores políticos, bem como as instituições em que atuam, como parlamentos e cortes, por exemplo, como área central do sistema político, Habermas (2008, p. 14-16) entende que os profissionais do sistema dos *media*, os jornalistas e a imprensa estabelecem uma ponte para as áreas periféricas do sistema político, compostas pelos setores da sociedade que não participam diretamente do processo decisório.

A imprensa sustentaria a esfera pública política, a fim de que as discussões que ocorrem dentro dos parlamentos e das cortes cheguem a todas as pessoas. Por mais que a ação política direta esteja restrita aos poucos que atuam nas instituições estatais, devido à imprensa, toda a sociedade pode ter conhecimento do que está acontecendo para que, assim, ela possa se manifestar.

No entanto, argumenta Habermas (2008) que essa atuação da imprensa não deve ser unidirecional, levando apenas informações do centro para a periferia. Ela tem que atender, também, à periferia por mostrar suas críticas, anseios e posições ao centro. Assim, a esfera pública política estaria na forma como fosse possível a participação de centro e periferia na deliberação dos assuntos referentes à organização social. É evidente que os atores políticos é que exerceriam diretamente o poder. Contudo, por terem sido eleitos e estarem em um sistema democrático, eles

classe burguesa revolucionária. Os demais setores sociais não foram englobados à chamada Sociedade Civil no pensamento do autor. Por essa linha de raciocínio, quando a classe burguesa assumiu o poder, os principais pilares da tal sociedade civil migraram para constituir o Estado. Todavia, de forma prática, a ascensão da burguesia não extinguiu a Sociedade Civil separada do Estado com seus anseios e críticas. Foi dada demasiada ênfase pelo autor à classe burguesa e pouca ou nenhuma consideração de como outros segmentos sociais se comportaram durante o processo de consolidação do capitalismo.

¹³ Embora o ano dessa obra do autor seja anterior ao da de *Mudança Estrutural da Esfera Pública* (2014), ela é mais recente. O livro de 2014 é na verdade uma nova edição da publicação original que data 1961.

deveriam dar atenção aos interesses dos demais setores sociais, a fim de terem um parâmetro para suas ações. A periferia teria, então, sua voz reverberada até o centro pela atuação da imprensa.

Todavia, isso não é o que acontece em todos os casos. Habermas (2008, p. 19) escreve:

A televisão privada e a mídia impressa são empresas comerciais como quaisquer outras. Nesse caso, contudo, os proprietários podem utilizar sua vantagem econômica como um 'botão' para converter imediatamente o poder dos *media* em influência pública e em pressão política.

O que ele chama de “poder dos *media*” é a liberdade que a imprensa possui de escolher qual informação será veiculada e em que formato. Isso retoma o que fora escrito sobre a *agenda-setting* acerca de que os meios jornalísticos selecionam o que será a agenda de discussão da sociedade. A seleção feita, com certeza, atenderia aos interesses específicos do órgão de imprensa em questão.

Relembrando a definição de poder dada por Thompson (1998), de que ele é a capacidade de ação para garantir os objetivos de algo ou alguém, vê-se que a imprensa usará seu poder simbólico na permeação da esfera pública política. Na citação anterior, Habermas (2008) fala da vantagem econômica. Essa vantagem é entendida aqui como o poder econômico que também os órgãos de imprensa detêm. O quadro sobre as formas de poder apresentado anteriormente indica que ele é exercido pelas instituições econômicas, como empresas comerciais, que envolvem a imprensa por ela ter feito da informação uma mercadoria e atuar para garantir o lucro. Com isso, a imprensa concentra em si os poderes econômico e simbólico.

Além disso, há de se apontar que a imprensa também sofre influência do poder econômico de outras instituições. Os anunciantes, que geram parte considerável das receitas dos jornais, podem escolher em qual veículo depositar suas ações de publicidade, vinculando sua escolha aos assuntos agendados pelo jornal. Se o conteúdo de determinada publicação se alinha aos interesses do anunciante, o jornal recebe verba publicitária. Do contrário, não. Ocorre um movimento em que o poder simbólico é exercido em função do poder econômico.¹⁴ O jornal terá seu exercício de poder simbólico condicionado à geração de lucro e receitas.

¹⁴ Hardt e Negri (2000) debatem que o novo império mundial, com a queda dos Estados-Nação e a globalização, está no capital – o qual passa a regular e balizar todas as relações humanas e sociais.

O condicionamento da imprensa ao poder econômico não a torna um simples meio de circulação de conteúdo do que querem outras instâncias. É preciso entender que os veículos noticiosos não se vendem e possuem interesses próprios, porque, mesmo que haja convergência nas posições dos órgãos de imprensa e dos demais setores econômicos, essa não é a regra. Divergências acontecem, pois a imprensa trabalha para se preservar como ente central à sociedade no que se refere ao fornecimento de informações e para projetar uma imagem de que sua atuação é autônoma e isenta em relação a pressões políticas ou econômicas, a fim de sustentar a perspectiva de que ela atua sempre para o atendimento do interesse público. Os demais atores sociais que quiserem ter visibilidade favorável nos veículos noticiosos dependerão do fato de que se isso faz parte dos interesses da própria imprensa.

O modelo ideal da esfera pública política é comprometido na prática. A atuação da imprensa não servirá para o fluxo multilateral entre centro e periferias do sistema político sem sofrer interferências de interesses privados (MARQUES, 2008). O próprio Habermas (2008) entende que a falta de autonomia total em relação aos agentes econômicos, incluindo os proprietários dos jornais, é responsável pela desvirtuação da atuação esperada do jornalismo em sua sustentação da esfera pública política.

Isso faz mostrar que o modelo de esfera pública política precisa ser entendido não em sua forma idealizada, mas em sua forma prática. Ela não vai sempre atuar para que a comunicação política possibilite que todos tenham participação na deliberação de ações com efeito na vida social e cotidiana. Diferente de sua anterior perspectiva, Habermas (2008, p. 12) não condena a imprensa nem vê a situação sem alternativa, dizendo: “a comunicação política mediada não precisa preencher todos os padrões de uma deliberação ideal, assumindo diferentes formas em diferentes arenas”.

Ao fazer tal alegação, Habermas (2008) reconhece as formas práticas em que se dá a atuação da imprensa, abrindo espaço para o desenvolvimento de estudos que visem a analisar o papel desempenhado pela imprensa na sociedade, de modo a permitir a proposição de opções para solucionar os impasses que impedem a sociedade de incluir os cidadãos nas discussões políticas a serem deliberadas.

Desse modo, apesar de um modelo ideal de funcionamento da imprensa estabelecido por Habermas (2008), entende-se que o papel exercido pelo jornalismo não está alinhado ao interesse público pleno. Como argumenta o autor, a imprensa apresenta interesses privados como se fossem públicos para ganhar o respaldo da

população. “No processo de agendamento que ocorre no interior dos *media*, uma hierarquia informal confere à imprensa de qualidade nacional o papel de líder de opinião” (HABERMAS, 2008, p. 17).

Não é intenção condenar a imprensa como um demérito da sociedade atual. Ela, de fato, em razão de seus aparatos técnicos, é útil para informar a população de milhões de pessoas sobre assuntos importantes, servindo de ponte entre centro e periferias de poder. A esfera pública, para o presente trabalho, é vista como imperfeita e condicionada a interesses privados, já que o jornalismo, em parte considerável¹⁵, se tornou uma atividade empresarial que visa ao lucro.

2.4 Considerações

Diante da discussão feita, infere-se que os editoriais a serem analisados se valerão do posicionamento de um órgão de imprensa, reconhecido socialmente pela característica de “fazer saber”. Isso é determinante para situar de qual lugar são emitidas as opiniões presentes nos editoriais: não se trata de um ente isolado da sociedade civil ou de algum partido político; o posicionamento provém de uma empresa (pertencente a um conglomerado econômico, o Grupo Folha, que, além do jornal, controla mais outras sete publicações impressas, o portal *on-line* UOL e serviços de impressão e tecnologia da informação), que comercializa a notícia com apropriados aparatos técnicos e que, sob a sombra do desenvolvimento histórico da imprensa, ganhou relevância social.

Uma posição pró ou contra *impeachment* terá valências diferentes dependendo de quem a emite. Uma pessoa que fala: “Nem Dilma nem Temer” pode ser encarada como um cidadão exercendo seu direito de expressão. Já quando um jornal assume essa fala, a situação não é tão simples. Dados seus poderes econômico e simbólico, questionamentos surgem, como os de se é papel de um órgão de imprensa fazer tais apreciações ou se ele está extrapolando as suas funções e abusando de sua visibilidade para fazer ecoar de forma mais ampla determinado pensamento.

¹⁵ Foi dito em parte considerável, pois não se pode generalizar toda a atividade jornalística. Teve-se em conta os jornais comerciais de propriedade privada, como é a *Folha de São Paulo*, cujos editoriais são objetos de pesquisa desta dissertação. Porém, há outros modelos de jornalismo, como os europeus e comunitários, que são atrelados ao Estado ou a alguma comunidade, possuem uma finalidade diferente de conseguir lucro e estão mais voltados para fins sociais.

Isso trouxe o aspecto da esfera pública. Habermas, inicialmente, viu a imprensa como meio manipulador, considerando as interferências sofridas por ela por interesses privados. Mas, posteriormente, entendeu que ela é essencial para que haja uma ponte entre o centro do sistema político e as periferias. Concorda-se, aqui, com essa concepção. É difícil pensar em uma sociedade sem a imprensa atualmente.

O ponto de crítica, já em parte antecipada, é a perspectiva “romantizada” do jornalismo, de que ele deve atender ao interesse público; ou seja, todos os interesses. Isso propicia uma visão homogeneizada da sociedade e cria margem para que certas coisas apareçam na tal esfera pública com o pretexto de interessar a todos e que outras sejam omitidas por se dizer que são muito restritas para ocupar a atenção de todos.

Não é impossível ter diferentes veículos que se ocupem dos diversos anseios sociais. Entretanto, mesmo que isso aconteça, devido à desproporção no nível de poderes econômico e simbólico desses eventuais veículos, as mediações entre centro e periferia seriam assimétricas. De fato, essa previsão aponta qual é o erro quando se trata de jornalismo. Julgar que, de alguma maneira, ele poderá contemplar todos de forma igualitária.

Aí é que reside um dos principais pensamentos contidos neste trabalho: a crítica na insistência de atribuir ao jornalismo que é de natureza privada a atribuição de atender ao público. Discussões como esta sempre esbarrarão no ponto de que alguém estará fora da roda de interesses. Se houver uma guinada para o jornalismo que reverbere a necessidade de intervenção do Estado para conter problemas sociais, os setores liberais irão criticar, sendo a recíproca verdadeira.

Retorna-se ao que foi discutido no primeiro capítulo sobre a impossibilidade de ser neutro. Toda representação contida no discurso da imprensa será sempre parcial. Por isso, não é objetivo deste trabalho condenar o posicionamento assumido pela *Folha de São Paulo*. Pelo contrário, pode-se entender até como uma defesa disso. Não no que se refere ao mérito de seu posicionamento em relação ao *impeachment*, mas sim no entendimento de que o jornalismo, em fins práticos, acabará por atender a interesses privados.

O órgão de imprensa aqui analisado é de natureza privada e está configurado como uma empresa capitalista que visa ao lucro. Sendo assim, não é possível esperar que ele sempre defenderá o interesse público mesmo sendo isso o desejável e esperado pelos cidadãos.

Compreende-se que os setores da sociedade que ficam à margem da esfera pública constituída pela imprensa devem se organizar por conta própria, para participar das deliberações da agenda política em vez de esperar que os jornais já existentes façam isso por eles. Como disse Paulo Freire (2005), é uma ingenuidade esperar que o opressor liberte o oprimido. No referido caso, é impensável que os meios de comunicação de natureza privada se preocupem sempre com o interesse público.

Pensa-se que os trabalhos acadêmicos, ao realizarem uma abordagem descritiva sobre a imprensa, a fim de delinear quais as posições dos jornais, suas estratégias para se passar como neutros e o agendamento que eles fazem, contribuirão para mapear como age a imprensa no Brasil, produzindo conhecimento para estudos futuros e, principalmente, a fim de que a população os use para se mobilizar pela necessidade de democratização da comunicação e levar suas demandas aos centros de poder.

CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DOS EDITORIAIS

Neste capítulo, analisaremos como sete editoriais da *Folha de São Paulo* trataram Dilma Rousseff e seu governo, considerando o recorte temporal entre 2015 e 2016, quando ocorreram manifestações contrárias à presidenta no início de seu segundo mandato, em março de 2015, até o processo de *impeachment*. Primeiramente, é feita uma breve apresentação do objeto analisado, seguido da explicitação do modelo analítico empregado. Por fim, são trazidas as análises e as discussões feitas sobre ela.

A escolha dos editoriais da *Folha de São Paulo*¹⁶ para ser o *corpus* de pesquisa se deve ao fato de ela ser um dos principais veículos jornalísticos brasileiros, possuindo a maior tiragem e circulação entre os diários nacionais de interesse geral. Segundo o Instituto Verificador de Circulação (IVC), a média de circulação, em agosto de 2015, foi de 320.741 exemplares por dia.

Diante do conjunto dos editoriais publicados pela Folha de São Paulo entre os episódios das manifestações e o *impeachment*, de 15 de março de 2015 até 1º de setembro de 2016, a presente pesquisa estabeleceu um recorte temático, considerando – para a análise – somente os textos que se detinham ao processo de *impeachment*, uma vez que havia comentários sobre o governo de Dilma, mas possuíam temáticas mais direcionadas a análises econômicas, avaliações sobre a atuação do Congresso Nacional e outros assuntos.

A partir desse primeiro recorte, procedeu-se a uma nova seleção e chegou-se à elaboração do critério de que se estudariam os editoriais que se relacionassem também a acontecimentos importantes, os quais levaram à efetivação do processo de *impeachment* ou que o tivessem como principal assunto. Nesse escopo, foram selecionados sete editoriais:

- O primeiro texto coincidiu com a primeira grande manifestação contra Dilma, em seu segundo mandato, ocorrida em 15 de março de 2015, intitulado “Cedo ou tarde demais”.
- O segundo, “Nas cordas”, foi publicado um dia após a manifestação.

¹⁶ O referido jornal teve início em 1921, com a criação do jornal *Folha da Noite*. Em julho de 1925, foi criado o jornal *Folha da Manhã*, edição matutina da *Folha da Noite*. Além dos dois jornais, a *Folha da Tarde* teve as atividades iniciadas em 1959. Em 1º de janeiro de 1960, os três jornais da empresa se juntaram, criando o atual jornal *Folha de São Paulo*.

- O terceiro, “O vício contra o vício”, se referiu ao acolhimento do pedido de *impeachment* na Câmara dos Deputados em 3 de dezembro de 2015.
- O quarto abordou a manifestação contra Dilma, apontada como a maior da história direcionada à política, feita em 14 de março de 2016, com o título “Recado Cabal”.
- “Nem Dilma nem Temer” é o quinto editorial considerado nesta pesquisa, quando trouxe um pedido de renúncia da petista feito pela *Folha* em 3 de abril de 2016.
- O sexto tratou da votação na Câmara pela abertura do processo de *impeachment*, tendo o título “Decisão da Câmara”.
- Por último, o editorial publicado um dia após o Senado decretar o afastamento definitivo de Dilma, intitulado “Governo Novo”.

As análises seguiram a Análise do Discurso Crítica (ADC) conforme o modelo proposto por Fairclough (2003). O autor sustenta que o discurso constrói três significados: o acional, o representacional e o identificacional. Estes são uma reorganização do que Halliday (1973) chamou de funções da linguagem na teoria da Linguística Sistêmica Funcional. Elas seriam três: a ideacional, a interpessoal e a textual.

A função ideacional da linguagem estaria ligada à capacidade de representar eventos na língua. Trata-se de se poder expressar conteúdos da vivência cotidiana pela língua. Já a função interpessoal está em ver a língua como ação pelo fato de ela expressar e realizar relações sociais e pessoais (RESENDE; RAMALHO, 2016, p. 57). A textual se liga a enxergar que os aspectos construtivos do texto são funcionais; ou seja, não são aleatórios. Se escolhida a organização de certa maneira no texto, isso é feito para operar ligações entre as seleções escolhidas, a fim de projetar um sentido.

Ao longo de seu trabalho, Fairclough (2003) acabou por propor na ADC, a partir do que Linguística Sistêmica Funcional tinha estabelecido, considerar a parte textual e a sua conexão com os eventos sociais. O significado acional envolveu as funções textual e interpessoal por encarar que o discurso é uma forma de agir no mundo e estabelecer relações com as pessoas. Para isso, deve-se levar em conta a sua materialidade, que, em geral, está nos textos. O significado identificacional englobou a função interpessoal pelo fato de ele identificar a forma como os sujeitos se fazem presentes no mundo. Já o significado representacional acoplou a função ideacional

por tratar da representação do mundo social e também a função interpessoal por representar atores sociais em suas diversas relações mantidas.

Tem-se, então, que o significado acional está para análise de como o discurso está atuando sobre o mundo e sobre o outro. Relembrando-se que o discurso está dentro de uma prática social, a análise desse significado se preocupa em como o discurso em questão está agindo para efetivar determinado objetivo ou ação intencionada.

O significado representacional diz respeito a como o discurso se articula para representar aspectos e eventos do mundo. Deve-se ater que essa não é uma representação objetiva do mundo concreto. Ao representar algo de determinada forma, a representação é projetada a partir de uma determinada perspectiva particular.

O significado identificacional trata de como os atores sociais são identificados. As identidades são constituídas através do discurso. Não que ele crave em definitivo a identidade de alguém. Contudo, através de um processo dialético, as identidades são formadas.

Procedeu-se aos editoriais selecionados uma análise de seus significados representacional e identificacional. O primeiro por se entender que ele permitiria verificar como foi feita a representação de mundo construído pelo jornal. Já o identificacional foi elegido por se relacionar à identificação dos atores sociais nos editoriais. Obviamente, a escolha de se considerarem apenas dois significados foi meramente metodológica e não esgotou o assunto por completo.

Dos editoriais, foram retirados os trechos em que estavam presentes as referências feitas pelo jornal ao assunto central desta dissertação: o *impeachment*, Dilma Rousseff e seu governo.

3.1 Análise das avaliações e formas de representação projetadas pela *Folha de São Paulo*

Já apontados os significados que foram elegidos para análise, cabe indicar quais de suas categorias foram utilizadas. No significado identificacional, foi utilizada a noção de avaliação e valores, para verificar se os envolvidos foram identificados de forma positiva ou negativa. A avaliação ocorre quando os autores se comprometem com os valores (FAIRCLOUGH, 2003, p. 171).

As declarações de avaliação são declarações sobre desejabilidade ou indesejabilidade. Com palavras como ‘bom’, ‘mau’, ‘maravilhoso’, ‘terrível’, desejável é bastante explícito. Mas as declarações avaliativas também avaliam em termos de importância, utilidade e assim por diante (ver Lemke 1998), onde a conveniência é assumida. Assim, afirmações avaliativas como ‘este é um livro importante’, ‘este é um livro inútil’ implicam que o livro é desejável ou indesejável - é geralmente considerado como evidente que o que é ‘importante’ ou ‘útil’ é desejável... Podemos dizer que ‘este horrível livro’ pressupõe a declaração avaliativa ‘este livro é horrível’ (FAIRCLOUGH, 2003, p. 172).¹⁷

A partir do exposto, para a análise, foi entendido que as avaliações poderiam acontecer pela presença de “um atributo, um verbo, um advérbio ou um sinal de exclamação” (RESENDE; RAMALHO, 2016, p. 79), mas que também necessitariam de uma interpretação dos dizeres, para concluir se o que era dito estava identificando e avaliando o objeto em questão de forma favorável ou não. A seguir, estão alguns trechos em que é perceptível uma avaliação da *Folha* sobre o *impeachment*, Dilma Rousseff, o governo, os manifestantes e os políticos envolvidos no processo de afastamento da ex-presidenta. Foi feita essa ampliação dos pontos em que é possível verificar uma avaliação do jornal por se entender que isso permitiria ver o posicionamento dele de forma mais completa, em vez de se ater apenas às avaliações referidas ao termo “*impeachment*” ou Dilma Rousseff, uma vez que os eventos não aconteceram de forma isolada e repentina. A avaliação do jornal evidenciou a percepção da *Folha* sobre os acontecimentos.

De acordo com o modelo de Fairclough (2003, p. 177), as avaliações são positivas ou negativas. Foram retirados os trechos dos editoriais que continham projeções positivas ou negativas feitas pelo jornal. Para além da proposta teórico-metodológica de Fairclough, esta análise se valeu também da interpretação dos textos e não se restringiu apenas a marcadores textuais, como adjetivos e advérbios explícitos, visando a apontar a qualificação positiva ou negativa da projeção dos efeitos de sentidos. Assim, após os excertos considerados para análise, foram

¹⁷ I said above that evaluative statements are statements about desirability or undesirability. With words such as ‘good’, ‘bad’, ‘wonderful’, ‘dreadful’, desirability is quite explicit. But evaluative statements also evaluate in terms of importance, usefulness and so forth (see Lemke 1998), where desirability is assumed. So evaluative statements such as ‘this is an important book’, ‘this is a useless book’ imply that the book is desirable or undesirable – it is generally taken as self-evident that what is ‘important’ or ‘useful’ is desirable. . . . Evaluations are often embedded within phrases (e.g. ‘This awful book costs a fortune’) rather than made as statements. We can say that ‘this awful book’ presupposes the evaluative statement ‘this book is awful’.

descritas as avaliações positivas e/ou negativas do jornal. Isso difere do modelo de Fairclough de alistar as declarações avaliativas. Fez-se esta escolha após a análise piloto apontar que parte considerável das avaliações da *Folha* não estavam restritas a um tipo específico de declaração, mas eram projetadas pelo conjunto dos dizeres que careciam da interpretação conjunta do texto com outras informações não explicadas nele, como, por exemplo, fatos históricos, sentidos de palavras e noções de economia.

Contudo, antes de se apresentarem estas análises, cabe apontar que outro procedimento foi a análise do significado representacional. Segundo Fairclough (2003), os significados são interligados em si e indissociáveis, tendo a sua separação apenas para fins metodológicos. Logo, os estudos dos aspectos dos significados identificacional e representacional não são concorrentes, mas complementares.

O significado representacional se relaciona à forma como eventos, sujeitos e situações são retratados. Com respeito a ele, a categoria analítica utilizada para o estudo dos editoriais foi a de “representação de processos, participação de associados e circunstâncias”¹⁸ (FAIRCLOUGH, 2003, p. 141).

O que se quer dizer por processos é a maneira textual utilizada na representação dos ocorridos. De forma simples, os processos são verbos. O tipo dos verbos empregados para descrever ou narrar determinada conjuntura determina qual processo foi utilizado. Pode-se distinguir seis tipos de processos: o material, o verbal, o mental, o existencial e duas formas de relacional (FAIRCLOUGH, 2003, p. 142). A Tabela 2 traz um esquema sobre esses tipos de processo.

TABELA 2 – Tipos de processo representacionais

Tipo de processo	Participantes principais	Circunstâncias
Material	Ator, Afetado	Tempo, Lugar, Propósito, Motivo, Maneira, Meios
Verbal	Ator	
Mental	Experiência, Fenômeno	Tempo, Lugar, Razão
Relacional (1)	Portador de sentimento ou atributo	
Relacional (2)	Denominação, Avaliação	
Existencial	Existência	

Fonte: Fairclough (2003, p. 141).

¹⁸ Representation of processes and associated participants and circumstances.

O processo material remete a verbos que projetam o sentido de algum fato ocorrido, em ocorrência ou que ocorrerá, não sendo obrigatório se tratar de um algo concreto ou a presença de indicativos circunstanciais. Esses verbos podem ser transitivos ou intransitivos, e a oração pode estar tanto na ordem direta como na voz passiva. Central a esse processo é que o verbo denota uma ação e trarão ou o ator que a pratica, ou quem, ou o que foi afetado por ela.

Exemplos: Eu (ator) corri (processo material). Os alunos (afetados) foram atingidos (processo material) ao nascer do sol (circunstância de tempo) por uma enxurrada de tarefas (ator, responsável pela ação).

Já o processo verbal trata de verbos que implicam uma declaração. Ou seja, são marcados por verbos como dizer, falar e declarar. Nele, o ator enuncia algo.

Exemplo: O gerente (ator) diz (processo verbal) para trabalharmos com um sorriso largo (a declaração do ator que, como neste caso, vem acompanhada de um processo material).

O processo mental se refere aos verbos que são ligados a alguma manifestação da subjetividade de alguém específico. Como sugerido pela nomenclatura, esse processo é oriundo de uma ação mental que exprime um sentimento ou pensamento acerca de um fenômeno ou experiência.

Exemplo: Eu (ator) pensei (processo mental sobre o fenômeno ocorrido na mente do sujeito) nos meus problemas. Ele (ator) se sentiu (processo mental) triste.

O processo relacional se divide em dois: o que possui como principal um portador de sentimento ou de um atributo; e o que tem como principal uma denominação ou avaliação. O processo relacional 1 exprime uma relação em que o sujeito ou objeto detém algum sentimento ou atributo.

Exemplos: O time (portador) tem (processo relacional 1) uma atitude apática (atributo). O país (portador) possui (processo relacional 1) uma tristeza profunda (sentimento).

O segundo tipo, processo relacional 2, estabelece uma relação entre uma avaliação de um participante ou uma denominação referida a ele. Essa denominação ocorre pela forma como ele é caracterizado ou identificado, como feito no uso de um aposto.

Exemplo: João (participante), corretor de seguros (denominação), é (processo relacional 2) uma pessoa honesta (avaliação).

Por último, o processo existencial, que denota verbos que manifestam a existência de algo ou alguém.

Exemplos: Não há (processo existencial) dinheiro (participante, daquilo que se trata da existência). Eu (ator) sei (processo mental) que tem (processo existencial) falcatrua (participante, daquilo que se trata a existência) nesse jogo.

Os processos usados interferem diretamente na representação projetada. Se utilizados predominantemente os materiais, relacionais 1 e 2, ou existenciais, o que foi objeto da representação parecerá uma apresentação, pois os sujeitos enunciadorees terão a sua presença esvaziada, apagando os vestígios da uma construção feita a partir de uma perspectiva e dando um efeito de naturalização àquilo de que se trata, como se o que foi dito o é por simplesmente ser assim.

Caso a representação tenha uma incidência relevante de processos verbais ou mentais, ficará mais evidente que o objeto dela foi tratado por determinada visão de algum sujeito, uma vez que suas marcas ficarão explícitas. Com isso, torna-se fácil a interpretação de que os dizeres correspondem à opinião de determinado agente, e não a algo que expresse uma relação de similitude com os acontecimentos, conforme o efeito de sentido projetado por uma construção que privilegie os processos em que esteja apagada a marca dos sujeitos enunciadorees.

Apresentados os tipos de processos, cabe justificar a escolha da categoria analítica de “representação de processos, participação de associados e circunstâncias”. Quando tratado o significado identificacional, a preocupação se relacionou a como Dilma Rousseff e o *impeachment* foram avaliados e identificados. Como dito anteriormente, esta análise não se restringiu apenas aos aspectos formais do texto e se valeu da interpretação dos dizeres. No entanto, no estudo do significado representacional, a atenção foi direcionada aos aspectos linguísticos, já que a categoria analítica está diretamente ligada a quais verbos estão presentes, para se verificar por qual tipo de processo se deu a representação.

Os excertos dos editoriais serviram para a análise dos aspectos específicos dos significados identificacional e representacional. O pensamento foi de que, se houve o interesse em indicar como Dilma e o *impeachment* foram avaliados e identificados, caberia também mostrar como isso aconteceu. Em outras palavras, julgou-se propício que os tipos de processo usados pela *Folha de São Paulo* para identificar a ex-presidenta e o *impeachment* estivessem a fim de mapear como foi projetada a representação da identificação feita.

A hipótese levantada foi a de que, em princípio, por se tratar de avaliações, os processos usados seriam os mentais acompanhados dos processos relacionais, pois exprimiriam de forma explícita o que o jornal pensava sobre Dilma e o *impeachment*. Contudo, também foi pressuposto que a *Folha* buscava construir um movimento argumentativo que projetasse equilíbrio. Por isso, julgou-se interessante demonstrar os outros tipos de processo presentes e se eles apagariam a presença da *Folha de São Paulo* como enunciadora das declarações avaliativas e das que tratassem da identificação dos envolvidos. Com as análises que se seguem, foi possível demonstrar como a *Folha de São Paulo* representou o processo de *impeachment* e Dilma Rousseff e, dessa forma, construiu sua identificação. Uma ressalva a ser feita é a de que nem todos os processos e circunstâncias foram assinalados para não deixar o estudo exaustivo. Estão destacados apenas os itens que, de forma direta, se relacionaram com a identificação de Dilma Rousseff e o *impeachment*, seguidos de um quadro que justifica por que os processos foram considerados importantes na construção das avaliações feitas pelo jornal.

Editorial 1 - “Cedo ou tarde demais”, de 15 de março de 2015, publicado no dia em que foram realizadas as primeiras grandes manifestações contra Dilma Rousseff em razão dos desdobramentos de investigações sobre crimes de corrupção na Petrobras. O editorial comentou as manifestações, as ações do governo Dilma Rousseff na área econômica e um eventual processo de *impeachment*.

Embora mereça (**PROCESSO RELACIONAL 2**) as mais duras críticas (**AVALIAÇÃO do que se merece**), Dilma (**AFETADA**) foi eleita (**PROCESSO MATERIAL**) de forma legítima (**CIRCUNSTÂNCIA DE MANEIRA**); não existem (**PROCESSO EXISTENCIAL**), por ora, razões (**aquilo de que se fala da EXISTÊNCIA**) para *impeachment*.

A presidente Dilma Rousseff (**ATOR e AFETADA no segundo processo material desse parágrafo**) faz (**PROCESSO MATERIAL**) jus (**AFETADO**) às críticas (**AFETADA do primeiro processo material e ATOR do segundo desse parágrafo**) que passaram a desabar (**PROCESSO MATERIAL**).

Não está evidenciado (**PROCESSO EXISTENCIAL**) que Dilma Rousseff (**ATOR**) cometeu (**PROCESSO MATERIAL**) delitos (**AFETADO**) ou abusou (**PROCESSO MATERIAL**) de seus poderes (**AFETADO**); **as orações dos processos materiais constituem**

AQUILO DE QUE SE TRATA A EXISTÊNCIA). Tem agido (PROCESSO MATERIAL), até prova em contrário, de boa-fé (CIRCUNSTÂNCIA DE MANEIRA).

Ressaltado que **é (PROCESSO RELACIONAL 2) legítimo (AVALIAÇÃO), numa democracia (CIRCUNSTÂNCIA DE SITUAÇÃO) manifestar-se (PROCESSO MATERIAL e PARTICIPANTE do processo relacional imediatamente anterior) pacificamente (CIRCUNSTÂNCIA DE MANEIRA) pelo afastamento do governante (CIRCUNSTÂNCIA DE MOTIVO), esta Folha (ATOR) não identifica (PROCESSO MATERIAL), no âmbito do que se conhece (PROCESSO MENTAL) até o momento (CIRCUNSTÂNCIA DE TEMPO), razões suficientes (AFETADA) para isso (CIRCUNSTÂNCIA DE PROPÓSITO).**

Seu governo (PARTICIPANTE e ATOR dos processos materiais desse parágrafo) foi (PROCESSO RELACIONAL 2) perdulário (AVALIAÇÃO), solapou (PROCESSO MATERIAL) a confiança econômica (AFETADA), afugentou (PROCESSO MATERIAL) investimentos (AFETADO) e propiciou (PROCESSO MATERIAL) uma onda inflacionária (AFETADA).

Mesmo **sendo (PROCESSO RELACIONAL 2) o impeachment (PARTICIPANTE) um remédio constitucional (AVALIAÇÃO), sua utilização (PARTICIPANTE) é (PROCESSO RELACIONAL 2) traumática (AVALIAÇÃO).**

Melhor que **prevaleça (PROCESSO MATERIAL) a legitimidade do voto popular (ATOR).**

TABELA 3 – Processos destacados do editorial “Cedo ou tarde demais”

Tipo de processo	Verbo ou locução verbal	Relacionado a uma construção em que esteja presente alguma apreciação por parte do jornal a Dilma, ao seu governo ou ao <i>impeachment</i> ?	Justificativa
Relacional 2	Mereça	Sim	Processo relacional 2 usado para transmitir uma avaliação do jornal.
Material	Foi eleita	Sim	Processo material projeta um julgamento da <i>Folha</i> , pois é acompanhado de uma circunstância de maneira.
Existencial	Existem	Sim	A negação da existência resulta na projeção de uma avaliação.
Material	Faz	Sim	O jornal utiliza um processo material para passar uma avaliação.
Material	Passaram a desabar	Não	O processo descreve um acontecimento.
Existencial	Está evidenciado	Sim	A <i>Folha</i> , ao negar a existência dos abusos e delitos, acaba por construir um julgamento sobre o <i>impeachment</i> .
Material	Cometeu	Não	A oração desse processo complementa o sentido da anterior com processo existencial.
Material	Abusou	Não	A oração desse processo complementa o sentido da anterior com processo existencial.
Material	Tem agido	Sim	O jornal apresenta um juízo de valor por apresentar uma circunstância de maneira.
Relacional 2	É	Sim	O processo relacional projeta uma avaliação acerca daquilo que “é”.
Material	Manifestar	Sim	Esse processo material projeta uma avaliação feita pela <i>Folha de São Paulo</i> por ser participante do processo relacional acima.
Material	Identifica	Sim	O verbo remete a um processo material, porém, ao ter como afetada “as razões suficientes” para <i>impeachment</i> , esse último recebe uma avaliação.

Mental	Conhece	Não	Processo mental usado para justificar o processo material anterior.
Relacional 2	Foi	Sim	É estabelecido um julgamento ao participante; no caso, o governo.
Material	Solapou	Sim	A avaliação foi feita a partir do momento em que a afetada foi “a confiança econômica” e pela conotação do verbo solapar.
Material	Afugentou	Sim	A avaliação é percebida pelos afetados terem sido “os investimentos”, que na economia possuem uma valência positiva e que receberam a ação denotada no verbo.
Material	Propiciou	Sim	A “onda inflacionária” que foi afetada é algo negativo, deixando um julgamento negativo para o ator que a propiciou.
Relacional 2	Sendo	Sim	O participante desse processo recebeu uma avaliação.
Relacional 2	É	Sim	O participante desse processo recebeu uma avaliação.
Material	Prevaleça	Sim	A ocorrência desse processo foi avaliado como o “melhor” a acontecer.

- **Avaliações positivas**

As críticas feitas à ex-presidenta Dilma Rousseff foram consideradas como avaliações positivas. Isso porque o jornal entendeu que elas eram fundamentadas ao afirmar que Dilma tanto mereceu quanto fez jus a elas. Houve uma projeção positiva das críticas devido ao fato de a *Folha de São Paulo* se colocar em uma posição de realizar um julgamento sobre a procedência das críticas feitas a Dilma e, como indicado, ela as considerou válidas.

Outra avaliação positiva presente se refere à forma como Dilma foi eleita: de forma legítima. Algo legítimo evoca algo justo, lícito ou correto. Esses predicados foram associados à eleição de Dilma, agregando um valor positivo à sua vitória nas urnas. Além disso, a *Folha* coloca que não havia evidências de que a ex-presidenta tinha abusado de seus poderes. Em complementação a essa avaliação positiva, está a de que ela estava agindo de boa-fé, o que pressupõe que Dilma não estava usando subterfúgios para acobertar supostos crimes de corrupção ou eventuais atos de

improbidade administrativa. Foi dito ainda que era melhor que prevalecesse a vontade do voto popular.

A manifestação para o afastamento da governante também está sob um parecer favorável. É dito que ela é algo legítimo em uma democracia, o que afasta a possibilidade de se pensar que os atos organizados para aquele dia eram de caráter subversivo.

- **Avaliações negativas**

A *Folha de São Paulo* atribuiu uma avaliação negativa ao governo de Dilma no aspecto econômico: por caracterizá-lo como perdulário ou esbanjador, indicando que ele gastou demasiadamente os recursos públicos. A perda de confiança econômica, a queda dos investimentos e a alta da inflação, fatores negativos na economia, foram vistos como resultado da ação do governo comandado por Dilma.

Entendeu-se que o *impeachment* recebeu uma avaliação negativa, pois o jornal afirmou que, até o momento, não havia identificado razões suficientes para o afastamento da, até então, presidenta. Mesmo dizendo que ele era constitucional, o que sugeria uma avaliação positiva, a *Folha* reafirmou seu parecer desfavorável ao dizer que o *impeachment* seria traumático. A interpretação é de que um trauma possui uma valência negativa.

Observações

Neste primeiro editorial, foi observado que Dilma Rousseff foi identificada como uma pessoa disposta a colaborar com as investigações sobre possíveis delitos e que ela havia sido eleita legitimamente. Embora tenha recebido essas avaliações positivas, o editorial da *Folha de São Paulo* afirmou que as críticas sofridas por Dilma eram justificadas pelo fato de ela ter feito por onde para recebê-las. A perspectiva favorável dada às críticas acabou por criar um efeito negativo sobre a ex-presidenta. Isso foi acentuado pelo fato de o jornal não ter poupado críticas ao governo de Dilma.

O jornal também identificou, de forma positiva, as manifestações organizadas pedindo o afastamento da presidenta. Porém, a *Folha* julgou como traumático um eventual *impeachment*, afirmando que, até o momento, não havia motivos para esse processo ser acionado.

Dessa forma, pelas avaliações feitas, a *Folha de São Paulo* identificou Dilma Rousseff como uma governante que havia cometido erros e seu governo como

responsável por más ações na área econômica. A manifestação foi identificada como legítima e o afastamento da presidenta como negativo. Com isso, verificou-se que o jornal, mesmo sendo crítico a Dilma, não fez qualquer menção favorável à saída dela.

Nesse excerto, foram apontados 20 tipos de processo, sendo que 12 eram materiais, cinco relacionais 2, dois existenciais e um mental. Dezesete foram utilizados para estruturar o texto de forma que fosse projetada alguma apreciação da *Folha de São Paulo*. Pode ser destacado que, destes, nove foram materiais contra cinco relacionais. Chamou-se atenção para isso, pois os processos relacionais têm em sua estrutura uma avaliação explícita, enquanto os outros carecem de uma interpretação associada ao restante do texto e a memórias externas a ele, para se identificar que a sua presença participa de um juízo ou apreciação.

Outro aspecto relevante é a ausência de um processo mental que se relacione diretamente a uma avaliação da *Folha*, apagando as marcas de sua presença no texto, conforme estariam caso a articulação seguisse o exemplo: “Esse jornal entende que Dilma foi eleita de forma legítima”. O uso de dois processos existenciais também serviu para projetar uma opinião do jornal sem que ele estivesse explicitamente presente na emissão dessa avaliação.

Editorial 2 - “Nas cordas”, de 16 de março de 2015, publicado um dia após o editorial “Cedo ou tarde demais”. Ele comentou como se deram as manifestações acontecidas no dia anterior e, mais uma vez, voltou a atenção para o governo de Dilma acerca de sua reação aos atos populares e de suas ações na área econômica.

Em clima pacífico, descontraído e democrático (CIRCUNSTÂNCIA DE MANEIRA), centenas de milhares de brasileiros (ATORES dos processos materiais desse parágrafo), nas mais diversas cidades do país (CIRCUNSTÂNCIA DE LUGAR), foram (PROCESSO MATERIAL) às ruas neste domingo (CIRCUNSTÂNCIAS DE LUGAR E TEMPO) para protestar (PROCESSO MATERIAL) contra o governo Dilma Rousseff, o PT e a corrupção (AFETADOS). Nota: a oração do processo material do verbo protestar constitui uma **CIRCUNSTÂNCIA DE PROPÓSITO** por estar complementando a preposição para.

[...] a apertada vitória petista (PARTICIPANTE e ATOR) nas urnas, legitimamente obtida em 2014, parece (PROCESSO RELACIONAL 2) ter intensificado (PROCESSO MATERIAL) no Planalto (CIRCUNSTÂNCIA DE LUGAR) um espírito de alienação, de

insensibilidade, de acomodamento político (oração do processo material serve como AVALIAÇÃO do processo relacional 2).

Os inevitáveis e corretos ajustes na economia (**frase sem verbo, porém os ajustes são o PARTICIPANTE que receberam a AVALIAÇÃO de inevitáveis e corretos, uma vez que se presume a frase: Os ajustes na economia são (PROCESSO RELACIONAL 2), suprimido no trecho analisado) corretos e inevitáveis).**

Mas estes (ATORES, os inevitáveis e corretos ajustes na economia), em contradição explícita com as promessas de campanha, recobriram (PROCESSO MATERIAL) o governo (AFETADO) da sombra inafastável do estelionato eleitoral.

Dilma (ATOR) perdeu (PROCESSO MATERIAL) oportunidade (AFETADA) [...] de ao menos atenuar (PROCESSO MATERIAL) a impressão de descaso com os valores republicanos, de preconceito contra vastos setores de opinião, de ticanhez e sectarismo partidários (AFETADOS pelo segundo processo material e ATRIBUTOS do processo relacional 1) que caracterizam (PROCESSO RELACIONAL 1) sua gestão (PORTADORA).

O segundo governo de Dilma (PARTICIPANTE e ATOR do próximo processo material) parece (PROCESSO RELACIONAL 2) ter-se iniciado já como se estivesse em seu ocaso (orações que constituem a AVALIAÇÃO). Nada apontou (PROCESSO MATERIAL) de novo, nenhuma expectativa, nenhuma esperança, nenhum rumo.

Não há (PROCESSO EXISTENCIAL), obviamente, respostas mágicas (aquilo de que se fala da EXISTÊNCIA), mas, no mínimo, uma atitude diferente (AFETADA) precisa ser tentada (PROCESSO MATERIAL).

Não foi o que se viu quando uma dupla (ATORES) contrafeita e abespinhada de ministros - José Eduardo Cardozo (Justiça) e Miguel Rossetto (Secretaria-Geral da Presidência) - veio (PROCESSO MATERIAL) a público neste domingo (CIRCUNSTÂNCIAS DE MANEIRA E TEMPO). Reconheceram (PROCESSO MENTAL) a legitimidade dos protestos (FENÔMENO), mas repetiram (PROCESSO VERBAL) argumentos (ATORES) que por ora soaram (PROCESSO MATERIAL) gastos (CIRCUNSTÂNCIA DE MANEIRA).

TABELA 4 – Processos destacados do editorial “Nas cordas”

Tipo de processo	Verbo ou locução verbal	Relacionado a uma construção em que esteja presente alguma apreciação por parte do jornal a Dilma, ao seu governo ou ao <i>impeachment</i> ?	Justificativa
Material	Foram	Sim	O processo material tem os atores apresentados sob circunstância de maneira que remete a características positivas, projetando uma avaliação sobre os atores e a ação praticada por eles.
Material	Protestar	Sim	Os afetados pelo processo material ficaram sob uma ótica desfavorável por serem o alvo do protesto de atores apresentados sob circunstâncias positivas.
Relacional 2 + Material	Parece + ter intensificado	Sim	A oração do processo material serviu de avaliação à participante do processo relacional, pois a circunstância de lugar foi usada para se referir às pessoas que lá estavam e que foram identificadas com características negativas, que, por sua vez, foram intensificadas pelo ator do processo material.
Material	Recobriram	Sim	O afetado pelo processo foi recoberto de algo negativo.
Material	Perdeu	Sim	O ator é descrito perdendo algo de valência positiva, a afetada pela ação.
Material	Atenuar	Não	Complementa o sentido do que foi afetado pelo processo material anterior.
Relacional 1	Caracterizam	Sim	A portadora do processo foi atribuída de características negativas.
Relacional 2	Parece	Sim	As duas orações seguintes constituem uma avaliação do participante.
Material	Apontou	Sim	O processo foi modalizado pelo termo “nada”, que avaliou negativamente o ator por ele não ter apontado coisas positivas.
Existencial	Há	Não	Trata da existência de respostas para os impasses vividos pelo país.
Material	Precisa ser tentada	Sim	A afetada é avaliada como necessária.
Material	Veio	Não	Narrou uma ação dos atores.

Mental	Reconheceram	Sim	Tratou do reconhecimento de dois ministros sobre o fenômeno envolvido, no caso os protestos contra Dilma, projetando uma avaliação positiva acerca das manifestações.
Verbal	Repetiram	Não	Trata de que dois ministros fizeram um ato declarativo.
Material	Soaram	Sim	A circunstância de maneira projetou uma avaliação negativa sobre os atores.

- **Avaliações positivas**

A respeito dos manifestantes, a *Folha* fez uma avaliação positiva ao afirmar que eles foram em clima pacífico, descontraído e democrático, juízos de valor empregados para afastar a interpretação de que as manifestações eram ilegítimas. Por se dizer pacífico e descontraído, o jornal enfatizou que os atos não foram de encontro ao comumente aceito de não se usar a violência. Ao colocar como uma ação democrática, foi projetado o sentido de que não se tratava de uma rebelião, mas de uma expressão de opinião, algo plenamente aceito em uma democracia.

A vitória nas eleições presidenciais de 2014 foram colocadas pela *Folha* como legitimamente obtidas, presumindo-se que não havia o que ser questionado.

Outra avaliação positiva feita pelo jornal se refere aos ajustes feitos pelo governo de Dilma, que envolveram corte de gastos, ações para reduzir a dívida pública e projetos para limitar os gastos do governo e a reforma na previdência.

- **Avaliações negativas**

O jornal avaliou negativamente Dilma Rousseff, afirmando que ela transmite uma impressão de descaso, preconceito, ticanhez e sectarismo partidários, que, segundo o jornal, eram características de sua gestão. Também, foi dito que ela perdeu a oportunidade de atenuar esse quadro.

O governo dela também pode ser visto como tendo recebido um parecer desfavorável da *Folha* por não ter apontado qualquer opção nem esboçado uma atitude diferente para contornar a crise econômica e as críticas recebidas. Foi avaliado que ele tinha características indesejáveis, como alienação, insensibilidade e acomodamento político. Os ministros que se pronunciaram sobre os protestos foram taxados de contrafeitos e abespinhados ou zangados, e seus argumentos foram vistos como gastos. A perspectiva do jornal foi negativa.

Os ajustes na economia, apesar de terem sido considerados corretos, foram apresentados como contraditórios ao que fora prometido durante o período de campanha e, segundo a *Folha*, caracterizaram estelionato eleitoral. Esse foi um julgamento incisivo feito pelo jornal, já que estelionato remete a crime e a fraude.

Observações

A partir das avaliações feitas, Dilma Rousseff foi identificada no editorial como ineficiente na oportunidade de atenuar uma imagem negativa. De fato, as avaliações negativas da *Folha* sobre o governo de Dilma marcaram este editorial por características indesejáveis serem explicitamente associadas à gestão petista, como alienação, insensibilidade e acomodação.

O que foi avaliado como positivo no governo, os ajustes na economia, foi ofuscado pelo julgamento de que tais medidas constituíram um estelionato, já que elas contradiziam as promessas de campanha que não estavam sendo cumpridas. Embora tenha reconhecido a legitimidade da eleição de Dilma, a *Folha* se mostrou crítica ao seu governo, projetando um efeito de sentido de ele ser ineficaz.

Nessa publicação, a valoração positiva dos manifestantes que protestaram contra Dilma Rousseff e seu partido reforçaram a posição do jornal de ser crítico ao governo e identificá-lo sob uma ótica desfavorável embora sem sinalizar explicitamente um parecer pela saída de Dilma Rousseff.

Nos excertos desse editorial, 12 processos foram usados para a projeção das avaliações da *Folha de São Paulo*. Os materiais foram majoritários, com oito aparições, seguidos por duas do relacional 2, uma do mental e uma do relacional 1. Novamente, não se viram processos mentais associados a um ato do jornal, apagando sua presença como autor das valorações feitas. A vez em que o processo mental apareceu, ele estava ligado aos dois ministros do governo Dilma e fora usado para sustentar a avaliação de que até eles reconheceram as manifestações como legítimas.

A maior incidência de processos materiais sugere a montagem de uma narrativa sobre ações, fazendo com que as avaliações não fiquem tão explícitas como emissões do enunciador. Porém, tal narrativa carrega projeções de sentido que serão interpretados e percebidos como bons ou ruins.

Editorial 3 - “O vício contra o vício”, de 3 de dezembro de 2015, publicado após o acolhimento do pedido de *impeachment* pela Câmara dos Deputados. O editorial apresentou que o início do processo de impedimento da presidenta foi provocado pelo fato de o PT ter indicado que votaria contra Eduardo Cunha, então presidente da Câmara, responsável por aceitar o tal pedido, no Conselho de Ética acerca de acusação de quebra de decoro parlamentar. Foi indicado que havia uma chantagem de Eduardo, a qual se concretizou quando o partido da presidenta se manifestou contra o deputado, e, em retaliação, este acatou a solicitação de afastamento. Os possíveis resultados do *impeachment* também foram comentados no mesmo texto.

Processo de *impeachment* (ATOR) se abre (PROCESSO MATERIAL) em meio à chantagem e às suspeitas em torno de Cunha (CIRCUNSTÂNCIA DE MANEIRA), mas desfecho do caso (ATOR) poderá tirar (PROCESSO MATERIAL) país (AFETADO) da paralisia.

A presidente Dilma (ATOR) reagiu (PROCESSO MATERIAL), em pronunciamento curto, mas contundente (CIRCUNSTÂNCIA DE MANEIRA) ao novo lance da crise.

O processo (ATOR dos próximos dois processos materiais) que ora se abre (PROCESSO MATERIAL) dará (PROCESSO MATERIAL) ocasião a que todos (AFETADOS e ATORES do processo material do verbo examinem) examinem (PROCESSO MATERIAL), com paixão, mas também com razão e prudência, os motivos concretos (AFETADOS) em torno do *impeachment*.

Pelas mãos suspeitíssimas do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ) (CIRCUNSTÂNCIA DE MANEIRA), deflagrou-se (PROCESSO MATERIAL) o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff (PT) (AFETADO).

Em nome dos padrões de seriedade e ética (AFETADOS do processo material do verbo desprezar) que o petismo (ATOR) tem dado (PROCESSO MATERIAL) tantas mostras de desprezar (PROCESSO MATERIAL), eis que o processo de *impeachment* de Dilma (AFETADO) se inaugura (PROCESSO MATERIAL) por obra de um político denunciado na Operação Lava Jato, acusado de corrupção e flagrado em pleno controle de contas bancárias na Suíça (ATOR do processo material do verbo inaugura e do próximo processo verbal) - a respeito das quais mentira (PROCESSO VERBAL) de forma deslavada na CPI da Petrobras.

O impasse político (ATOR) em torno do *impeachment* tem feito (PROCESSO MATERIAL) mal ao país (AFETADO).

TABELA 5 – Processos destacados do editorial “O vício contra o vício”

Tipo de processo	Verbo ou locução verbal	Relacionado a uma construção em que esteja presente alguma apreciação por parte do jornal a Dilma, ao seu governo ou ao <i>impeachment</i> ?	Justificativa
Material	Abre	Sim	A circunstância de maneira na qual ocorre o processo possui uma valência negativa, projetando isso sobre o ator.
Material	Poderá tirar	Sim	A ação sobre o afetado remete a uma avaliação positiva, uma vez que o sentido é de que ela tem o potencial de reverter um quadro negativo.
Material	Reagiu	Não	Apontou uma ação do ator sobre o ocorrido.
Material	Abre	Não	Tratou de uma ação do ator.
Material	Dará	Sim	Projetou-se uma avaliação positiva sobre o ator, pois o resultado dessa ação seria proveitosa.
Material	Examinem	Sim	Trouxe o resultado, com projeção de sentido positivo, do processo material anterior.
Material	Deflagrou	Sim	A circunstância de maneira, de valência negativa, acabou por agregar isso ao afetado do processo.
Material	Tem dado	Sim	Aquilo que o ator tem dado, expresso no próximo processo material, foi algo negativo que trouxe uma avaliação desfavorável sobre o ator.
Material	Desprezar	Sim	Relacionou-se a uma avaliação, pois os afetados pela ação de conotação positiva foram vistos como desprezados.
Material	Inaugura	Sim	As características do ator da ação agregaram uma avaliação negativa ao afetado da ação.
Verbal	Mentira	Sim	Remete a um ato declarativo que possui uma avaliação negativa pela conotação do verbo mentir.
Material	Tem feito	Sim	O resultado dessa ação foi apontado com mau para o afetado.

- **Avaliações positivas**

Considerou-se o processo de *impeachment* com uma avaliação positiva. Tal asserção se sustenta pelo que a *Folha* elencou: o desfecho do *impeachment* poderia tirar o país da paralisia. A inferência foi de que paralisia remete a algo negativo, tendo em consideração a noção de que o desejável é o país estar em desenvolvimento, situação de dinâmica, oposta ao estado de paralisia. Logo, aquilo que fosse capaz de reverter o quadro de inércia seria algo bom. No caso em questão, trata-se do processo de *impeachment*. Além disso, ela avaliou que, com o processo aberto, haveria a oportunidade de todos, tanto os favoráveis e contrários ao *impeachment*, examinarem os motivos do pedido de afastamento da presidenta.

O jornal também fez uma avaliação positiva de Dilma ao dizer que seu pronunciamento havia sido contundente, o que pressupõe que, ao contrário do que fora criticado anteriormente, a manifestação da presidenta não tinha sido uma argumentação já gasta.

- **Avaliações negativas**

O processo de *impeachment* recebeu uma avaliação negativa, pois teve sua abertura contestada e avaliada de forma indesejada ao se dizer que ela ocorreu em meio à chantagem e pelas mãos suspeitas do, até então, deputado federal, Eduardo Cunha. Foi avaliado que Eduardo Cunha, quem deu início ao *impeachment*, era um político acusado de corrupção e que havia mentido na CPI da Petrobras.

A *Folha de São Paulo* colocou o petismo, englobando a presidenta e os demais membros de seu partido, de forma desfavorável ao dizer que ele dava mostras de desprezo aos padrões de seriedade e ética. Justificando o título “O vício contra o vício”, o jornal construiu uma versão em que Dilma Rousseff e seu partido, o PT, que, segundo a *Folha*, desprezava a ética, estavam no momento recebendo o *impeachment* pelas mãos de alguém que não era referência em ética e era acusado de corrupção.

Outra avaliação negativa foi quanto ao impasse político que, segundo o jornal, fazia mal ao país.

Observações

A *Folha de São Paulo*, nesse editorial, continuou sua linha crítica a Dilma Rousseff, porém, nessa ocasião, referindo-se ao petismo em vez de diretamente à presidenta.

Nesse editorial, diferente dos anteriores, o jornal apresenta o *impeachment* sob uma ótica desejável por avaliar que ele acabaria com o impasse político que estava paralisando o país. Houve, entretanto, uma tentativa de contrabalançar essa posição favorável ao *impeachment* por associar negativamente a forma como ele havia iniciado. Para isso, a *Folha* identificou de forma negativa o ex-deputado federal Eduardo Cunha, indicando que ele era um político acusado de corrupção e que havia mentido diante de uma Comissão Parlamentar de Investigação.

A partir desse movimento, o jornal cria um movimento argumentativo para projetar imparcialidade por, ao mesmo tempo, criticar Dilma e fazer acusações a quem procedeu a abertura do processo de *impeachment*. Isso foi acentuado quando se disse que a instauração do trâmite de afastamento da presidenta permitiria que todos examinassem com paixão, razão e prudência os motivos do *impeachment*. Se antes chamado de traumático, agora ele poderia resultar no fim da paralisia do país com todos podendo examinar a causa.

Nos trechos analisados desse editorial, estiveram presentes oito processos materiais relacionados a alguma avaliação do jornal a Dilma, ao governo e ao processo de *impeachment*.

Eduardo Cunha, diretamente envolvido com a abertura do processo de impedimento, por na época ser o presidente da Câmara dos Deputados e o responsável por aceitar ou não os pedidos afastamento do chefe do Executivo, foi referido como tendo mãos suspeitíssimas, projetando uma valência negativa sobre ele pelo sentido projetado pelo uso do termo “suspeitíssimas”.

Ainda sobre ele, foi empregado um processo verbal, em que o sentido projetado pelo verbo “mentira” acentuou a avaliação negativa sobre ele.

Mais uma vez, a presença de processos materiais foi maioria na construção do texto opinativo, que, dessa vez, não contou com outros processos à exceção do verbal ligado a Eduardo Cunha.

Editorial 4 - “Recado Cabal”, de 14 de março de 2016, publicado em uma segunda-feira, após um domingo marcado por novas manifestações contra Dilma Rousseff. O editorial voltou a atenção para os protestos e os efeitos dele para o governo de Dilma, que, segundo ele, estava cada vez mais acuado com as denúncias de corrupção que envolvia outros membros de seu partido.

[...] os protestos (PARTICIPANTES) realizados ao longo deste domingo contra o governo Dilma Rousseff (PT) (CIRCUNSTÂNCIA DE MOTIVO) consistiram (PROCESSO RELACIONAL 2) na maior manifestação política (AVALIAÇÃO) de que se tem registro na história do país.

Superando (PROCESSO MATERIAL) até mesmo a dimensão dos comícios pelas Diretas-Já (AFETADA) em 1984, um impressionante contingente de brasileiros (ATOR dos dois processos materiais desse parágrafo) convergiu (PROCESSO MATERIAL) às ruas, de forma pacífica, bem humorada e eloquente, num ato de definitiva rejeição (CIRCUNSTÂNCIA DE MANEIRA).

Crise política (ATOR) do governo Dilma Rousseff (AFETADO) se agrava (PROCESSO MATERIAL) com a maior manifestação política de que se tem registro na história do país.

Rejeição que se volta não apenas contra um governo atolado na incompetência administrativa, na crise econômica e na arrogância pessoal de seus integrantes (a forma empregada de “governo atolado” pressupõe que o governo (PARTICIPANTE) está (PROCESSO RELACIONAL 2) atolado (AVALIAÇÃO). Porém, o trecho destacado está sem verbo, deixando a construção projetar o sentido de que a situação do governo é essa), mas contra um modelo político (AFETADO) fundamentado na mistificação ideológica e nutrido (PROCESSO MATERIAL) pela corrupção (ATOR).

Se, desde o início do segundo mandato, eram (PROCESSO EXISTENCIAL) inúmeros os motivos (aquilo de que se fala da EXISTÊNCIA) para a indignação popular, ganharam (PROCESSO MATERIAL) evidência novos sinais, mais graves, de corrosão moral e administrativa (ATOR) nos círculos do poder.

Terá caído (PROCESSO MATERIAL) por terra, paralelamente, a teoria petista (ATOR) de que o movimento contra a corrupção vinha apenas a expressar o inconformismo dos partidos e lideranças derrotados nas últimas eleições presidenciais. Hostilizados (PROCESSO MATERIAL) por parte dos manifestantes (ATOR), os

tucanos Aécio Neves e Geraldo Alckmin (**AFETADOS**) não permaneceram no palanque.

[...] o país (**PARTICIPANTE**) permanece (**PROCESSO RELACIONAL 2**) dividido (**AVALIAÇÃO**) – e numa crise (**PARTICIPANTE**) que, de uma forma ou de outra, é (**PROCESSO RELACIONAL 2**) urgente superar (**AVALIAÇÃO**).

TABELA 6 – Processos destacados do editorial “Recado Cabal”

Tipo de processo	Verbo ou locução verbal	Relacionado a uma construção em que esteja presente alguma apreciação por parte do jornal a Dilma, ao seu governo ou ao <i>impeachment</i> ?	Justificativa
Relacional 2	Consistiram	Sim	A avaliação feita aos participantes foi de valência positiva e ensejou um julgamento desfavorável ao governo Dilma, já que este foi a circunstância de motivo para a ocorrência dos participantes.
Material	Superando	Sim	A parte afetada remete a um acontecimento considerado desejável e, por ela ter sido superada, projetou-se uma avaliação sobre a ação e o ator.
Material	Convergiu	Sim	A circunstância de maneira, apresentada com características desejadas, agregou um parecer favorável à ação e aos participantes.
Material	Agrava	Sim	A ação denotada pelo verbo e o sentido projetado pelo termo que remete ao ator do processo, ambos de caráter indesejável, acarretaram uma avaliação negativa à parte afetada.
Material	Nutrido	Sim	O termo referido ao ator possui uma conotação negativa e projetou isso ao afetado por este ser nutrido por algo indesejável.
Existencial	Eram	Sim	Foi alegada a existência de motivos para a insatisfação com o governo de Dilma, projetando uma avaliação negativa sobre ele.
Material	Ganharam	Sim	Os atores, atrelados a aspectos indesejáveis, ganharam

			evidência, transmitindo um efeito de sentido negativo para o governo de Dilma por confirmar a presença desses atores indesejados.
Material	Terá caído	Sim	O sentido projetado pela locução verbal é de valência negativa, agregando essa conotação ao ator.
Material	Hostilizados	Sim	Os afetados foram alvos de uma ação indesejada, o que justificou a avaliação negativa dada à teoria petista, a parte afetada do processo material anterior.
Relacional 2	Permanece	Sim	A avaliação projetou sobre o participante uma situação indesejável.
Relacional 2	É	Sim	A avaliação foi de que o participante era algo indesejável.

- **Avaliações positivas**

A *Folha de São Paulo* avaliou de forma positiva a manifestação política feita contra o governo Dilma e a caracterizou como a maior já registrada na história. O parecer favorável foi endossado com alusão ao “Diretas-Já”, movimento de valência positiva, já que exigira eleições diretas e democráticas. Dessa forma, o jornal associou uma memória favorável às manifestações ocorridas em 13 de março de 2016 para lhes agregar uma conotação positiva.

Similar ao que fez no editorial de 16 de março de 2015, a *Folha*, mais uma vez, identificou de forma positiva os manifestantes, atribuindo características supostamente desejáveis a eles, como pacificidade, bom humor e eloquência.

- **Avaliações negativas**

O jornal manteve sua visão negativa sobre Dilma. A primeira avaliação nesse sentido está em afirmar que a crise tinha se agravado. A segunda foi julgar como incompetente e nutrido pela corrupção o governo Dilma. Além disso, a *Folha* declara que havia inúmeros motivos para indignação popular. Outra avaliação negativa é percebida quando se disse que surgiram sinais mais graves de corrosão moral. Os integrantes do governo também foram caracterizados como arrogantes.

A *Folha* usou o fato de os tucanos Aécio Neves e Geraldo Alckmin, opositores a Dilma Rousseff e ao seu partido, terem sido hostilizados nas manifestações como

um argumento para avaliar negativamente o que ela chamou de teoria petista. De acordo com o jornal, essa teoria afirmava que as manifestações expressavam o inconformismo dos derrotados nas últimas eleições presidenciais. Porém, como o adversário no segundo turno não fora bem recebido, a *Folha* argumentou que isso invalidava a tal teoria petista.

A última avaliação negativa a ser considerada neste editorial é a crise que deixava o país dividido e que por isso era urgente ser superada.

Observações

A respeito desse editorial, percebeu-se que a *Folha* manteve sua linha crítica à Dilma e ao seu governo. Permaneceu, também, a sua identificação positiva das manifestações contra a ex-presidenta. É perceptível que ela se posiciona como preocupada com o bem-estar do país ao dizer que a crise precisava ser superada. Algo também a ser destacado é que o jornal afirma que já existiam inúmeros motivos para indignação popular ainda no início do segundo mandato de Dilma e que outras evidências haviam surgido. Entretanto, não houve preocupação em fundamentar essas alegações que, simplesmente, foram colocadas como sendo verdadeiras.

Os 11 processos dos excertos deste editorial estavam associados à construção utilizada pela *Folha* para transmitir sua opinião. Foram, em maioria, novamente, os materiais com sete aparições, seguidos dos relacionais 2, com três, e do existencial, com uma. Mais uma vez, é perceptível a ausência dos processos mentais de forma que a presença do jornal como emissor das avaliações fique apagada.

O maior uso de processos materiais reforça a ideia de que houve uma preocupação do jornal em fazer uma argumentação em que as avaliações não ficassem claramente apresentadas, criando efeitos de objetividade e transparência dos dizeres, com vistas a um processo de naturalização, no qual a instância receptora tenderia a não perceber as estratégias de construções dos sentidos.

Editorial 5 - “Nem Dilma nem Temer”, de 3 de abril de 2016. De destaque neste editorial são: o fato de ele ter sido publicado na primeira página, o que não é usual, e apresentar o explícito pedido da *Folha de São Paulo* pela renúncia de Dilma Rousseff. “A mudança de lugar de um editorial pode denotar opinião” (LONGHI, 2006, p. 113).

Ter trazido o editorial na capa foi uma estratégia para dar apelo e chamar a atenção. Tendo em vista que a prática jornalística ensina que os assuntos de maior

importância aparecem na primeira página para atrair o leitor, infere-se que a *Folha* atribuiu grande valor ao seu pedido de renúncia e, por isso, o colocou na capa para também escancarar sua posição.

Essa não foi a primeira vez que a *Folha* fez isso. Em 25 de abril de 1991, ela publicou na primeira página uma carta aberta¹⁹ assinada por Otávio Frias Filho, diretor de redação, com críticas ao então presidente Fernando Collor de Melo e ao seu governo. Naquele momento, Fernando Collor era alvo de denúncias de esquemas de corrupção e a carta mencionou que, em razão de a *Folha de São Paulo* apresentar essas denúncias, o então presidente havia movido processo contra três jornalistas do órgão de imprensa.

Collor perdia a governabilidade e também se via ameaçado por um processo de *impeachment*. E exatamente como fez com Dilma Rousseff, o jornal publicou um editorial em sua capa²⁰, pedindo a renúncia de Fernando Collor, em 30 de junho de 1992, mais uma vez tecendo críticas a ele, afirmando que não tinha mais condições de governar e que a superação da crise vivida pelo país requeria a sua renúncia.²¹

Retornando ao editorial de 3 de abril de 2016, são perceptíveis as extensas críticas a Dilma e ao seu governo.

Formou-se (PROCESSO VERBAL) imensa maioria favorável (ATOR) a seu impeachment (CIRCUNSTÂNCIA DE PROPÓSITO).

Esta Folha (ATOR dos dois processo materiais desse parágrafo) continuará empenhando-se em publicar (PROCESSO MATERIAL) um resumo equilibrado (AFETADO) dos fatos e um espectro plural de opiniões, mas passa a se incluir (PROCESSO MATERIAL) entre os que preferem (PROCESSO MENTAL) a renúncia à deposição constitucional (FENÔMENO).

Dilma Rousseff (ATOR dos três processos materiais desse parágrafo) deve renunciar (PROCESSO MATERIAL) já, para poupar (PROCESSMO MATERIAL) o país (AFETADO) do trauma do impeachment e superar (PROCESSO MATERIAL) tanto o impasse que o mantém atolado como a calamidade sem precedentes do atual governo.

A presidente Dilma Rousseff (PT) (ATOR) perdeu (PROCESSO MATERIAL) as condições de governar o país (AFETADO).

¹⁹ Ver imagem no Anexo 8, p. 122.

²⁰ Ver imagem no Anexo 9, p. 123.

²¹ Para mais informações sobre esses episódios, ver CONTI (1999).

É (PROCESSO RELACIONAL 1) com pesar (SENTIMENTO DO PORTADOR) que este jornal (PORTADOR) chega a essa conclusão. Nunca é desejável (PROCESSO RELACIONAL 2, com o verbo “é”; AVALIAÇÃO com ‘nunca desejável’) interromper (PROCESSO MATERIAL; a oração desse verbo constitui o PARTICIPANTE do imediato processo relacional anterior), ainda que por meios legais, um mandato presidencial (AFETADO) obtido em eleição democrática.

Depois de seu partido (ATOR) protagonizar (PROCESSO MATERIAL) os maiores escândalos de corrupção de que se tem notícia; depois de se reeleger (PROCESSO MATERIAL) à custa de clamoroso estelionato eleitoral (CIRCUNSTÂNCIA DE MANEIRA); depois de seu governo (ATOR) provocar (PROCESSO MATERIAL) a pior recessão da história, Dilma (ATOR) colhe (PROCESSO MATERIAL; a oração desse processo exerce a função de PARTICIPANTE do processo relacional a frente) o que merece (PROCESSO RELACIONAL 2, em que é avaliado como merecida, embora não explícita, a situação desconfortável que ela enfrentava).

Enquanto Dilma Rousseff (ATOR) permanecer (PROCESSO MATERIAL) no cargo, a nação (AFETADA; PARTICIPANTE) seguirá (RELACIONAL 2) crispada, paralisada (AVALIAÇÃO). É (PROCESSO RELACIONAL 2) forçoso (AVALIAÇÃO) reconhecer (PROCESSO MENTAL; oração desse processo constitui a PARTICIPANTE do processo relacional imediatamente anterior) que a presidente constitui hoje o obstáculo à recuperação do país (FENÔMENO).

Embora existam (PROCESSO EXISTENCIAL) motivos (aquilo de que se trata da EXISTÊNCIA) para o impedimento até porque a legislação estabelece farta gama de opções, nenhum deles (PARTICIPANTE) é (PROCESSO RELACIONAL 2) irrefutável (AVALIAÇÃO). Não que faltem indícios de má conduta; falta (PROCESSO EXISTENCIAL), até agora, comprovação cabal (aquilo de que se trata da EXISTÊNCIA).

O impeachment (ATOR) tenderá a deixar (PROCESSO MATERIAL) um rastro de ressentimento.

TABELA 7 – Processos destacados do editorial “Nem Dilma nem Temer”

Tipo de processo	Verbo ou locução verbal	Relacionado a uma construção em que esteja presente alguma apreciação por parte do jornal a Dilma, ao seu governo ou ao <i>impeachment</i> ?	Justificativa
Material	Formou	Sim	Foi dito que o ator constituía maioria, projetando uma avaliação positiva sobre ela e deixando isso agregado à circunstância de propósito.
Material	Publicar	Sim	O afetado foi qualificado como equilibrado, algo desejável, que acaba por remeter também a uma qualificação do ator.
Material	Incluir	Não	Tratou de uma ação do ator.
Mental	Preferem	Sim	Exposto qual fenômeno foi considerado desejável.
Material	Deve renunciar	Sim	Foi utilizada uma locução verbal em que o verbo “deve” projeta um sentido de que a ação do ator é uma ordem, apreciação ou avaliação.
Material	Poupar	Sim	Esse processo remeteu a um efeito do processo material anterior, efeito esse de valência positiva, pois poupa o afetado de um trauma.
Material	Superar	Sim	Também um efeito do processo material referido pela locução verbal “deve renunciar”, de avaliação positiva, pois transmite o sentido de suplantar coisas negativas.
Material	Perdeu	Sim	Projetou um julgamento sobre as condições de governabilidade do ator.
Relacional 1	É	Sim	Transmitiu uma avaliação por apresentar o sentimento do portador.
Relacional 2	É	Sim	Expressou uma avaliação negativa ao considerar como nunca desejável a interrupção do mandato presidencial.
Material	Interromper	Sim	A oração desse verbo constituiu o participante do processo relacional acima.
Material	Protagonizar	Sim	A ação do ator possui valência negativa, projetando isso no ator.

Material	Reeleger	Sim	A circunstância de maneira pela qual se deu o processo é julgada como desfavorável devido ao sentido transmitido pelo termo “estelionato”.
Material	Provocar	Sim	O resultado dessa ação é marcado pelo adjetivo “pior”, projetando um sentido negativo sobre o responsável por ela; no caso, o ator.
Material + Relacional 2	Colhe; Merece	Sim	Foi avaliado como justificável o que Dilma colhia: passar por uma situação desconfortável. O sentido transmitido pelo verbo “merece” exprime uma avaliação por ele em si ser usado para julgar se algo é válido.
Material	Permanecer	Sim	O efeito dessa ação foi julgado como indesejável conforme descrito pelo próximo processo relacional.
Relacional 2	Seguirá	Sim	Houve a avaliação negativa do futuro estado da participante do processo: a nação.
Relacional 2	É	Sim	Foi avaliado como forçoso, algo desagradável, a participante do processo, que é a oração do próximo processo mental.
Mental	Reconhecer	Sim	O fenômeno envolveu a avaliação de que Dilma era um obstáculo para a recuperação do país.
Existencial	Existam	Sim	Indicou que havia motivos para o <i>impeachment</i> , projetando uma avaliação de que ele era plausível.
Relacional 2	É	Sim	Avaliou que o participante não era irrefutável.
Existencial	Falta	Sim	Ao negar a existência de comprovação cabal das justificativas para o <i>impeachment</i> , este acabou por receber uma apreciação desfavorável por parecer sem embasamento.
Material	Tenderá a deixar	Sim	Projetou uma avaliação desfavorável sobre o resultado da ação do ator, agregando isso a ele também.

- **Avaliações positivas**

A *Folha de São Paulo* avalia que os favoráveis ao *impeachment* constituíram maioria, fazendo com que o processo de afastamento seja visto sob uma luz desejável, já que, por se tratar de uma democracia, a maioria se mostrou pró *impeachment*.

O jornal atribuiu a si mesmo uma valoração positiva por afirmar que continuaria a apresentar os fatos de forma equilibrada. O equilíbrio remete a algo desejável dentro das expectativas do discurso da imprensa, já que ele se opõe ao radicalismo e enseja razoabilidade e ponderação entre posições conflitantes. Por “continuar” publicando um resumo equilibrado, infere-se que o jornal já está fazendo algo positivo, retratando os acontecimentos sem recorrer a extremismos e com ponderação, o que lhe atribui uma avaliação positiva.

Outra coisa vista como favorável pela *Folha de São Paulo* seria a renúncia de Dilma, que, segundo o jornal, seria uma ação realista e que pouparia o país do trauma do *impeachment*.

- **Avaliações negativas**

Dilma Rousseff é avaliada negativamente pela *Folha* por esta considerar que a primeira perdera as condições de governar. Dilma, além de ser apontada como o obstáculo a ser superado para a recuperação do país, foi acusada de se reeleger por estelionato eleitoral e comandar o governo que provocou a pior recessão da história do país. O seu partido também é avaliado negativamente por ser apontado pelo jornal como protagonista do que foi considerado por este como o pior escândalo de corrupção.

O jornal ainda considera que não é desejável interromper o governo de quem fora eleito democraticamente, deixando o *impeachment* numa avaliação indesejada. A *Folha* reconheceu que faltava comprovação cabal para deixar irrefutável a existência do *impeachment*. Ela ainda declarou que ele deixaria um rastro de ressentimento.

Observações

Apesar de se dizer contrária ao *impeachment*, a *Folha de São Paulo* acabou por lhe dar legitimidade ao afirmar que uma maioria se mostrava favorável a ele. Entendeu-se isso por se ter por base o regime democrático no qual o que é decidido é com base na adesão do maior número de pessoas.

O próprio jornal procurou se manter em uma posição favorável ao colocar que buscava trazer uma posição equilibrada dos fatos. Mesmo apresentando críticas a Dilma, como a identificando como empecilho para a recuperação do país, a *Folha* buscou projetar uma posição ponderada ao se excluir dos que eram favoráveis ao

impeachment e propor como alternativa a renúncia da, até então, presidenta. Para fins práticos, a saída de Dilma era o que interessava e pouca diferença faria caso ela tivesse renunciado ou sofrido o *impeachment*, já que, nos editoriais passados, o jornal sempre se manteve antagônico a Dilma.

Nos trechos retirados deste editorial, 13 processos materiais, cinco relacionais 2, dois mentais, um existencial e um relacional 1 participaram da articulação argumentativa do jornal para tecer suas avaliações. Se novamente os processos materiais foram a maioria, transmitindo avaliações do jornal de forma menos explícita do que se usados outros processos na construção do texto, houve aqui uma quebra quanto a isso com a primeira aparição de processos mentais em que a *Folha* se incluiu.

Isso ocorreu quando ela afirmou que preferia a renúncia. A outra incidência foi no momento em que ela disse reconhecer que Dilma era um obstáculo para a recuperação do país. Nesse último caso, essa avaliação foi afetada pela oração “é forçoso”, projetando o sentido de que o jornal não fazia esse reconhecimento por livre e espontânea vontade, mas por forças alheias à sua vontade. Essa construção atenuou a presença explícita da *Folha* por transmitir que essa sua avaliação não era o que ela realmente queria.

Editorial 6 - “Decisão da Câmara”, de 17 de abril de 2016, publicado no domingo em que foi agendada a sessão na Câmara dos Deputados que votaria pela decisão de abertura do processo de *impeachment*. Foi apresentado por este editorial: os possíveis efeitos da votação, novamente, a postura da *Folha*, favorável à renúncia da, até então, presidenta e mais críticas ao governo.

A crise tem de ser encarada com equilíbrio, com espírito crítico e esperança construtiva - atitudes (**AFETADAS pelo segundo processo material desse parágrafo**) que esta *Folha* (**ATOR dos dois processos materiais desse parágrafo**), ao longo de todo o processo, tem-se esforçado e se esforçará (**PROCESSO MATERIAL**) por manter (**PROCESSO MATERIAL**).

Votação sobre *impeachment* (**ATOR**) de Dilma, seja qual for o resultado, não resolverá (**PROCESSO MATERIAL**) impasse político, moral e econômico do país (**AFETADO**).

O governo Dilma Rousseff (ATOR; PARTICIPANTE do próximo processo relacional 2 no seguinte parágrafo) acabou (PROCESSO MATERIAL).

Está (PROCESSO RELACIONAL 2) exaurido pela própria incompetência política, pelo incomparável desastre econômico que criou, pelo desvelamento de todo o sistema de corrupção (AVALIAÇÃO) que o PT (ATOR) instaurou (PROCESSO MATERIAL) no centro do poder (AFETADO). O país (ATOR) definha (PROCESSO MATERIAL), e a presidente e seu partido (PARTICIPANTES) são (PROCESSO RELACIONAL 2) responsáveis (AVALIAÇÃO) por isso.

O PIB (ATOR) recua (PROCESSO MATERIAL), a inflação (ATOR) corrói (PROCESSO MATERIAL) salários (AFETADOS), o desemprego (ATOR) aumenta (PROCESSO MATERIAL), o crédito (ATOR) diminui (PROCESSO MATERIAL); nenhum desses efeitos (AFETADOS) ocorreu sem que o dedo de Dilma (ATOR) estivesse (PROCESSO MATERIAL, pelo verbo “estivesse” projetar o sentido que além do que estar no local, houve alguma ação praticada) entre as causas.

Sem dúvida uma vitória do impeachment (ATOR) neste domingo significará (PROCESSO MATERIAL), para a expressiva maioria dos brasileiros, a justa punição de um governo (ATOR dos próximos três processos materiais) que, na incompetência, na arrogância e no delírio de seu próprio isolamento, destruiu (PROCESSO MATERIAL) a economia (AFETADA), afundou-se (PROCESSO MATERIAL) na corrupção e escarneceu (PROCESSO MATERIAL) das instituições (AFETADAS).

Fundado em premissas jurídicas em alguma dose contestáveis (CIRCUNSTÂNCIA DE MANEIRA), o processo de impeachment (PARTICIPANTE; ATOR do próximo processo material) é (PROCESSO RELACIONAL 2) uma medida traumática (AVALIAÇÃO), projetando (PROCESSO MATERIAL) para o futuro (AFETADO) divisões e inconformismos (ATORES) que em nada (CIRCUNSTÂNCIA DE MANEIRA) contribuem (PROCESSO MATERIAL) para a travessia (AFETADA), a tudo crer longa, do grave momento econômico.

TABELA 8 – Processos destacados do editorial “Decisão da Câmara”

Tipo de processo	Verbo ou locução verbal	Relacionado a uma construção em que esteja presente alguma apreciação por parte do jornal a Dilma, ao seu governo ou ao <i>impeachment</i> ?	Justificativa
Material	Tem-se esforçado	Sim	Essa ação recebeu uma avaliação positiva em razão do seu complemento conforme está no processo material do verbo manter.
Material	Esforçará	Sim	Essa ação recebeu uma avaliação positiva em razão do seu complemento conforme está no processo material do verbo manter.
Material	Manter	Sim	Projetou-se uma avaliação sobre o ator pelo resultado de a ação estar ligada à parte afetada, os atributos listados como necessários de se ter.
Material	Resolverá	Sim	O advérbio “não” trouxe uma avaliação sobre a ação por transmitir o sentido de que ela seria ineficaz.
Material	Acabou	Sim	Avaliação se fez presente, pois, apesar de denotar uma ação, que o ator tinha acabado, o governo Dilma ainda estava em vigor.
Relacional 2	Está	Sim	O participante recebeu uma avaliação.
Material	Instaurou	Sim	A avaliação, nesse caso, ocorre pela interpretação do que foi instaurado, coisas negativas, agregando essa valência ao ator da ação.
Material	Definha	Sim	O sentido projetado pelo verbo resulta em um julgamento negativo ao ator.
Relacional 2	São	Sim	Os participantes foram avaliados como responsáveis pelo descrito no processo material imediatamente anterior. Como se tratava de algo negativo, a avaliação que pesou sobre eles se manteve nessa mesma valência.
Material	Recua	Sim	A ação praticada pelo ator implica uma avaliação desfavorável, uma vez que o desejável seria que fizesse o oposto.
Material	Corrói	Sim	O ator, a inflação, possui uma valência negativa, e, por sua ação ter como afetados os salários, houve uma projeção negativa sobre o que estava acontecendo.

Material	Aumenta	Sim	A ação praticada pelo ator implica uma avaliação desfavorável, uma vez que o desejável seria que fizesse o oposto.
Material	Diminui	Sim	A ação praticada pelo ator implica uma avaliação desfavorável, uma vez que o desejável seria que fizesse o oposto.
Material	Estivesse	Sim	Os afetados são os efeitos descritos nos processos materiais anteriores, que, do ponto de vista econômico, estavam em uma condição indesejada. O ator foi situado nas causas desses efeitos. Logo, por estes serem negativos, projetou-se sobre o ator uma avaliação negativa.
Material	Significará	Sim	O complemento do verbo é “uma justa punição”, que remete a algo positivo, deixando essa valência atrelada ao ator do processo.
Material	Destruiu	Sim	O sentido projetado, levando-se em conta a afetada por esse processo, é negativo, pois a economia foi destruída. Essa conotação negativa recai também sobre o ator.
Material	Afundou	Sim	Foi declarado que o ator se afundou na corrupção, algo que transmite uma avaliação negativa pelo senso que se tem acerca de corrupção.
Material	Escarneceu	Sim	O alvo desse processo, as afetadas, são tidas como coisas boas, e, por terem sido escarnecidas, houve uma projeção de sentido desfavorável ao ator por ele ter feito algo negativo às instituições.
Relacional 2	É	Sim	O participante recebeu uma avaliação.
Material	Projetando	Sim	O ator recebeu uma avaliação negativa, pois o resultado de ação seriam coisas indesejáveis para o afetado.
Material	Contribuem	Sim	O sentido projetado pelos termos que constituíram os atores por si só projetou uma avaliação indesejável. Isso foi acentuado pela circunstância de maneira empregada para transmitir o sentido de que eles não seriam úteis para afetar positivamente a parte afetada.

- **Avaliações positivas**

O *impeachment* foi avaliado positivamente, pois foi dito que ele significava uma punição justa para governo. Algo justo remete a uma avaliação desejável. Outra

avaliação foi percebida na definição feita de “maioria expressiva” para se referir àqueles a quem o *impeachment* parecia justo. Dizer “maioria expressiva” excluiu outros posicionamentos e agregou um valor positivo ao processo de impedimento por validá-lo como aprovado pela maior parte dos brasileiros mesmo sem ser oferecida uma comprovação efetiva disso.

A *Folha de São Paulo* se autoavaliou positivamente por afirmar que a crise precisava ser encarada com equilíbrio, espírito crítico e esperança construtiva, e que ela já se esforçava e continuaria se esforçando para manter essas características.

- **Avaliações negativas**

A primeira avaliação negativa que se nota é com respeito ao *impeachment*. De acordo com o jornal, ele não resolveria o impasse político, moral e econômico do país. A *Folha* manteve sua posição de que o impedimento da presidenta seria algo traumático e deixaria consequências que não contribuiriam para a superação da crise econômica. Além disso, o jornal avaliou que as premissas jurídicas eram, em certa medida, contestáveis, o que gera a interpretação desfavorável sobre o *impeachment*, já que ele se mostrava frágil em sua fundamentação.

O que a *Folha de São Paulo* também avaliou desfavoravelmente, continuando o que já tinha expressado nos outros editoriais analisados, foi Dilma e seu governo. Antes de se saber o desfecho do *impeachment*, o jornal afirmou que o governo dela tinha acabado. Isso projetou o julgamento do jornal contrário a Dilma Rousseff e a favor do fim do mandato.

Ela identificou o governo como incompetente, corrupto, desrespeitoso às instituições e responsável pela crise econômica. Sob os aspectos negativos da economia, a *Folha* responsabilizou diretamente Dilma Rousseff e o seu partido. Também, foi avaliado pelo jornal que o país definhava e que isso era culpa de Dilma.

Observações

As avaliações feitas pela *Folha de São Paulo* caracterizaram negativamente Dilma Rousseff e o seu governo. Um ponto interessante é que, mesmo indicando o *impeachment* como negativo, o jornal deixou claramente sua posição favorável à saída de Dilma e seu antagonismo a ela. Entendeu-se, nesta dissertação, que a constante avaliação negativa ao *impeachment* foi uma estratégia usada pelo jornal para projetar isenção. A *Folha de São Paulo* constantemente avaliou

desfavoravelmente Dilma e seu governo; porém, para atenuar essa visão, ela se disse contrária ao processo de impedimento, a fim de gerar um efeito de equilíbrio por não se colocar favorável a qualquer artifício para a saída da presidenta.

Os excertos deste editorial contaram com três processos relacionais 2 e 17 processos materiais. Como aconteceu nos casos anteriores, a incidência de processos materiais foi maior e a constatação de que eles estavam envolvidos em avaliações da *Folha* dependeu de interpretar os sentidos projetados pelos atores e afetados.

Editorial 7 - “Governo novo”, de 1º de setembro de 2016, publicado um dia após o Senado ter votado pelo impedimento da presidenta em definitivo. Ele fez um balanço sobre o processo de *impeachment*, criticou o fato de, apesar de ter sofrido o impedimento, Dilma ter seguido com seus direitos políticos e defendeu que a recuperação econômica deveria ser prioridade, incluindo as medidas necessárias para isso, as quais estavam em trânsito no Congresso Nacional.

Embora os delitos cometidos (PARTICIPANTE) não sejam (PROCESSO RELACIONAL 2) irrefutáveis (AVALIAÇÃO), todo o processo de impeachment (PARTICIPANTE) foi (PROCESSO RELACIONAL 2) constitucional (AVALIAÇÃO).

O processo (ATOR) decorreu (PROCESSO MATERIAL) em estrita obediência à Constituição, assegurado amplo direito de defesa e sob supervisão de suprema corte insuspeita (CIRCUNSTÂNCIA DE MANEIRA).

Esta Folha (ATOR) teria preferido (PROCESSO MENTAL), como manifestou diversas vezes, que a extrema gravidade da crise e o inconformismo da sociedade houvessem conduzido à renúncia da chapa eleita em 2014 (FENÔMENO).

O destino de Dilma Rousseff (PARTICIPANTE), entretanto, é (PROCESSO RELACIONAL 2) agora assunto privado (AVALIAÇÃO), conforme seu governo (ATOR), um dos piores da história nacional, desaparece (PROCESSO MATERIAL) de vez para ser recolhido aos livros de história.

TABELA 9 – Processos destacados do editorial “Governo novo”

Tipo de processo	Verbo ou locução verbal	Relacionado a uma construção em que esteja presente alguma apreciação por parte do jornal a Dilma, ao seu governo ou ao <i>impeachment</i> ?	Interpretação
Relacional 2	Sejam	Sim	Realizada uma avaliação sobre o participante.
Relacional 2	Foi	Sim	Realizada uma avaliação sobre o participante.
Material	Decorreu	Sim	A circunstância de maneira em que ocorreu o processo projetou uma avaliação positiva sobre o ator.
Mental	Teria preferido	Sim	Manifestou o fenômeno avaliado como desejável.
Relacional 2	É	Sim	Realizada uma avaliação sobre o participante.
Material	Desaparece	Não	Apresentada a ação do ator.

- **Avaliações positivas**

O processo de *impeachment* foi avaliado positivamente dessa vez pelo fato de a *Folha de São Paulo* ter afirmado que ele ocorrera de forma constitucional. Isso foi enfatizado ao dizer que aconteceu em estrita obediência à Constituição. Também, foi dada uma valência favorável ao ser colocado pelo jornal que o direito de defesa foi respeitado e que a suprema corte, o Supremo Tribunal Federal – avaliado favoravelmente como insuspeito – havia supervisionado todo o processo.

O que também recebeu uma avaliação positiva foi uma eventual renúncia de Dilma, a qual o jornal afirmou que seria preferível.

- **Avaliações negativas**

A avaliação negativa deste editorial ficou para o governo de Dilma, tachado como um dos piores da história nacional.

Observações

O jornal *Folha de São Paulo*, após o desfecho do *impeachment*, o avaliou positivamente, alterando as avaliações feitas anteriormente, as quais sempre o

colocava sob uma ótica desfavorável. Entretanto, ele fez novamente a sua ressalva de que não era favorável ao processo de impedimento e que teria sido melhor uma renúncia de Dilma. Embora isso possa soar como uma posição equilibrada, o julgamento de que o governo de Dilma foi um dos piores da história expôs que, por trás de toda a retórica para se apresentar como ponderada, a *Folha de São Paulo*, nos editoriais selecionados, deu evidências de ser favorável à saída de Dilma Rousseff da Presidência por tecer várias críticas ao governo, avaliá-lo negativamente e identificar a ex-presidenta como obstáculo para a recuperação do país.

Esse foi o único caso em que, nos trechos retirados do editorial, os processos materiais não foram maioria. Eles apareceram duas vezes e foram superados pelos relacionais 2, com três ocorrências. A interpretação é de que, após o *impeachment* ter um desfecho e baseada no fato de que isso ocorrera em conformidade com a Constituição, a *Folha* se sentiu mais confortável para expor sua opinião, preocupando-se mais em trazer uma breve avaliação sobre todo o processo do que trazer uma discussão bem detalhada retomando e debatendo os acontecimentos.

3.2 Considerações sobre as análises

O estudo do significado identificacional permitiu ver como a *Folha de São Paulo* identificou Dilma e o *impeachment*, o que serviu para também identificar qual foi o posicionamento do jornal. Antes, procurou-se identificar as avaliações feitas pelo jornal *Folha de São Paulo*. Fairclough (2003) adiantou que avaliações não estariam sempre explícitas. De fato, o presente estudo identificou

presunções valorativas [...] casos em que a avaliação não é engatilhada por marcadores relativamente transparentes de avaliação, em que os valores estão mais profundamente inseridos nos textos. A construção do significado depende não só do que está explícito em um texto mas também do que está implícito – o que está presumido (RESENDE; RAMALHO, 2016, p. 80, grifo do autor).

Foi necessário interpretar os dizeres para se chegar a uma conclusão se aquilo era avaliado positiva ou negativamente. Isso demonstra a diferença entre uma análise textual e uma discursiva. O discurso é a linguagem em ação e tem sua materialidade expressa em textos. O seu estudo exige interpretar o sentido de determinado enunciado.

Por exemplo, o sexto editorial trouxe a afirmação: “O governo Dilma acabou.” Uma análise textual se limitaria a verificar os aspectos formais. Entretanto, a perspectiva empregada de considerar o texto como uma manifestação linguageira e que, portanto, só existe em razão de projetar um sentido, fez necessária uma interpretação da declaração em consonância ao seu contexto. E a interpretação é que pôde demonstrar a linguagem em ação. A afirmação de que o governo tinha acabado poderia ter diversas conotações, mas, no caso específico, ela expressava uma avaliação negativa: que, apesar de ainda estar em com o mandato em vigência, Dilma havia perdido as condições de governar.

Vale retomar o conceito de prática discursiva que envolve não apenas a produção, mas, impreterivelmente, o consumo, ponto em que ocorre a interpretação. Também, o conceito de Bakhtin (2006) de que a língua é essencialmente dialógica se faz útil para mostrar que a análise do discurso envolve a interpretação, a fim justificar a importância dessa última para o desenvolvimento dessa pesquisa. O que a *Folha de São Paulo* publicou foi direcionado para um receptor idealizado. Do contrário, sem um destinatário para interpelar pela linguagem, o texto não teria valor algum.

Tal concepção fez com que, nesta dissertação, a análise das avaliações privilegiasse a interpretação possível do texto ao invés de se ater, principalmente, a aspectos específicos textuais, como a presença de advérbios e adjetivos. De fato, o caminho sugerido por Fairclough (2003), de se atentar para essas marcas textuais, com certeza, é útil para orientar a análise; contudo, não o suficiente. Como mostrado, diversas avaliações feitas pela *Folha de São Paulo* não seguiram o modelo ideal de um sujeito receber uma predicação com o uso de verbos como ser ou estar.

O exemplo dado no sexto editorial ilustra isso claramente. A percepção de dizer que o governo acabou é uma avaliação negativa e só foi possível por atravessar os limites de uma análise textual e considerar o contexto, bem como por considerar que aquilo era uma materialização da linguagem em ação. A *Folha de São Paulo*, certamente, quis projetar algum sentido naquela afirmação.

Então, como proposto na metodologia de análise, pelo significado identificacional pôde-se chegar às conclusões que se seguem: a *Folha* identificou Dilma Rousseff como legitimamente eleita, mas às custas de um estelionato eleitoral. Ela também foi identificada como responsável pela crise do país. Dilma e seu governo foram tachados de incompetentes, arrogantes, alienados e de outras características

negativas. Em todos os sete editoriais, estavam presentes avaliações negativas. Aliás, isso foi o que predominou.

O *impeachment* foi identificado sob viés negativo nos seis primeiros editoriais analisados. O jornal afirmou que ele seria traumático e não resolveria o impasse pelo qual passava o país. Além disso, ele foi avaliado como carente de uma comprovação cabal dos delitos supostamente cometidos por Dilma para sustentar seu afastamento e também foi fundado em premissas contestáveis.

A *Folha* aproveitou a ocasião da abertura do processo de impedimento para identificar de forma negativa o então presidente da Câmara dos Deputados, responsável pelo acolhimento do pedido de *impeachment* de forma negativa, avaliando-o como figura nefasta.

No sexto e sétimo editoriais, o *impeachment* foi avaliado de forma positiva, respectivamente, por ele ser considerado uma justa punição ao governo e por ter sido julgado que ele ocorrera conforme prescrito na Constituição. A respeito disso, a *Folha*, no primeiro editorial, disse que não via motivos para o impedimento de Dilma Rousseff. Entretanto, em 3 de abril de 2016, após tecer várias críticas à ex-presidenta e ao seu governo, o jornal pediu a renúncia dela e, a partir disso, a *Folha de São Paulo* passou a defender essa opção como preferível ao *impeachment*. Como já antecipado, entendeu-se que essa foi uma estratégia para o jornal projetar equilíbrio ao transparecer sua posição. De fato, a *Folha* fez menção a si mesma e se autoidentificou, de forma positiva, como esforçada em trazer os fatos de forma equilibrada e disposta a publicar opiniões plurais. Contudo, a conclusão é que o jornal sempre se mostrou antagônico à Dilma, ao seu partido e ao seu governo e favorável a saída dela do poder.

A forma como essas avaliações foram construídas tiveram uma incidência de processos materiais três vezes maior do que o segundo tipo de processo presente. A Tabela 10 demonstra a proporção entre os processos.

TABELA 10 – Incidência de processos nos editoriais

	Tipo de processos	Vezes em que o processo apareceu	Porcentagem
	Material	63	69%
	Verbal	1	1%
	Relacional 1	3	3%
	Relacional 2	21	23%
	Mental	3	3%
Total		91	100%

O grande número de aparições dos processos materiais em comparação aos outros se destaca por se tratar de um texto opinativo, que se encarrega de expressar avaliações. Isso interferiu diretamente na representação projetada, pois se apagaram os vestígios de que houve uma construção feita a partir de uma perspectiva. A representação foi engendrada de tal modo que ela parecesse objetiva. Isso projetou o sentido de que os eventos e atores envolvidos eram exatamente como foram representados, fazendo parecer que o que se dissera sobre eles era uma retratação fidedigna, e não uma articulação feita em decorrência da perspectiva adotada pela *Folha de São Paulo*.

As poucas ocorrências dos processos mentais também merecem atenção. Eles apareceram apenas três vezes, sendo que, em duas, se referiram a uma ação da *Folha de São Paulo*. Conforme mencionado anteriormente, essa estratégia apagou a presença do jornal como aquele que emitia avaliações feitas. Isso foi inferido por se tratar de um texto do gênero jornalístico editorial veiculado na *Folha*. Todavia, os julgamentos feitos soaram como uma apresentação dos fatos, já que, na maioria, não continham processos mentais como: “Essa *Folha* pensa...” ou “O jornal entende que...” De fato, se os excertos não forem contextualizados como pertencentes a editoriais desse jornal específico, apenas pelo texto seria difícil identificar quem é o sujeito por detrás das avaliações feitas.

Retornando à Figura 2 do primeiro capítulo proposta por Thompson (2011), pode-se indicar que a estratégia para construção simbólica do jornal foi a narrativização para gerar um efeito de legitimação de sua opinião. A ideologia, nesse caso, está ligada à forma de exercício do poder simbólico da *Folha* para se colocar como um ator social que se encarrega de analisar os acontecimentos e emitir um

posicionamento, exercendo uma função prevista por uma perspectiva “romântica” do jornalismo de fornecer orientações para a sociedade se organizar e formar uma opinião racional baseada em fatos.

Se a ideologia está nas maneiras como os sentidos servem para estabelecer e sustentar relações de dominação, os editoriais os projetaram de forma que a dominação em questão estava relacionada a um tipo de almejo pela qualificação para se constituir um agente formador de opinião e, assim, orientar (dominar) o pensamento do público. A *Folha de São Paulo* resguardou esse papel para si. Mantida a maneira como aqui foi entendido o conceito de ideologia, ter-se-ia que o público que recebeu os editoriais seria o dominado e, por isso, acataria o posicionamento do jornal. Sabe-se, no entanto, que as pessoas possuem senso crítico e não são manipuladas pelos veículos de imprensa. Acerca destes, elas podem concordar, discordar ou criar novas significações. Os dizeres da *Folha* são efeitos de sentido, projeções que podem ou não se estabelecer tal como almejado pelo produtor na instância de recepção.

A partir disso, concluiu-se que a ideologia não está automaticamente imposta e sofre resistências. A *Folha* quis exercer uma dominação por impor sua visão para que outros aderissem a ela. Essa questão foi discutida no primeiro capítulo de que, como não há uma realidade concreta, mas que essa é construída socialmente, existe um conflito para impor determinada versão de realidade como a certa e a que deve ser seguida. A realidade apresentada pelo jornal, conforme as análises, era de que o *impeachment* traumático, ou não, foi constitucional e que Dilma e seu governo cometeram erros graves e possuíam características indesejadas, por isso precisavam sair para o país se recuperar.

Houve, com isso, uma representação na forma como alegada por Becker (2009, p. 16, 30), de alguém contar algo sobre algum aspecto da vida social, fazendo isso de forma necessariamente parcial. A *Folha de São Paulo* fez isso. E nesse processo, foram perceptíveis as etapas descritas pelo autor referentes aos atores: ela selecionou os acontecimentos que lhe foram de interesse, traduziu-os para colocá-los em um sistema de código que outros pudessem entender e arranjou-os de forma que, ao apresentá-los, sua percepção de realidade norteasse o entendimento acerca deles. Coube aos usuários realizar a interpretação, como foi o caso desta dissertação.

A representação feita pelo jornal foi considerada importante para ser estudada, como apresentado no segundo capítulo, pelo poder simbólico que a imprensa detém. As opiniões expressas pela *Folha de São Paulo* poderiam ter sido expressas por uma

pessoa qualquer. Se esse fosse o caso, dificilmente elas alcançariam o mesmo número de pessoas alcançado pela *Folha* dado o aparato técnico e logístico que ela possui. Além disso, o jornal já se consolidou como um órgão de imprensa reconhecido pela sociedade como fonte de informação. Isso em parte foi a justificativa desta dissertação em estudar os editoriais.

A publicação de sua opinião ocasionou ver o que Habermas (2008, 2014) chamou de esfera pública. Tal como acontecera durante as revoluções burguesas, os editoriais projetaram um efeito de que os dizeres representavam fidedignamente uma manifestação da sociedade civil sobre o Estado e serviram de base para discussões entre várias pessoas. Houve uma mediação entre o centro de poder e a periferia, já que o principal acontecimento estudado, o *impeachment*, foi um evento político que envolveu a ex-presidenta, os funcionários de seu governo e os membros do Congresso Nacional. Sabe-se, no entanto, que o posicionamento do jornal não foi o de todos os brasileiros.

Isso suscita questões dos motivos que levaram a *Folha* a ser antagônica a Dilma e ao seu governo. Certo é que ela expressou o pensamento de um setor da sociedade. Para determinar qual, seria preciso um outro estudo. Todavia, esse não foi o objetivo deste trabalho. O que se quis apontar é que a posição assumida pelo jornal não foi fortuita e que pode ter sido influenciada pelo poder econômico dela ou de outras instituições. No entanto, novamente, a comprovação dessa hipótese levaria a uma outra pesquisa direcionada não a como as representações sobre Dilma e o *impeachment* foram projetadas, mas a como fatores econômicos afetaram a *Folha*.

O fato de o jornal ter se posicionado favorável à saída de Dilma do governo e expressar a opinião de alguns setores sociais, excluindo a perspectiva de outros, demonstra os jogos de poderes sociais que se reverberam nos editoriais. Nesse desequilíbrio de espectros de visões que compõe tais textos jornalísticos, perpassa a noção do senso comum de que os meios de comunicação já existentes devem atender ao anseio de todos. Faz-se necessário quebrar a visão “romantizada” do jornalismo como defensor do interesse público, pois como no caso dos editoriais analisados, ele irá atuar em defesa de alguns segmentos sociais ou até de interesses privados.

Embora a interdiscursividade – como outros discursos estão presentes em outros (FAIRCLOUGH, 2016) – não tenha sido objetivo de observação, constatou-se que a *Folha de São Paulo* sustentou suas críticas a Dilma por recorrer a vários

enunciados que remeteram ao discurso econômico, por falar do PIB, desemprego, investidores e inflação, por exemplo.

Essa é uma constatação fundamental, pois a razão pela qual ocorreu o *impeachment* foram as pedaladas fiscais, o uso de dinheiro de empresas estatais para arcar com despesas do governo federal, o que não é permitido por lei. As bases para o processo de impedimento não foram debatidas pelos editoriais do jornal, a fim de fundamentar as críticas ao governo de Dilma. Elas foram consideradas como não provadas cabalmente e até alicerçadas em premissas jurídicas frágeis e refutáveis. O *impeachment* foi visto como um castigo quando se disse que “uma vitória do *impeachment* significará [...] a justa punição de um governo que, na incompetência, na arrogância e no delírio de seu próprio isolamento, destruiu a economia [...]”. O movimento argumentativo do jornal foi, principalmente, tecer críticas a Dilma pela situação econômica, e nisso sustentar sua posição de que era necessário que ela renunciasse ao cargo.

Outra percepção foi verificar a terceira tese de Venício de Lima (2006, p. 56), que afirmou: “A mídia está exercendo várias funções tradicionais dos partidos por construir a agenda pública; gerar e transmitir informações políticas; fiscalizar as ações do governo e exercer a crítica das políticas públicas”. A *Folha de São Paulo* fez isso ao acusar o partido de Dilma de estar envolvido na corrupção; chamar a sua gestão de incompetente, arrogante e alienada; avaliar as ações econômicas do seu governo e deixar isso na agenda pública para ser discutido paralelamente ao processo de *impeachment*. Isso demonstrou que estiveram presentes também projeções de sentido que se afiliam ao discurso político para sustentar a postura do jornal.

Há de se dizer, no entanto, que a prática social do jornalismo é diferente da prática social política, bem como suas práticas discursivas, que envolvem produção, distribuição e consumo, também são. O discurso evocado pela imprensa trata, principalmente, da ação comunicativa. O discurso político, mesmo envolvendo a comunicação, tem sua atividade voltada para ações diretas no exercício do poder. A política envolve mais que comunicação.

A análise feita demonstra que o discurso da imprensa presente nos editoriais da *Folha de São Paulo* deu evidências de ter por característica o que Habermas (2014) disse sobre a imprensa: significar eventos políticos a partir de uma visão supostamente de toda a sociedade civil, representando-os, a princípio, para todas as

peças e projetando o jornalismo como um vigilante social das ações do Estado e que envolvam os centros de poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos mapeamentos das representações projetadas pela *Folha de São Paulo* sobre Dilma Rousseff, seu governo e o *impeachment*, foi possível perceber a posição do jornal a respeito do episódio e mapear a construção utilizada pelo veículo para emitir sua opinião revestida de imparcialidade, isenção e objetividade, com vistas a gerar efeitos de naturalização, de modo a tender direcionar para um caminho único para a interpretação sobre os acontecimentos. Nessa dinâmica, o jornal procurou se projetar como equilibrado e aberto a opiniões plurais.

Pelas análises feitas, constatou-se que o jornal assumiu uma pretensa posição de vigilante social, estruturada na idealização que se tem sobre o jornalismo de que os fatos falam por si e os órgãos de imprensa simplesmente os apresentam como são. Entretanto, como discutido nos dois capítulos iniciais, isso não acontece. Como evidenciado na pesquisa, a *Folha de São Paulo*, embora tenha construído uma argumentação que tendesse a revestir sua posição de "não opinião", deu evidências de assumir uma conformação antagônica a Dilma.

Esse fato despertou a questão persistente de qual é o papel do jornalismo. A partir das discussões feitas, viu-se que a imprensa possui uma posição privilegiada na sociedade, resultado de vários fatores: o seu desenvolvimento histórico; os aparatos técnicos que permitem atingir uma grande quantidade de pessoas, transpondo as barreiras espaciais e temporais; o seu poder simbólico; a mediação estabelecida entre os centros de poder e os demais setores sociais; e a necessidade das pessoas de se informarem sobre coisas que só conseguem pela atuação jornalística.

Tal posição faz com que se espere que seu trabalho seja o atendimento ao interesse público. Essa visão veio desde o Iluminismo, quando os jornais – que criticavam ações do Estado, que expressavam os anseios de certas partes da sociedade civil e que deram publicidade a ações praticadas nos centros de poder que antes não eram acessíveis – passaram a ser encarados como vigilantes sociais sobre os atos estatais. Criou-se uma visão “romantizada” do jornalismo, que perdurou por bom tempo e reverberou na academia com a teoria do espelho, uma das primeiras a tratar do jornalismo.

Apesar de a imprensa exercer essas mesmas atividades, deve-se ter em conta as condições em que ela atua. Os interesses privados de seus dirigentes e até a impossibilidade de contemplar todos os segmentos sociais de forma igualitária tornam inviável a noção de que o jornalismo contemplará sempre o interesse público. Isso foi evidenciado pela mudança de posicionamento da *Folha*, apontando que um órgão de imprensa altera sua perspectiva de apresentação dos acontecimentos quando lhe é conveniente.

Ainda em 2015, no primeiro editorial analisado, ela afirmou que não via motivos para o *impeachment* e que Dilma Rousseff não havia cometido delitos. Todavia, mesmo argumentando que um eventual impedimento da presidenta seria traumático, o jornal passou a expor críticas mais contundentes a Dilma e ao seu governo, até que, em 3 de abril de 2016, chegou a pedir a sua renúncia e, no dia agendado para a votação da Câmara para o acolhimento do pedido de *impeachment*, alegou que o êxito no processo de afastamento de Dilma seria uma justa punição a ela e ao seu governo.

A *Folha* sustentou sua modificação naquilo que ela apresentou como características da gestão de Dilma: incompetência administrativa, arrogância, estelionato eleitoral, responsabilidade pela crise econômica, desprezo a valores republicanos e éticos, dentre outros. A partir disso, o jornal construiu uma linha argumentativa de que, em razão de tais características, havia se tornado necessária a saída de Dilma da Presidência. Embora, afirmasse que preferisse a renúncia ao *impeachment*, no último editorial analisado em que fez uma espécie de balanço final, a *Folha de São Paulo* argumentou que todo o processo de impedimento ocorrera como estabelecido pela Constituição.

Ao fim desta pesquisa, levantou-se, então, a hipótese de que o jornal articulou seu posicionamento em função dos acontecimentos: quando o *impeachment* parecia apenas uma possibilidade, a *Folha* foi taxativa em afirmar que não havia evidências para sustentá-lo. Todavia, quando ele passou a ganhar contornos de ser irreversível – mesmo sem ter embasamento cabal, como o próprio jornal colocou –, ela se alinhou a uma postura mais crítica a Dilma. Isso suscita até um novo estudo acerca de verificar se e como outros fatores influenciaram o posicionamento do jornal, levando em conta fatores como: qual foi a postura de outros jornais e de partidos políticos, e até pesquisas de opinião que consultaram a população sobre se esta se mostrava favorável ou não ao processo de *impeachment*.

Para além dessa hipótese levantada, cabe indicar que o problema de pesquisa foi respondido ao se conseguir apontar quais foram as representações projetadas pela *Folha de São Paulo* sobre Dilma Rousseff, seu governo e o *impeachment*. Fora pressuposto, inicialmente, que o jornal se manifestaria sobre o episódio dada a sua relevância e que, com base nas teses de Venício de Lima (2006), ele se comportaria semelhante a um ator político. Tais pressuposições se confirmaram: a *Folha de São Paulo* levou o assunto para seus editoriais, fazendo isso com um viés um tanto político.

Um ponto a ser chamado à atenção é que a argumentação da Folha não abordou o impeachment de modo aprofundado tal qual são geradas as expectativas em relação ao enquadramento do processo no gênero editorial. Em suma, o jornal não entrou no mérito da acusação, debatendo as bases que a sustentavam ou os pontos que eram falhos. Tampouco, apresentou quais foram os argumentos usados pela defesa de Dilma para rebater o processo de impedimento. Pela posição ocupada pela imprensa, era de se esperar que o jornal fornecesse essas informações ou que trouxesse precedentes jurídicos de casos parecidos ou uma análise técnica de fácil entendimento tanto para fundamentar sua posição, como para fornecer ao leitor dados sólidos para que com base neles as pessoas pudessem formar sua opinião. Em vez disso, a Folha de São Paulo estabeleceu posição parcialmente estável e fez seu pedido de renúncia à Dilma se nortear por julgamentos subjetivos, como os de que ao seu ver, a gestão de Dilma era incompetente e arrogante; bem como por coisas já óbvias: as manifestações contrárias a petista e a desfavorável situação econômica por qual passava o país.

Porém, há de se destacar que as inferências feitas aqui são limitadas aos achados no objeto de análise e, por isso, elas não podem ser generalizadas. Diz-se isso, pois foi feito um recorte dos editoriais da *Folha de São Paulo* que trataram do processo de *impeachment* para viabilizar a análise. Dessa forma, as considerações deste trabalho são restritas. Nenhum trabalho esgota um assunto por completo, e esta dissertação não é a exceção.

Outras pesquisas podem evidenciar novas constatações sobre como a *Folha de São Paulo* representou os mesmos acontecimentos considerados aqui. Se esse for o caso, vê-se como relevante, na presente dissertação, o fornecimento de um ponto inicial para outros estudos que versem sobre o tema. Este mesmo estudo pode ser prosseguido por comparar as semelhanças e diferenças do tratamento dado pela

Folha ao episódio do *impeachment* de Collor, bem como o que foi feito por outros jornais ou outras instituições sobre os mesmos assuntos.

A respeito da ADC, conforme proposta por Fairclough (2003), é ressaltado que ela forneceu uma orientação para a análise textual, contribuindo para expor a forma como os editoriais foram engendrados e evocando significados de ordem representacional e identificacional. Com o estudo feito, enfatiza-se o potencial de a ADC trazer contribuições para as pesquisas das ciências sociais.

A concepção empregada de que o texto está inserido em uma prática social suscita que pesquisas sobre eventos sociais podem se ater também aos textos e práticas discursivas envolvidos. Para além do conteúdo veiculado, a forma como os sujeitos utilizam a linguagem, produção, distribuição e consumo apresentam mais constatações sobre o objeto de análise. Por exemplo, no caso estudado, não só o que a *Folha* publicou foi trazido à tona, mas também a maneira como ela fez isso, permitindo verificar como ela mesma se posicionou frente aos acontecimentos.

Entretanto, conforme apresentado nas análises, apenas os mecanismos textuais sugeridos pela ADC não seriam suficientes, nas pretensões desta pesquisa, para se chegar às constatações presentes no fim do terceiro capítulo. Para tanto, foi necessário interpretar os dizeres para se chegar aos sentidos projetados pelo jornal. Com isso, entende-se que a interpretação se faz vital para a análise do discurso. Embora não enfatizada na ADC, a interpretação está implícita no conceito de prática discursiva que envolve o consumo, etapa em que ela ocorre.

Isso aponta que os discursos não existem por si só, mas se realizam pela ação dos sujeitos tanto na emissão quanto na recepção. No caso estudado, a *Folha de São Paulo* foi um sujeito peculiar por não se tratar de uma pessoa específica. O gênero jornalístico editorial tem o órgão que o publica como seu autor. Independente de quantas pessoas participaram na produção dos editoriais, conclui-se, para todos os efeitos, que eles expressaram a posição do jornal como um todo, fazendo com que se entenda que o sujeito não é restrito à atuação de apenas um elemento, mas uma posição ocupada por uma ou várias pessoas que assume(m) uma unidade para enunciar ou agir de forma coletiva.

Enfim, encerra-se este trabalho por também apontar suas limitações. Como já dito, ele não esgota a questão de como a *Folha de São Paulo* representou Dilma Rousseff e o *impeachment*, cabendo ampliações do gênero jornalístico observado, incluindo, além de editoriais, notícias, reportagens e colunas assinadas.

Mais um ponto a ser destacado nesse sentido é que a própria ADC, que orientou a metodologia de análise, não foi explorada em seu máximo. Para as finalidades do que fora proposto, apenas algumas de suas nuances foram observadas. É razoável entender que o uso de todos os aspectos da teoria acabaria por gerar uma dispersão acerca do objeto de estudo. Porém, cabe ressaltar que as categorias escolhidas não são as únicas possíveis e que outras podem vir a complementar o estudo na descrição de como o jornal construiu sua argumentação.

Há de se mencionar também que a pesquisa reforça a importância de se discutir a relação entre imprensa e sociedade, e sugere a quebra da visão romantizada do jornalismo. Foi demonstrado como a ADC contribui para essa discussão ao apontar aspectos da ordem textual na construção das argumentações e por situar os textos analisados dentro de uma prática social que envolve sujeitos. A partir disso, pode-se pensá-la como mais do que direcionada para estudos linguísticos. Ela também se constitui em um importante arcabouço para estudos interdisciplinares que se debruçam sobre questões sociais.

Outra ressalva a ser feita se refere ao modelo balizador usado para o desenvolvimento desse trabalho. Considerou-se a imprensa como um ponto central para sociedade, principalmente no que se referiu à apresentação do conceito de esfera pública. Certamente, essa perspectiva foi importante para sustentar essa pesquisa e dessa forma indicar a relevância de estudar o jornalismo. Contudo, não se pode pensar apenas no modelo de esfera pública mediada pela imprensa para explicar fenômenos sociais e como os sujeitos tomam conhecimento das coisas ao seu redor.

Nesse sentido, é reconhecida a insuficiência da noção de esfera pública para tratar em totalidade da relação entre os centros de poder e o restante da sociedade, bem como o funcionamento do próprio jornalismo. Há de fato outros fatores envolvidos na relação entre centro e periferia que não passam pela atuação da imprensa. Por isso, é possível considerar outras perspectivas que levam em conta fatores não ligados à imprensa para a organização social, como as relações econômicas a que as pessoas estão sujeitas, ou o nível de socialização a que foram submetidas. Também, pode ser alistado que não é obrigatório que os sujeitos se orientem apenas pelo que diz a imprensa, mas que podem buscar formas alternativas de se informar.

Se faz importante essa reflexão para não haver um direcionamento um tanto dogmático de sempre considerar a imprensa como central. Antes, é interessante

tomar essa percepção como válida e uma possibilidade para abordar questões que envolvam esse tema, sem compulsoriamente desconsiderar outras formas de tratar o assunto. A partir disso, são abertos outros caminhos para produzir mais conhecimento, como por exemplo, comparar como uma visão que entende a imprensa como central e outra diferente irão se relacionar no estudo de um mesmo fenômeno.

Os resultados obtidos nesse trabalho, assim, podem fundamentar pesquisas futuras sobre o comportamento da imprensa no Brasil, construindo um conhecimento sobre o discurso da imprensa e sua relação com a sociedade, focalizando primariamente acontecimentos nacionais.

É relevante que se constitua um banco de informações sobre os episódios que envolvam o país, a fim de diminuir a necessidade de importar dados referentes a outros contextos para uma reinterpretação ao caso brasileiro. Isso possibilita, em vez de apenas assimilar as pesquisas de fora, comparar os fenômenos nacionais com os estrangeiros e mapear semelhanças e diferenças não apenas nas interpretações dos acontecimentos, mas também nas compreensões teóricas adotadas.

Enfim, é esperado que, além do direcionamento dos resultados desta pesquisa para postulados acadêmicos, se vislumbra a possibilidade de disponibilizá-los também para uso da população. Isso viria a ocorrer por meio de ações extensionistas, que levassem o conhecimento produzido na universidade, como o presente estudo, aos setores sociais interessados, para estimular o debate entre as pessoas, considerando suas perspectivas e saberes, a fim de gerar um novo conhecimento que, em fins práticos, fosse usado para a mudança social, como, por exemplo, a criação/fortalecimento de meios de informação comunitários e outras formas de articulação, para que os sujeitos postos à margem façam suas demandas serem reconhecidas pelos ocupantes das esferas centrais de poder e participem das deliberações que lhes digam respeito.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Graal, 1987.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BECKER, Howard. **Falando da sociedade**: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2009.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- CONTI, Mario Sergio. **Notícias do Planalto** – a imprensa e Fernando Collor. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing discourse**: textual analysis for social research. London: Routledge, 2003.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Ed. da UnB, 2016.
- FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, 2007**. Disponível em: <http://fenaj.org.br/federacao/cometica/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2016.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação**. São Paulo: Paulus, 2004.
- HABERMAS, J. **Comunicação política na sociedade mediática**: o impacto da teoria normativa na pesquisa empírica. *Líbero*, ano XI, n. 21, p. 9-20, 2008. Disponível em: <<http://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/Comunica%C3%A7%C3%A3o-pol%C3%ADtica-na-sociedade-medi%C3%A1tica.pdf>>. Acesso em: 5 dez. 2016.
- HABERMAS, J. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. São Paulo: Unesp, 2014.
- HALLIDAY, M. A. K. The functional basis of language. In: BERNSTEIN, B. (Ed.). **Class, codes and control**. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1973. p. 346-366.

HALLIDAY, M. A. K. **An Introduction to functional grammar**. Londres: British Library Cataloguing in Publication Data, 1985.

HARDT, Michael; NEGRI, Antônio. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

INSTITUTO VERIFICADOR DE CIRCULAÇÃO. **Publicações Auditadas** – Jornais. Disponível em: <<http://ivcbrasil.org.br/auditorias/aPublicacoesAuditadasJornal.asp>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

LIMA, Venício de. **Mídia**. Crise política e poder no Brasil. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

LONGHI, Raquel. Opinião e diagramação. **Estudos em jornalismo e mídia**, ano III, n. 1, p. 110-119, 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2247/1951>>. Acesso em: 14 fev. 2017.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. Os meios de comunicação na esfera pública: novas perspectivas para as articulações entre diferentes arenas e atores. **Líbero**, ano XI, n. 21, p. 23-36, 2008. Disponível em: <<http://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/Os-meios-de-comunica%C3%A7%C3%A3o-na-esfera-p%C3%BAblica.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2017.

MELO, José Marques de *et al.* **Gêneros jornalísticos**: teoria e práxis. Blumenau: Edifurb, 2012.

MERTON, R. K. **Sociologia**: teoria e estrutura. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise do discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2016.

ROMANCINI, Richard; LAGO, Cláudia. **História do jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2007.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 1988.

THOMPSON, John. B. **A mídia e a modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1998.

THOMPSON, John. B. **O Escândalo político**: poder e visibilidade na era da mídia. Petrópolis: Vozes, 2002.

THOMPSON, John. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 2011.

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**: questões, teorias e estórias. Lisboa: Vega, 1999.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Presença, 1999.

MATERIAIS DE ANÁLISE

CEDO ou tarde demais. **Folha de São Paulo**. São Paulo, p. 2, 15 mar. 2015.

DECISÃO da Câmara. **Folha de São Paulo**. São Paulo, p. 2, 17 abr. 2016.

GOVERNO novo. **Folha de São Paulo**. São Paulo, p. 2, 1º set. 2016.

NAS cordas. **Folha de São Paulo**. São Paulo, p. 2, 16 mar. 2015.

NEM Dilma nem Temer. **Folha de São Paulo**. São Paulo, p. 1, 3 abr. 2016.

O VÍCIO contra o vício. **Folha de São Paulo**. São Paulo, p. 2, 3 dez. 2015.

RECADO Cabal. **Folha de São Paulo**. São Paulo, p. 2, 14 mar. 2016.

FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921 - PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

Presidente: LUIZ FRIAS
 Diretor Editorial: OTAVIO FRIAS FILHO
 Superintendentes: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES e JUDITH BRITO
 Editor executivo: SÉRGIO DAVILA
 Conselho Editorial: ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO, JANIO DE FREITAS, CLOVIS ROSSI, CARLOS HEITOR CONY, CELSO PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES, LUIZ FRIAS e OTAVIO FRIAS FILHO (secretário)
 Diretoria executiva: MARCELO BENEZ (comercial), MURILO BUSSAB (circulação), MARCELO MACHADO GONÇALVES (financeiro) e EDUARDO ALCARO (planejamento e novos negócios)

EDITORIAIS

editoriais@uol.com.br

Cedo ou tarde demais

Embora mereça as mais duras críticas, Dilma foi eleita de forma legítima; não existem, por ora, razões para impeachment

A presidente Dilma Rousseff faz jus às críticas que passaram a desabar, nesta conjuntura que tem sido chamada de "tempestade perfeita", sobre ela.

Num misto de obstinação ideológica e mera incapacidade, seu governo foi perdulário, solapou a confiança econômica, afugentou investimentos e propiciou uma onda inflacionária. Havia oportunismo no delírio, pois o intento era prolongar, artificialmente, uma bonança internacional (e seus reflexos na popularidade interna) que se esauria junto com a década passada.

Os resultados foram os que se colhem quando um governo pretende dirigir, em vez de bem regular, o mercado. As distorções desencadeadas pelo intervencionismo, sobretudo se atabalhoado, cobram preço tanto mais alto quanto mais tardia sua correção. No caso, a cobrança chega como combinação apocalíptica de recessão e aumento de preços, impostos e desemprego.

Para agravar o engodo, a presidente prometer um futuro radioso não faz cinco meses. Depois de lhe garantir a vitória por mínima margem, a desfaçatez da manobra se apresenta aos olhos da maioria como revoltante estelionato eleitoral.

Divisor de águas

A estação seca no Sudeste brasileiro se avizinha sem que haja definição para a questão espinhosa: a partir de abril, quanto água será prudente retirar dos reservatórios exauridos do sistema Cantareira?

A autoridade maior para decidir sobre destinação de recursos hídricos é a Agência Nacional de Águas.

A outorga do Cantareira venceu em agosto de 2014, quando a crise no abastecimento já ganhava contornos alarmantes. Numa demonstração de bom senso, os governos estadual paulista e federal acordaram prorrogá-la até outubro deste ano. Seria, contudo, imprudente procrastinar decisões que precisam ser tomadas agora.

A ANA pretende evitar esvaziamento acelerado do Cantareira, como no ano passado. Cogita uma outorga escalonada, com volumes de retirada condicionados ao estado dos reservatórios: quanto menor o nível, menor seria a extração pela Sabesp. A renovação precisa ser solicitada até 30 de abril.

Ocorre que as águas que alimentam o Cantareira têm de bastar para outra região metropolitana, além de São Paulo — a de Campinas. Há um divisor de águas a separá-las, transporto por meio de um conjunto de represas, túneis e estações elevatórias que desviam o recurso das bacias originais dos rios Pirac

aba, Capivari e Jundiá, o complexo PCJ, para a Grande São Paulo. A outorga anterior previa até 31 mil litros por segundo para uso da metrópole paulistana, que um dia já foram bastantes para 9 milhões de pessoas. A retirada hoje está em 14 mil l/s e abastece 5,6 milhões.

Os 5 milhões de habitantes da região de Campinas recebiam 5.000 l/s. Agora, pleiteiam 8.000 l/s. O reequilíbrio dessa distribuição parece justificado. Também sua racional que os volumes máximos de retirada sejam calculados de acordo com o nível dos reservatórios. É fundamental que os governos estadual e municipais orientem suas ações por regras prudentes, previsíveis e monitoráveis para a alocação dos recursos hídricos.

A segurança do sistema se estreitou de maneira nunca vista, com a maior seca em oito décadas. Seria irresponsável seguir extraído água acima da capacidade de reposição das represas.

A discussão sobre os termos da nova outorga é a melhor oportunidade para evitar a repetição de erros do passado. Diferenças ideológicas entre petistas e tucanos não têm papel a desempenhar aí.

O bem-estar da população é a barreira ética que convém manter ímpermeável a conexões interesses político-eleitorais. Ao mesmo tempo, o maior dos escândalos, ao indicar que na empresa-símbolo do Estado as gestões petistas organizaram uma roubo em escala jamais concebida, catalisou justa ira. Não há indícios de que a presidente tenha sido conivente com os crimes ali praticados, embora pareça clamorosa a inépcia, pois a Petrobras esteve em sua alçada quando ministrou nos oito anos de governo Lula. Ressaltado que é legítimo, numa democracia, manifestar-se pacificamente pelo afastamento do governante, esta **Folha** não identifica, no âmbito do que se conhece até o momento, razões suficientes para isso.



HÉLIO SCHWARTSMAN Desigualdade e inveja

SÃO PAULO - Combater a desigualdade está se tornando o mantra da modernidade. Se antes o tema era quase exclusivo de políticos de esquerda, agora entrou na agenda de todos. Hoje, até o PP, o sucedâneo da velha Arena, define "a eliminação das desigualdades" como um de seus objetivos maiores.

Mas será que queremos mesmo eliminar as desigualdades? É evidente que, quando a diferença entre a maior e a menor remuneração existente numa sociedade cresce demais, a mobilidade social fica emperrada, o que gera uma série de problemas. Sistemas que beneficiam apenas uma elite, além de carregarem uma injustiça intrínseca, terão dificuldade para funcionar de forma eficaz.

Alguns disparidades, porém, pode ser positiva. Desde que os mais pobres tenham assegurada uma existência digna e sua situação esteja sempre melhorando, a desigualdade não é imoral e ainda funciona como um motor da economia e, portanto, da prosperidade. É para comprar

um carrão melhor que o do meu vizinho que eu me disponho a trabalhar mais. É meio rude explicitá-lo, mas a palavra-chave aqui é "inveja".

Esse é um sentimento complicado. Religiões tendem a condená-lo, mas, como acabamos de ver, ele também tem uma faceta positiva. Bertrand Russell, o filósofo e matemático inglês, em "The Conquest of Happiness", de 1930, revela algumas das ambiguidades em torno da inveja.

Segundo Russell, ela está na base da democracia e funciona como uma força de remoção de injustiças. Tende a fazê-lo, porém, da pior forma possível, que é reduzindo os prazeres dos mais afortunados em vez de aumentar os dos menos. No plano mais individual, diz o autor, ela é uma das principais fontes da infelicidade humana, já que é insaciável. "Se você deseja glória, pode invejar Napoleão. Mas Napoleão invejava César. César invejava Alexandre, e Alexandre, ousado dizer, invejava Hércules, que nunca existiu."

helio@uol.com.br

HENRIQUE MEIRELLES O mundo como ele é

Logo depois da crise de 2008, o mundo parecia entrar em nova era, com novos paradigmas de crescimento econômico e progresso.

Os EUA, líderes da economia mundial por décadas, afundavam numa crise imprevisível. A Europa, muito regulada e com pouco crescimento, logo seria abalada. Já os BRICs e emergentes passaram a liderar a recuperação global.

Mas esse quadro não se sustentou, a começar pela China, que abalou o modelo exportador aos países ricos, o país fez investimentos massivos em infraestrutura. Quando a via se esgotou pelos próprios excessos e erros, Pequim focou na criação de um robusto mercado interno, elevando renda e benefícios aos trabalhadores. Mas a mudança não decolou na velocidade prevista, e o crescimento, ainda alto nos padrões internacionais, caiu — o FMI prevê 6,8% neste ano.

Por aqui, as mudanças na política econômica brasileira adotadas a partir de 2011 causaram redução dramática do crescimento, chegando ao patamar atual de PIB negativo. Na Rússia, a queda do preço do petróleo e as sanções econômicas também levaram o país à recessão. A Índia é o único dos BRICs originais que ainda cresce a taxa robusta, impulsionada pelo novo governo de visão econômica liberal, mas ela não tem muito impacto global.

Enquanto isso, os EUA tomaram medidas de contenção fiscal e de alta liquidez que levaram sua economia, fundamentada na alta produtividade e nos princípios de livre mercado, de volta ao crescimento e ao papel de grande motor da economia global.

Já a Europa aplicou reformas rígidas para restaurar o equilíbrio fiscal, reduzir entraves normativos e elevar a competitividade e a flexibilidade dos mercados. Elas estabilizaram a economia, e a perspectiva é de recuperação das médias históricas de crescimento.

O cenário mundial, portanto, está muito diferente da perspectiva de poucos anos atrás, num quadro que agora poderíamos chamar de volta ao normal. Países liderados pelos EUA, mais abertos e competitivos, com baixa regulação e governos menos intervencionistas, voltam a sustentar o crescimento mundial e a aumentar suas importações.

Isso abre um caminho à retomada da China, de novo baseada no modelo exportador para EUA e Europa — as exportações chinesas cresceram 20% no ano passado.

Se não é um rearranjo inédito, pois restaura o que valeu no século passado, é a mesma mudança radical do que se esperava há alguns anos, quando setores do pensamento econômico brasileiro e de outros países proclamavam a falência do regime de livre mercado e a prevalência futura dos modelos mais centralizados e de forte intervenção.

Realidade, porém, é outra. Henrique Meirelles escreveu aos domingos nesta coluna.

BERNARDO MELLO FRANCO Todos contra um

BRASÍLIA - A coalizão de Dilma está conflagrada. Os ministros tentam puxar o tapete uns dos outros. O MST ataca o governo para defendê-lo. A oposição se divide sobre os protestos. Os manifestantes não conseguem unificar suas bandeiras.

O noticiário dos últimos dias dá a impressão de que só existe uma aliança sólida no país: a dos políticos investigados no petróleo.

Parlamentares de diferentes partidos se juntaram para tentar salvar a própria pele. Todos se dizem indignados e surpresos. Todos negam as acusações com veemência. Todos atacam o procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

Para a turma da Lava Jato, o responsável por investigar a corrupção virou o inimigo público número um do país. A senha para a inversão de papéis foi dada por ninguém menos que o senador Fernando Collor, do PTB. Ele acusou o chefe do Ministério Público de ser "pavial e irresoluto" e de fazer "pirotecnia" em busca da "momentânea celebração".

O senador Humberto Costa, líder do PT, criticou a investigação e disse que o procurador quer ser "o homem mais poderoso da República". O deputado Paulinho da Força, do Solidariedade, solidarizou-se com os suspeitos e pediu a quebra do sigilo telefônico de Janot. Sua sigla passou a abrigar Luiz Argôlo, o ex-deputado do PP que trocava torpedos carinhosos com o doleiro do petróleo.

A tribuna aceita qualquer coisa, e cada investigado é livre para definir sua linha de defesa. O grave é transformar críticas em ameaças institucionais, como têm feito os presidentes da Câmara e do Senado.

Eduardo Cunha acusou o procurador de se curvar ao governo e propôs mudar a lei para impedir sua recondução em setembro. Renan Calheiros ensaiou criar uma CPI para investigar os investigadores.

Se os indignados que vão às ruas hoje estiverem em busca de uma causa mais legítima que o impeachment, o respeito à independência do Ministério Público é uma boa opção.

CARLOS HEITOR CONY

O dólar e a semântica

RIO DE JANEIRO - Foi em Portugal. Meu destino era Viena, Munique, Paris e Roma. Um amigo possuía um cheque em escudos (moeda portuguesa) e não pudera receber o equivalente em cruzeiros: a operação era proibida pelo nosso Banco Central.

A primeira escala foi em Lisboa e, por conta daqueles dólares suplementares, aluguei um carro que me levasse a Viena, Munique e Paris. Evidente, fui cobrar a dívida do meu amigo. Homem correto como só os portugueses sabem ser, pagou imediatamente os 300 mil escudos e muito se desculpou pela demora.

Perguntei se ele não conhecia alguém que me trocasse aqueles escudos todos em dólares. Ele não entendeu de pronto. Disse apenas que eu devia trocar os escudos no Banco Central de Portugal, em operação legal. Insisti, com todos os meus vícios brasileiros: não há por aqui um mercado paralelo?

O camarada engoliu em seco e, depois de me fuzilar com um olhar de

reprovação, foi amável: "Faço-lhe a justiça de ser ignorante em assuntos portugueses. Aqui não temos mercado paralelo, vai contra nossa formação cívica e moral".

Chorei minhas mágoas: "Vou passar umas semanas viajando, e esses escudos não me servirão para nada. Como os cruzeiros, não merecem cotação nas casas de câmbio".

Penalizado, sabia que era verdade. Trocar pela cotação oficial não me renderia nem mil dólares. Foi então que ele disse: "Vejo que o amigo se encontra na delicada situação de ter de recorrer ao nosso mercado anormal...".

"Anormal?", perguntei alarmado. "Sim, temos um mercado anormal de dólar para esses casos desesperados. Faça o favor de procurar o sr. Leitão & Alves, na rua do Castilho, ele trocará os escudos em câmbio favorecido pelo anormal...".

Agradei e saí correndo. Mais do que os dólares, eu ganhei a dura experiência do quanto vale a semântica.

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921 - PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

Presidente: LUIZ FRIAS

Diretor Editorial: OTAVIO FRIAS FILHO

Superintendentes: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES E JUDITH BRITO

Editor-executivo: SÉRGIO DÁVILA

Conselho Editorial: ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO, JANIO DE FREITAS, CLÓVIS ROSSI, CARLOS HEITOR CONY, CELSO PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES, LUIZ FRIAS E OTAVIO FRIAS FILHO (secretário)

Diretoria-executiva: MARCELO BENEZ (comercial), MURILO BUSSAB (circulação), MARCELO MACHADO GONÇALVES (financeiro) E EDUARDO ALCARO (planejamento e novos negócios)

EDITORIAIS

editoriais@uol.com.br

Nas cordas

Depois de manifestações históricas em todo o país, governo Dilma vê estreitar-se como nunca sua margem de manobra

Em clima pacífico, descontraído e democrático, centenas de milhares de brasileiros, nas mais diversas cidades do país, foram às ruas neste domingo para protestar contra o governo Dilma Rousseff, o PT e a corrupção.

O número total dos manifestantes superou em muito os prognósticos dos organizadores — e encontra paralelos em poucos momentos da nossa história, como o movimento das Diretas-Já, os protestos pelo impeachment de Fernando Collor e as jornadas de junho de 2013.

O ato mais expressivo ocorreu na avenida Paulista, em São Paulo, onde 210 mil pessoas protestaram contra a presidente, segundo medição do instituto Datafolha.

Pela segunda vez, recai sobre a presidente Dilma, democraticamente eleita em outubro, o desafio de responder à mensagem das ruas.

Perdeu, em 2013, a oportunidade de apresentar alternativas de reforma política e administrativa capazes de ao menos atenuar a impressão de descaso com os valores republicanos, de preconceito contra vastos setores de opinião, de tacahez e sectarismo partidários que caracterizam sua gestão.

O esmorecimento das manifestações de 2013 e a apertada vitória petista nas urnas, legitimamente obtida em 2014, parecem ter intensificado no Planalto um espírito de alienação, de insensibilidade, de acomodamento político.

Chantagem à cubana

Por temor de perder mão de obra qualificada e sob a vista grossa do Ministério da Saúde, o governo de Cuba tem coagido integrantes do programa Mais Médicos a enviar de volta à ilha cônjuges e filhos que os acompanham no Brasil.

Como noticiou esta **Folha**, a vice-ministra da Saúde cubana viajou ao Brasil para ameaçar de substituição profissionais que insistam em morar aqui com os familiares.

Trata-se de imposição desumana. Destacados no mais das vezes para regiões inóspitas e historicamente desassistidas, os 11.429 profissionais cubanos (quase 80% do contingente do programa) não podem se dar ao luxo de visitar com frequência o país natal por causa da distância, do ritmo de trabalho e dos custos do deslocamento.

Cabe lembrar que já atuam sob condições aviltantes. Embora o Ministério da Saúde pague pouco mais de R\$ 10 mil mensais por médico, cada cubano recebe cerca de 30% desse valor — o restante é embolsado pelo regime castrista —, sem 13º, FGTS e hora extra.

Esse esquema de pagamento representa, na prática, uma terceirização da atividade, o que é proibido pela legislação brasileira. Além

A tal ponto isso se deu que o segundo governo de Dilma parece ter-se iniciado já como se estivesse em seu ocaso. Nada apontou de novo, nenhuma expectativa, nenhuma esperança, nenhum rumo.

Nada, afora os inevitáveis e corretos ajustes na economia. Mas estes, em contradição explícita com as promessas de campanha, recobriram o governo da sombra inafastável do estelionato eleitoral.

Junto às forças que contribuíram para sua eleição, as medidas financeiras adotadas pela presidente tiveram efeito de rápido desgaste.

Junto a quem não votou na petista — e mesmo entre parte significativa de seus eleitores —, a sensação predominante tem sido a de convivência com políticos oportunistas e fisiológicos, que fazem do poder um fim em si mesmo, ou um meio para o enriquecimento ilícito.

Estreitam-se, como nunca, as margens de ação da presidente. Não há, obviamente, respostas mágicas, mas, no mínimo, uma atitude diferente precisa ser tentada.

Não foi o que se viu quando uma dupla contrafeita e abespinhada de ministros — José Eduardo Cardozo (Justiça) e Miguel Rossetto (Secretaria-Geral da Presidência) — veio a público neste domingo. Reconhecera a legitimidade dos protestos, mas repetiram argumentos que por ora soaram gastos.

Velhas fórmulas em nada ajudarão um governo que precisa recuperar alguma sintonia com a sociedade. A presidente Dilma Rousseff agora corre contra o tempo. O efeito positivo das medidas econômicas demorará a ser sentido, e a maioria da população talvez não se mostre disposta a esperar tanto.

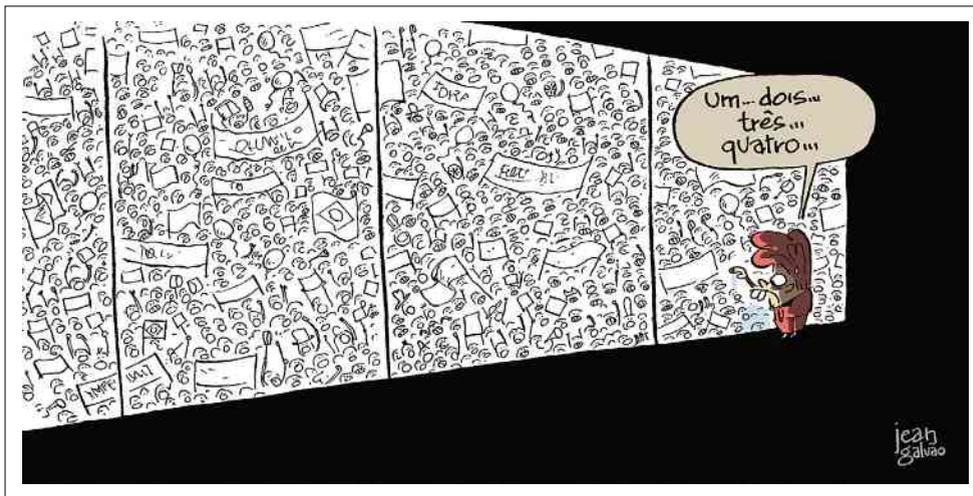
disso, impõe uma discriminação entre os médicos cubanos e os demais integrantes do programa.

Do ponto de vista do cidadão cubano, essas inaceitáveis distorções se tornam problemas menores. Vindos de um regime ditatorial com problemas econômicos estruturais — o salário médio na ilha não passa de US\$ 20 —, têm no Mais Médicos uma rara oportunidade para melhorar a renda familiar.

Por isso mesmo, o governo de Cuba recebe que a vinda de cônjuges e filhos estimule a fixação dessas famílias em solo brasileiro. A possibilidade existe, mas obviamente não justifica a chantagem.

Embora admita ter conhecimento das pressões, o Ministério da Saúde afirma que o problema está fora de sua alçada, uma vez que o contrato com Cuba foi assinado por intermédio da Organização Pan-Americana da Saúde.

O argumento é cínico, para dizer o mínimo. Na condição de empregador, o governo federal tem a obrigação de assegurar que, em território brasileiro, os médicos cubanos sejam tratados de forma digna, e não apenas como peças descartáveis de uma máquina de financiamento da tirania castrista.



VINICIUS MOTA

Estrela solitária

SÃO PAULO - Os atos de junho de 2013 eram um misto de efervescência juvenil de esquerda com desabafos dispersos ao centro e à direita. O PT e a presidente Dilma Rousseff puderam apegar-se a certas bandeiras e a grupos que então protestavam. Não podem mais.

Não há lideranças de “movimentos sociais” a ser chamadas para uma conversa no Planalto. Não há política pública capaz de atender à reivindicação — “Fora, Dilma” — que tende a prevalecer com a evolução do certame de protestos agora inaugurado.

Este movimento multitudinário de centro-direita apresenta uma novidade em 30 anos de democracia de massas. O grito nas ruas é popular porque se vincula à frustração, disseminada pelas classes de renda, com o governo federal e a presidente.

Seu perfil é de centro-direita porque, desde a revolta dos caminhoneiros, as dificuldades de empreender e consumir são causas patentes da insatisfação. Como o ambiente restritivo decorre de uma política econômi-

ca de esquerda, a surpresa se dá mais pelo volume que pelo teor da reação.

A República no Brasil, em traço tributário de 125 anos de decantação, convive mal com presidentes fracos. A margem de Dilma para governar por medida provisória e para vetar em parte ou na íntegra atos do Legislativo — dois superpoderes do chefe de Estado no país — estreitou-se abruptamente.

Agora a presidente terá de lidar com multidões na rua a pedir sua saída, reflexo de (e impulso para) pessimismos índices de popularidade. Dilma tem meios de estabilizar o jogo, mas precisa de um plano urgente para recobrar nem que seja um terço do poder presidencial. Do contrário, correrá risco cada vez maior de assistir à resolução do impasse via impeachment ou ver-se forçada a renunciar.

Terminar o segundo mandato como FHC, mal avaliada mas no controle do governo, passa a ser uma meta razoável, e por enquanto otimista, para a presidente Dilma.

vinimota@uol.com.br

VALDO CRUZ

Goleada das ruas

BRASÍLIA - O domingo amanheceu sem as chuvas torrenciais imploradas pelos governistas em suas orações a São Pedro, deixando as ruas livres para os protestos contra o governo petista e seu partido.

Antes de terminar a manhã, governistas mais pé no chão já admitiam: muito mais gente do que o previsto saiu de casa para gritar “Fora Dilma”, “Fora PT”, e em locais onde não eram esperadas grandes adesões, como cidades do Norte e Nordeste.

No início da tarde, ficava claro que São Paulo soltaria um grito ensurdecido. Mais de 200 mil tomaram a avenida Paulista. “Coisa de tucano”, relativizava um palaciano ainda anestesiado. “O maior erro será menosprezar o recado de hoje”, aconselhava outro palaciano realista.

Recolhida ao Palácio da Alvorada, a resposta presidencial às ruas foi tímida e a de sempre. Prometeu um pacote contra corrupção que dorme nas gavetas do Planalto desde 2014 e defendeu uma reforma política que nunca conseguiu tirar do papel.

LUIZ FERNANDO VIANNA

Contas a pagar

RIO DE JANEIRO - Se centenas de milhares de pessoas foram ontem às ruas, não adianta reduzi-las a “coxinhas” ou “golpistas”, como tentam fazer defensores do governo. O momento sugere um comportamento mais adulto.

O PT está pagando por opções que fez. Enquanto o cenário econômico internacional (commodities em alta) e a força de seus projetos sociais impulsionaram o país, deu para manter o pacto silencioso entre os mais ricos e os mais pobres, pois ambas as partes estavam ganhando.

Em sua primeira gestão, Dilma buscou conservar a precária harmonia adiando aumentos de tarifas e outras medidas desagradáveis. Reeleita, sentiu-se autorizada a abrir de uma só vez a torneira de maldades. Está prejudicando os mais pobres e dando munição concreta para aqueles que só têm uma bandeira em tanto abstrata: a do combate à corrupção.

Abstrata não por falsa ou ilegítima, mas porque lhe falta perspec-

Receita que, até aqui, não se mostrou suficiente. A própria Dilma avalia que ela não mobiliza. Ou seja, terá de fazer mais para conter a escalada dos protestos. Afinal, tomou sonora goleada das ruas. Enquanto cerca de cem mil “defenderam” seu governo na sexta, perto de 1 milhão berrou contra ela neste domingo.

Sinal de que sua turma não demonstra o mesmo entusiasmo em defendê-la publicamente. Pior, torce o nariz para seu novo governo.

O fato é que Dilma foi rápida em dar um necessário cavalo de pau na economia, mas mostra-se lenta em criar uma agenda que leve esperança ao país. Para desespero de Lula, que vai perdendo a paciência com ela.

Como não dá para fazer milagres, Dilma precisa deixar de afugentar seus aliados e recuperar apoios para fazer a longa travessia do deserto. Aí, o caminho é o que ela mais odeia. Curvar-se às pressões do velho PMDB e partilhar poder para aprovar o ajuste fiscal. A alternativa é definir e seguir apanhando das ruas.



Ontem, em Copacabana, observando alas da classe média exercendo o direito democrático de odiar o PT, era impossível não perceber no uso do verde e amarelo o velho recurso de ocultar sob um signo de união (as cores nacionais) um desejo de exclusão: o país é “nosso”, não “deles”.

AÉCIO NEVES

As ruas

Existem momentos na vida de um país em que a alma da nação parece se inquietar e transbordar, criando identidades que nos ajudam a lembrar que somos não um conjunto de indivíduos mergulhados em problemas e desafios pessoais, mas um povo que tem muito em comum.

O dia de ontem foi um momento assim. Em que a individualidade cedeu lugar à coletividade. Um dia do qual devemos nos orgulhar.

Curiosamente, há exatos 30 anos, o Brasil vivia um outro momento de forte identidade coletiva. Em outro 15 de março deveria ter ocorrido a posse do primeiro presidente civil e de oposição depois de 20 anos de ditadura. O calvário pessoal de Tancredo, paradoxalmente, ajudou na constituição e fortalecimento de laços coletivos.

Naquela época, pouco antes da morte do presidente, circulava no país uma anedota que dizia que uma enfermeira se encontrava no quarto com Tancredo quando ele começou a ouvir o barulho da multidão que se aglomerava na porta do hospital, em orações e homenagens. Que barulho é esse? perguntou ele. É o povo, presidente, o povo está todo aí embaixo, respondeu ela. E o que o povo está fazendo aqui? Ele veio se despedir, presidente. Ué, e o povo tá indo pra onde minha filha?, perguntou o presidente.

A delicadeza dessa cena fictícia, mas que combina bem com o espírito de Tancredo, me vem à memória de tempos em tempos. Não podemos nunca perder de vista que, em meio ao legítimo sentimento de indignação e revolta, existe um tipo de agressividade e de radicalização do ambiente político que interessa apenas àqueles a quem faltam argumentos, aos responsáveis pelo descalabro do país.

A estratégia do PT tem sido clara. Para esconder a verdadeira dimensão da insatisfação popular, tentam transformar todos os críticos do governo em defensores de um golpe ou do impeachment da presidente. Querem convencer o Brasil de que as manifestações populares, espontâneas, nascidas no coração de milhões de brasileiros, são, na verdade, ações ardilosas preparadas por partidos políticos. Não são. Fazem isso para não enfrentarem a realidade de que o governo deve satisfação a milhões de brasileiros. Fazem isso para tentar interditar o debate sobre temas que não interessam ao partido.

As ruas estão ocupadas por diferentes reivindicações e pela indignação com a corrupção, mas também contra a hipocrisia do discurso de parte das lideranças do país, que, por conveniência, e contraditoriamente, hoje repudiam posições que ontem defendiam.

As manifestações desse domingo, que superaram todas as previsões, não dizem respeito ao passado nem ao resultado das eleições. Dizem respeito ao futuro. E, por isso, preocupam tanto o governo.

AÉCIO NEVES escreve às segundas-feiras nesta coluna.

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921 - PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

Presidente: LUIZ FRIAS

Diretor Editorial: OTAVIO FRIAS FILHO

Superintendentes: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES E JUDITH BRITO

Editor-executivo: SÉRGIO DÁVILA

Conselho Editorial: ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO, JANIO DE FREITAS, CLÓVIS ROSSI, CARLOS HEITOR CONY, CELSO PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES, LUIZ FRIAS E OTAVIO FRIAS FILHO (secretário)

Diretoria-executiva: MARCELO BENEZ (comercial), MURILO BUSSAB (circulação), MARCELO MACHADO GONÇALVES (financeiro) E EDUARDO ALCARO (planejamento e novos negócios)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

O vício contra o vício

Processo de impeachment se abre em meio à chantagem e às suspeitas em torno de Cunha, mas desfecho do caso poderá tirar país da paralisia

Pelas mãos suspeitíssimas do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), deflagrou-se o processo de impeachment de Dilma Rousseff (PT).

As voltas com as ameaças que pesam sobre seu próprio mandato, Cunha já deixava claro, nas últimas semanas, o poder de chantagem que estava disposto a exercer. Esperava que o Planalto o apoiasse no Conselho de Ética da Câmara, que parece inclinado, em meio a dúvidas, hesitações e tratativas, a recomendar seu julgamento por quebra do decoro parlamentar.

A pressão sobre os três petistas do conselho se fazia em sentidos opostos. A cúpula da agremiação, buscando alguma sintonia com a opinião pública, recomendava o rompimento com Cunha. O governo, temendo a retaliação que agora se concretiza, fazia esforços para contornar as flagrantes evidências contra o potencial algoz.

Prevaleceu, nesse dilema, a orientação partidária, e poucas horas depois de o PT anunciar que votaria contra o peemedebista no Conselho de Ética chegou-se, com a decisão tomada por Eduardo Cunha, a um doloroso paradoxo.

Em nome dos padrões de seriedade e ética que o petismo tem dado tantas mostras de desprezar, eis que o processo de impeachment de Dilma se inaugura por obra de um político denunciado na Opera-

ção Lava Jato, acusado de corrupção e flagrado em pleno controle de contas bancárias na Suíça —a respeito das quais mentira de forma deslavada na CPI da Petrobras.

Já se disse muitas vezes que a hipocrisia é uma homenagem que o vício presta à virtude. Aqui, rompeu-se por fim a hipocrisia, e é do vício contra o vício que se trata.

Acuada entre o cinismo e a incompetência, entre a chantagem e o esbulho, entre a propina e a pedada, a virtude parece silenciarse, depois de ter ido às ruas tantas vezes nos últimos anos —para confundir-se, que seja dito, em meio a um tumulto de grupos que iam dos black blocs criminosos de 2013 aos embrutecidos defensores da ditadura militar de 2015.

Talvez, entretanto, Eduardo Cunha tenha razão em uma das considerações com que acompanhou sua desesperada artilharia. O impasse político em torno do impeachment tem feito mal ao país.

Que se decida de uma vez, renovando a legitimidade da presidente Dilma Rousseff, ou negando-a em favor de uma solução pacífica, institucional e democrática —por traumática que possa ser.

A presidente Dilma reagiu, em pronunciamento curto, mas contundente, ao novo lance da crise. Seus argumentos, bem como os de quem pede o afastamento da presidente, haverão de ser debatidos pelos políticos e pela sociedade com mais vagar.

O processo que ora se abre dará ocasião a que todos examinem, com paixão, mas também com razão e prudência, os motivos concretos em torno do impeachment.

Batalha contra o zika

A população brasileira já se mostrava preocupada, mas o alerta mundial emitido na terça-feira (1º) pela Organização Mundial da Saúde atraiu ainda mais a atenção para a epidemia do vírus zika.

No comunicado, o órgão pede que os governos se preparem para um aumento no número de ocorrências, reforçando atendimento pré-natal e neurológico. Confirma, ademais, contaminações em nove países do continente americano.

Até meses atrás praticamente restrito a ilhas do Pacífico e tido como pouco perigoso, o zika mudou de status devido ao surto de microcefalia no Brasil. No último final de semana, o Ministério da Saúde confirmou a relação entre o agente infeccioso e a escalada de registros de malformação craniana.

O boletim epidemiológico divulgado na segunda-feira (30) contava 1.248 casos suspeitos de microcefalia. De 2010 a 2014, a média anual ficou em 156 notificações.

Diante dessa explosão, Estados bastante afetados passaram a decretar situação de emergência, mulheres começaram a cancelar viagens ao Nordeste (região mais atingida), especialistas chegam a recomendar que se evite a gravidez. Uma das explicações para rea-

ções dessa natureza está no pouco conhecimento existente sobre o vírus. O estabelecimento da ligação do zika com a microcefalia, por exemplo, é inédita na medicina.

Essa ignorância levou o secretário estadual da Saúde de São Paulo, David Uip, a comparar a situação atual à da Aids nos anos 1980. “Não sabíamos nada, fomos aprendendo no dia a dia. O zika é diferente de tudo o que vimos até hoje.”

A outra explicação decorre da primeira: por ora não existe vacina ou tratamento. Esse fato não só assusta as pessoas mas também dificulta o trabalho das autoridades sanitárias —a única maneira de conter a epidemia é pela prevenção.

Transmitido pelo mosquito *Aedes aegypti* (o mesmo da dengue e da chikungunya), o vírus, que já circula em 18 Estados, tende a se espalhar ainda mais nos próximos meses, quentes e chuvosos.

É necessário, portanto, aprofundar o conhecimento a respeito do zika; urgente, além disso, que prefeituras, governos estaduais e federal intensifiquem as ações preventivas —um esforço que também inclui campanhas para promover o engajamento da população, fundamental para evitar o surgimento de criadouros dentro das casas.



- Sem crise, Dilma. Tá comigo, tá com Deus!

ROGÉRIO GENTILE

A polêmica das escolas

SÃO PAULO - A polêmica reorganização das escolas de São Paulo, promovida pelo governo Geraldo Alckmin, é melhor do que parece, mas pior do que poderia ser.

A rede estadual paulista perdeu 2 milhões de alunos desde 1998 (hoje são 3,8 milhões) em razão da diminuição da taxa de natalidade, da municipalização do 1º ao 5º ano e da migração de alunos para a rede privada.

Neste contexto, não faz sentido algum manter a mesma quantidade de prédios em funcionamento (5.147), desperdiçando recursos que poderiam ser mais bem empregados —na própria educação, inclusive.

Não custa lembrar aos que reclamam da lógica “mercantil e empresarial” que o país está afundado numa recessão que tende a ser uma das mais longas da sua história.

O problema é que o governo resolveu promover a reorganização de modo açodado e atabalhoado. A despeito de afetar originalmente mil escolas e movimentar mais de 1 milhão de alunos, anunciou o projeto no fim

de setembro sem grandes esclarecimentos e com a intenção de implantá-lo já no início de 2016. O bom senso recomendaria começá-lo só em 2017 (tanto que o Estado foi obrigado a reduzir a meta para 311 mil alunos).

A pressão e a falta de transparência sobre o que acontecerá com os prédios desocupados e o recurso economizado geraram insegurança em pais e alunos, criaram muitas dúvidas na sociedade e deram margem para a instrumentalização ideológica e corporativa do debate.

Movimentos de moradia que dizem ter como objetivo maior lutar contra o capitalismo e o Estado, partidos de esquerda e o sindicato dos professores, resistente a tudo que não signifique menos trabalho e salário maior, acabaram estimulando a ocupação de escolas —há hoje 191 em curso.

O resultado é um grande descrédito sobre o projeto de reorganização escolar e uma confusão numa rede de ensino que há décadas não é conhecida pela qualidade.

BERNARDO MELLO FRANCO

Os efeitos da bomba

BRASÍLIA - Eduardo Cunha prometeu e cumpriu. Prestes a ser detonado no Conselho de Ética, o deputado ameaçou abrir um processo de impeachment caso o governo não salvasse o seu mandato. O PT flertou com o acordo espúrio, mas anunciou no início da tarde que enfrentaria a chantagem. A retaliação foi rápida. Às 18h32, Cunha apertou o botão vermelho contra o Palácio do Planalto.

A bomba estourou no colo de Dilma Rousseff. Na primeira reação, ela afirmou que não desviou dinheiro público e não tem conta no exterior, em referência explícita ao deputado.

A comparação de biografias será um trunfo de sua defesa. A presidente pilota um governo errático e impopular, mas não foi atingida, ao menos até aqui, por nenhuma suspeita sobre a sua conduta pessoal.

O resultado do processo é imprevisível. O governo começava a recompor sua base, mas não é capaz de garantir, hoje, que terá os 171 votos necessários para barrar o impeachment na Câmara. As ruas, que andam es-

vaziadas, voltarão a ter papel importante para influenciar os deputados.

A abertura de um processo contra a presidente da República como vingança pessoal de Cunha coroa um ano marcado pela irresponsabilidade das principais forças políticas.

O peemedebista e sua tropa sequestraram o Congresso e aumentaram o preço do resgate a cada votação. A oposição rasgou a bandeira da responsabilidade e sabotou o ajuste fiscal para enfraquecer o governo.

Dilma também ajudou a cavar o buraco em que se encontra, ao trair as promessas de campanha. Depois foi alvejada pelo PT, que se recusou a abraçar suas medidas impopulares.

A bomba do impeachment deve tumultuar ainda mais a economia, já mergulhada em recessão aguda. Se há algo de positivo no noticiário desta quarta, é o fim da paralisia que deixava o Brasil refém de Brasília. Enquanto era chantageado por Cunha, o governo não governava. Agora o sistema político terá que voltar a se mover, para um lado ou outro.

MARCO AURÉLIO CANÔNICO

O clã

RIO DE JANEIRO - Pouco conhecido fora da política fluminense, o clã dos Picciani vem ganhando espaço no vácuo deixado pelas quedas iminentes de seus correligionários Eduardo Cunha, o presidente da Câmara dos Deputados, e Pedro Paulo Carvalho, o candidato outrora favorito à Prefeitura do Rio.

O patriarca é Jorge Picciani, presidente do PMDB-RJ e da Assembleia Legislativa do Rio e mentor do movimento “Aezão”, que pregava o voto em Pezão para governador e em Aécio para presidente —o que não o impediu de se unir ao governo Dilma quando a oportunidade surgiu.

E ela veio com a desgraça de Cunha, que entrou em guerra contra o Planalto e abriu espaço para que Picciani e seu filho Leonardo, deputado federal e líder do PMDB na Câmara, negociassem apoio à Dilma em troca de ministérios.

A família já havia feito escambo semelhante em nível municipal, cobrando caro do prefeito Eduardo

Paes para apoiar seu candidato à sua sucessão, Pedro Paulo, em vez de lançar o nome de Leonardo Picciani na disputa.

Uma das exigências atendidas foi transformar o caçula do clã, Rafael, em secretário de Transporte.

Agora, com a presidência da Câmara e a vaga de candidato do PMDB à prefeitura do Rio prestes a ficar desocupadas, Leonardo vê a chance de ocupar uma delas. Mas parece pouco provável que os Picciani consigam sobreviver ao escrutínio que a ascensão política traz.

Já em abril seu sobrenome aparecia enrolado na Lava Jato, ainda que lateralmente. No mesmo mês, a revista “Época” mostrou como a família comprou ações de uma mineradora negociando com um acionista morto. Na semana passada, descobriu-se que a empresa fornece brita para obras da Rio-2016.

Como se vê, mudam os personagens, mas o PMDB fluminense não perde sua vocação para o escândalo.

MATIAS SPEKTOR

Má resolução

Era inevitável: a sequência de atentados do Estado Islâmico estava fadada a provocar uma reação imediata das grandes potências. O que era possível evitar, porém, é a resposta das duas últimas semanas.

Na esteira dos atentados em Paris, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a resolução 2.249. Devido à comoção geral, o texto passou em tempo recorde e com a força de um rolo compressor.

A peça exorta as grandes potências a agir contra o Estado Islâmico. O diabo, entretanto, reside nos detalhes: como o texto exorta o uso da força militar, mas não a autoriza de maneira explícita, tampouco impõe condições a quem ataca. As operações realizadas com base nessa peça jurídica não têm data para acabar nem mecanismos embutidos para impedir abusos.

A vantagem, claro, é que ficou mais fácil angariar aliados. Anteontem, a Alemanha comprometeu-se com 1.200 soldados, aviões e uma fragata. Ontem, o premiê britânico David Cameron pediu autorização a seu parlamento para iniciar os bombardeios. Ambos invocaram a resolução.

A desvantagem, no entanto, é que o texto não demanda atuação coletiva entre os países. Em vez de impor a obrigatoriedade de um plano conjunto, a resolução é propositalmente ambígua para acomodar os interesses divergentes das partes.

Como? Hoje, os russos bombardeiam o Estado Islâmico em território sírio com o consentimento do regime Assad.

Austrália, Canadá, França, Estados Unidos e Turquia o fazem sem a anuência de Damasco, mas em nome da legítima defesa do Iraque.

O jogo é perigoso porque mistura a luta contra o Estado Islâmico à luta contra Assad, uma dinâmica explosiva que a nova resolução acaba de legitimar. Nesse ambiente, há espaço para acidentes com consequências desconhecidas. O recente abatimento de um avião russo pela Turquia ilustra o ponto.

Pior que isso, bombardeios simultâneos de vários países mais ou menos aliados que não operam como uma coalizão tendem a vitimar milhares de civis. Em vez de proteger as populações locais do jugo do Estado Islâmico, esses ataques podem causar mais mortes do que aquelas cometidas pelos facinorosos da organização.

Construir uma coalizão sempre é um processo tortuoso sem resultado garantido. Mas é um mecanismo bom para angariar o apoio das populações locais. Hoje, parte dessas pessoas enxerga no Estado Islâmico um escudo protetor contra potências estrangeiras. Sem apoio local, a organização morreria de inanição.

Este grupo terrorista é uma ameaça sem precedentes à paz e à estabilidade internacionais. Deve ser combatido a ferro e fogo, mas também com inteligência e sofisticação.

MATIAS SPEKTOR escreve às quintas-feiras nesta coluna.

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921 - PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

Presidente: LUIZ FRIAS

Diretor Editorial: OTAVIO FRIAS FILHO

Superintendentes: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES E JUDITH BRITO

Editor-executivo: SÉRGIO DÁVILA

Conselho Editorial: ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO, JANIO DE FREITAS, CLÓVIS ROSSI, CARLOS HEITOR CONY, CELSO PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES, LUIZ FRIAS E OTAVIO FRIAS FILHO (secretário)

Diretoria-executiva: MARCELO BENEZ (comercial), MURILO BUSSAB (circulação), MARCELO MACHADO GONÇALVES (financeiro) E EDUARDO ALCARO (planejamento e novos negócios)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Recado cabal

Crise política do governo Dilma Rousseff se agrava com a maior manifestação política de que se tem registro na história do país

Tendo reunido, ao longo da tarde, cerca de 500 mil pessoas em São Paulo —segundo o Datafolha—, e um número que, conforme o cálculo, oscila de 1 milhão a 3 milhões de participantes nas demais cidades do país, os protestos realizados ao longo deste domingo contra o governo Dilma Rousseff (PT) consistiram na maior manifestação política de que se tem registro na história do país.

Superando até mesmo a dimensão dos comícios pelas Diretas-Já em 1984, um impressionante contingente de brasileiros convergiu às ruas, de forma pacífica, bem-humorada e eloquente, num ato de definitiva rejeição.

Rejeição que se volta não apenas contra um governo atolado na incompetência administrativa, na crise econômica e na arrogância pessoal de seus integrantes, mas contra um modelo político fundamentado na mistificação ideológica e nutrido pela corrupção.

É difícil imaginar as saídas possíveis, ou minimamente aceitáveis para o conjunto da população, que ainda restem aos estrategistas do PT e do governo federal.

Já na véspera, o PMDB sinalizava, em sua convenção, o seu afastamento da base parlamentar que precariamente sustentava o governo. De modo típico, não abando-

nou por enquanto os cargos de que desfruta no ministério —mas decidiu pela expulsão de quaisquer filiados que eventualmente aceitem novos postos no primeiro escalão do Executivo.

Os últimos dias vinham agravando a situação de Dilma. Se, desde o início do segundo mandato, eram inúmeros os motivos para a indignação popular, ganharam evidência novos sinais, mais graves, de corrosão moral e administrativa nos círculos do poder.

Nada terá sido mais decisivo, entretanto, do que a revelação dos laços entre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e as principais empreiteiras envolvidas na Operação Lava Jato. As tentativas de mistificar a opinião pública quanto à natureza do escândalo, habilmente encetadas pelo líder petista, não tiveram —excetuada a cegueira habitual da militância— outro efeito que não o de acentuar as vontades generalizadas de protesto.

Terá caído por terra, paralelamente, a teoria petista de que o movimento contra a corrupção vinha apenas a expressar o inconformismo dos partidos e lideranças derrotados nas últimas eleições presidenciais. Hostilizados por parte dos manifestantes, os tucanos Aécio Neves e Geraldo Alckmin não permaneceram no palanque.

A palavra está agora com a presidente. Os atos superaram as previsões mais pessimistas do Planalto. Apesar de sua extensão e força, o país permanece dividido —e numa crise que, de uma forma ou de outra, é urgente superar.

O céu sobre as cabeças

O historiador grego Estrabão conta que, certa vez, quando Alexandre, o Grande, encontrou guerreiros celtas que viviam às margens do Danúbio, perguntou-lhes o que mais temiam. Ouviu como resposta que não temiam nada, exceto que o céu lhes caísse sobre as cabeças.

É difícil imaginar de qual experiência concreta guerreiros celtas do século 4º a.C. possam ter tirado esse medo, mas quem vive no século 21 tem razões para temer comparável: os drones.

Eles estão cada vez mais populares, embora existam poucas regras para seu uso. Nos EUA, no último Natal, foram vendidos 400 mil aparelhos que voam controlados por um piloto em terra. No Brasil, devido à carência de regulamentação, o número nem sequer é conhecido. Especula-se que o atual estoque de drones no país esteja em torno de 50 mil.

De vez em quando essas aeronaves caem. Desde 2001, os militares norte-americanos já registraram 237 acidentes classe A (que resultaram na destruição da nave ou provocaram prejuízos de ao menos US\$2 milhões) com seus aparelhos em todo o mundo. Pode-se assumir que drones militares são melhores e mais bem pilotados que os civis.

Uma investigação do jornal “The Washington Post” sugere que esse número pode ser bem maior.

A febre dos drones civis é mais recente, mas já há registro de acidentes. Por enquanto, sem mortes.

O quadro fica mais preocupante pelo risco de colisão com aeronaves tripuladas. Um estudo americano contou, de dezembro de 2013 a setembro de 2015, 921 ocorrências desse gênero, das quais 35% se enquadraram nos critérios de quase acidente da FAA, a agência de aviação civil dos Estados Unidos.

Resolver o problema não é tão simples quanto pode parecer. Uma medida óbvia como exigir que o piloto esteja sempre próximo à aeronave e jamais a perca de vista limita o potencial de usar esses aparelhos para fins comerciais —caso das entregas, por exemplo. Atuando nesse complexo xadrez, a FAA pretende baixar regras menos restritivas do que as atualmente em vigor nos EUA, muito embora o quadro geral seja descrito como um Velho Oeste.

No Brasil, a regulação é ainda mais precária. Sabe-se que ela deve envolver pelo menos as agências responsáveis pelas radiofrequências (Anatel), pelo uso do espaço aéreo (Decea) e pelas regras de aparelhos e pilotos (Anac).

Como nada em Brasília deve acontecer até que a crise política se resolva, só nos resta, como os celtas, rezar para que o céu não nos caia sobre as cabeças.



VINICIUS MOTA

Nas ruas contra o monstro

SÃO PAULO - Fosse o Brasil um país com instituições maduras, a degradação política e econômica que hoje observamos não teria se avolumado. A própria rua, que acaba de rugir como nunca antes na história deste país, estaria quieta.

Um aparato institucional forte não teria deixado agigantar-se o Leviatã dos contratos bilionários de bancos e empresas estatais com oligopólios entrelaçados à própria elite no poder. Não teria permitido que tudo fosse financiado com dívida a juros impiedosos lançada nas costas dos cidadãos, a comprometer o seu futuro.

Seria impensável a subversão das regras de exploração e produção na cadeia do petróleo no sentido de restituir o monopólio estatal e asfixiar a competição. Soluções de compromisso ajeitadas com a mão pelo governo, como o consórcio que construiu a hidrelétrica de Belo Monte, seriam impossíveis.

Todo esse substrato conferiu superpoderes de xeque árabe ao presidente no Brasil, em dias normais

já dotado de atribuições extravagantes. Aproximou-o de um Putin tropical, que engolfou o Congresso e só encontrou resistência no Ministério Público, no Judiciário e na imprensa.

Eis o que pode confirmar o caráter especial do Brasil no conjunto de nações emergentes acometidas por uma hipertrofia assemelhada do Executivo durante o boom chinês. Aqui não chegamos ao fundo do poço, à rendição completa.

As ruas voltaram a encher-se também em reação às novas invectivas de Dilma e Lula contra a Lava Jato. Ambos transformam o que resta do governo num comitê de combate político a policiais, procuradores e juízes que produzem um colossal conjunto probatório de abuso do poder.

Resposta errada, presidente. Ou, em outro registro, resposta certa. Pode ser que a exposição crua da natureza do monstro, agora decrepito e a debater-se, seja um rito necessário para superarmos de uma vez esse triste episódio de nossa história.

vinicius.mota@grupofolha.com.br

VALDO CRUZ

Próximo do fim!?

BRASÍLIA - Aconteceu o que o governo mais temia, a oposição esperava e o PMDB sonhava. Os protestos deste domingo (13) bombaram, foram maiores do que o das Diretas-Já e deram força ao grupo que tenta tirar Dilma Rousseff do poder.

Às vésperas da retomada da tramitação do processo de impeachment na Câmara, as manifestações de ontem tornam mais plausível diagnóstico quase consensual partilhado por governo, oposição e peemedebistas. O desfecho da crise está próximo e pode não passar de julho.

Tal avaliação vai acelerar ainda mais uma corrida nos bastidores de Brasília. De uns, na busca de herdar o poder, de outros, para tentar mantê-lo e de muitos sonhando com seu rápido desfecho para escapar das garras da Operação Lava Jato.

Para esta última turma, o recado da equipe da Lava Jato é que a operação não vai parar, tal desejo é mera ilusão e vai se transformar em pesadelo com as novas delações.

O fato é que o domingo pode ser

visto como um divisor de águas, que assusta o governo, pressiona o Congresso na análise do impeachment e faz Michel Temer evitar erros recentes e se posicionar como aquele que pode unir o país. Nesta toada, algo inimaginável acontece: o PMDB proíbe filiados de aceitar cargos. Claro, o melhor deles está logo ali.

Já a oposição celebra os protestos de ontem, acerta com o vice um governo de transição para recuperar o país e, assim, espera reconquistar o poder em 2018. Afinal, hoje o clima nas ruas não é bom nem para ela.

Do lado do governo e do PT, mais do que nunca muitos enxergam no ex-presidente Lula a última cartada capaz de evitar uma debandada da base aliada nesta hora derradeira e fugir de um fim horrroso.

Enfim, a voz das ruas cobra urgência para o desfecho da crise. Ela precisa ser superada com a reação do governo ou seu fim, mas pelas vias legais. O fato é que ninguém aguenta mais. Nem mesmo a própria equipe da presidente Dilma.

RUY CASTRO

Nunca existiu

RIO DE JANEIRO - No faroeste “Um de Nós Morrerá” (“The Left-Handed Gun”, 1958), de Arthur Penn, o jovem Paul Newman faz o pistoleiro Billy the Kid. Billy é uma lenda do Oeste americano, assim como o cachorro Rin-Tin-Tin e o cacique Touro Sentado. Mas o grande papel do filme é o de Moultrie, interpretado por Hurd Hatfield, ator a quem Hollywood deu poucos papéis à altura de seu talento (foi o protagonista de “O Retrato de Dorian Gray”, de 1945, e ficou marcado pelo personagem).

Moultrie é um sujeito de profissão indefinida. Pela roupa, pode ser jogador profissional, contrabandista de armas ou pastor protestante. Descobre Billy desde o início e tem por ele um fascínio quase gay (o filme é baseado numa peça de Gore Vidal). Passa a segui-lo e começa a escrever cartas para alguém “no Leste”, narrando as aventuras do ingênuo, analfabeto e belíssimo Billy, que, com sua mão esquerda — ninguém mais rápido para sacar a arma —, vai liqui-

dando um a um os assassinos de um ex-patrão.

As cartas chegam aos grandes jornais e, amplificadas pela imaginação do pessoal “do Leste”, transformam-se em livretos populares de enorme sucesso, que fazem de Billy — à revelia deste e do próprio Moultrie — um herói nacional, totalmente fictício. Nesses livretos, Billy é um gigante invencível, todo de preto com tachinhas prateadas, e tão irresistível que o próprio Moultrie começa a acreditar no que lê.

A trama se desdobra e, já no fim, Moultrie se defronta com um Billy amargo, desmoralizado, reduzido à sua miserável humanidade e que, ainda por cima, o agride. E só então, chorando, Moultrie enxerga Billy na sua verdadeira dimensão: “Você não usa as tachinhas prateadas. Não é um herói. Você não é ele!”.

Ontem, as ruas de 400 cidades do Brasil estavam cheias de gente que, um dia, acreditou num Lula the Kid que nunca existiu.

AÉCIO NEVES

Vozes de março

Os brasileiros fizeram bonito neste domingo. De forma pacífica, em centenas de municípios, milhões de pessoas de todas as idades ocuparam as ruas do Brasil para protestar contra o governo e pedir uma solução para a crise em que fomos — e estamos — mergulhados. O grito que ecoou das multidões foi incontestável: basta, não suportamos mais.

Homens e mulheres, famílias inteiras, jovens, idosos e crianças, gente de todas as raças e credos, de cabeça erguida, se irmanaram no sentimento de revolta e indignação contra um governo que esgotou sua capacidade de iludir e mentir. Não dá mais para enganar ninguém: além do fracasso na gestão, há um fracasso ético e moral que arruinou o projeto de poder em curso. É contra este estado de coisas que o Brasil foi às ruas.

Foi uma manifestação de consciência cívica como poucas já vistas no país. É impossível ficar insensível ao grito unânime contra a corrupção e a gestão calamitosa, contra a mentira e a favor do trabalho independente das instituições brasileiras. Em defesa da democracia e das conquistas que tanto nos custaram em sacrifício e luta.

No momento em que o discurso do radicalismo e da intolância ameaça conturbar o ambiente social, como óbvia reação aos resultados das investigações da Lava Jato e outras operações policiais em curso, os manifestantes de domingo deram um exemplo de serenidade, maturidade e responsabilidade. Indignação sim, violência nunca.

Precisamos aprender com a mobilização gigante e seguir adiante em busca de saídas para a crise. As vozes de março nos colocam diante de um imperativo histórico: a nação precisa construir uma solução para o impasse em que se encontra. Reencontrar o caminho da confiança e da esperança.

Mais que nunca, o Congresso Nacional tem o dever de dar ressonância a este clamor. A classe política precisa cumprir com responsabilidade seu papel. Neste mar de insatisfações, precisamos ir além de denunciar, criticar e cobrar. Precisamos transformar.

Vivemos um momento único, fértil e de grande convergência em torno de um sentimento de país, que, em plano ampliado, já significa um precioso recomeço. O país que floresce das ruas não pode se perder. Ele precisa nos conduzir adiante.

Não basta encerrar o regime dos escândalos em série e da corrupção institucionalizada. Estão à espera do Brasil desafios de grande envergadura, que demandarão reformas profundas no plano político, econômico, ético, social e do modelo de gestão pública.

É hora de estarmos à altura desse sentimento nacional que clama por mudanças. Com ele — e só com ele — será possível reduzir drasticamente o abismo existente entre a realidade e o sonho dos brasileiros e o país que queremos e merecemos.

AÉCIO NEVES escreve às segundas-feiras nesta coluna.

EDITORIAL

Nem Dilma nem Temer

A presidente Dilma Rousseff (PT) perdeu as condições de governar o país.

É com pesar que este jornal chega a essa conclusão. Nunca é desejável interromper, ainda que por meios legais, um mandato presidencial obtido em eleição democrática.

Depois de seu partido protagonizar os maiores escândalos de corrupção de que se tem notícia; depois de se reeleger à custa de clamoroso estelionato eleitoral; depois de seu governo provocar a pior recessão da história, Dilma colhe o que merece.

Formou-se imensa maioria favorável a seu impeachment. As maiores manifestações políticas de que se tem registro no Brasil tomaram as ruas a exigir a remoção da presidente. Sempre oportunistas, as forças dominantes no Congresso ocupam o vazio deixado pelo colapso do governo.

A administração foi posta a serviço de dois propósitos: barrar o impedimento, mediante desbragada compra de apoio parlamentar, e proteger o ex-presidente Lula e companheiros às voltas com problemas na Justiça.

Mesmo que vença a batalha na Câmara, o que parece cada vez mais improvável, não se vislumbra como ela possa voltar a governar. Os fatores que levaram à falência de sua autoridade persistirão.

Enquanto Dilma Rousseff permanecer no cargo, a nação seguirá crispada, paralisada. É forçoso reconhecer que a presidente constitui hoje o obstáculo à recuperação do país.

Esta **Folha** continuará empenhando-se em publicar um resumo equilibrado dos fatos e um espectro plural de opiniões, mas passa a se incluir entre os que preferem a renúncia à deposição constitucional.

Embora existam motivos para o impedimento, até porque a legislação estabelece farta gama de opções, nenhum deles é irrefutável. Não que falem indícios de má conduta; falta, até agora, comprovação cabal. Pedaladas fiscais são razão questionável numa cultura orçamentária ainda permissiva.

Mesmo desmoralizado, o PT tem respaldo de uma minoria expressiva; o impeachment tenderá a deixar um rastro de ressentimento. Já a renúncia traduziria, num gesto de desapego e realismo, a consciência da mandatária de que condições alheias à sua vontade a impedem de se desincumbir da missão.

A mesma consciência deveria ter Michel Temer (PMDB), que tampouco dispõe de suficiente apoio na sociedade. Dada a gravidade excepcional desta crise, seria uma bênção que o poder retornasse logo ao povo a fim de que ele investisse alguém da legitimidade requerida para promover reformas estruturais e tirar o país da estagnação.

O Tribunal Superior Eleitoral julgará as contas da chapa eleita em 2014 e poderá cassá-la. Seja por essa saída, seja pela renúncia dupla, a população seria convocada a participar de nova eleição presidencial, num prazo de 90 dias.

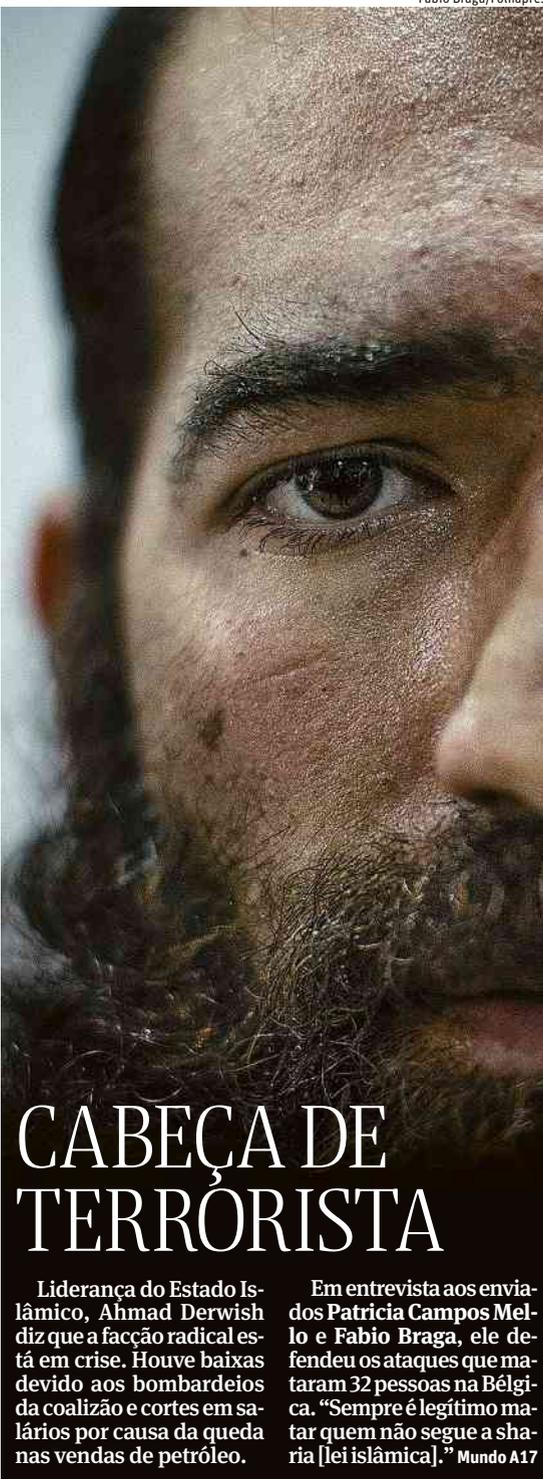
Imprescindível, antes, que a Câmara dos Deputados ou o Supremo Tribunal Federal afaste de vez a nefasta figura de Eduardo Cunha — o próximo na linha de sucessão —, réu naquela corte e que jamais poderia dirigir o Brasil nesse intervalo.

Dilma Rousseff deve renunciar já, para poupar o país do trauma do impeachment e superar tanto o impasse que o mantém atolado como a calamidade sem precedentes do atual governo.

Governo absorve 72% do crédito do país em 2015

Com taxa de juro maior, setor público suga verba que poderia irrigar empresas

Fabio Braga/Folhapress



CABEÇA DE TERRORISTA

Liderança do Estado Islâmico, Ahmad Derwish diz que a facção radical está em crise. Houve baixas devido aos bombardeios da coalizão e cortes em salários por causa da queda nas vendas de petróleo.

Em entrevista aos enviados Patricia Campos Mello e Fabio Braga, ele defendeu os ataques que mataram 32 pessoas na Bélgica. "Sempre é legítimo matar quem não segue a sharia [lei islâmica]." Mundo A17

Sete de cada dez operações de crédito realizadas no Brasil em 2015 foram utilizadas para financiar o governo e as empresas estatais.

O Estado absorveu 72% das operações de dívida, que incluem empréstimos a pessoas físicas, empresas e o lançamento de títulos públicos e privados no mercado financeiro, de acordo com levantamento do economista Carlos Rocca, do Ibmec.

Essa porcentagem equivale a R\$ 597 bilhões de R\$ 829 bilhões que giraram nesse mercado no ano passado.

É o maior percentual de apropriação estatal do fluxo de dívidas da economia brasileira em dez anos. O estudo tem dados desde 2005.

Rocca atribui o desequilíbrio ao déficit no Orçamento, estimado em 10% do PIB. Endividado, o governo suga recursos que deveriam irrigar o setor produtivo.

"Quando o setor público disputa com o setor privado essa poupança, oferece taxas de juros mais elevadas nos seus títulos, o que mata a demanda por crédito das empresas", diz. Mercado pág. 1

Empreiteira bancou regalias para presos da Lava Jato, diz testemunha

Poder A9

ILUSTRÍSSIMA

Jorge Coli estreia coluna e discute o autoritarismo da modernidade Pág. 2

morar

Mooca e Tatuapé têm o desafio de crescer sem perder a identidade Pág. 1

sãopaulo

Em tempo de aperto, veja como repaginar a casa sem estourar o orçamento Pág. 25

Surto de gripe faz paulistano usar máscara em casa

O surto de H1N1, que atinge principalmente São Paulo, causa preocupação nos pais e em quem tem familiares idosos. Muitos redobram os cuidados e passaram a usar máscaras e álcool gel em casa para evitar contaminar outras pessoas.

O temor de pegar o vírus também lotou clínicas de vacinação da capital. Cotidiano B7

Aposta do partido, Cruz se põe mais à direita que Trump

O Partido Republicano aposta em Ted Cruz para brejar Donald Trump na disputa à Presidência dos EUA. Declarações e propostas, porém, colocam Cruz mais à direita em questões como a israelo-palestina. Trump se diz neutro e defende um acordo de paz; seu rival quer que Jerusalém seja capital exclusiva de Israel. Mundo A18

Histórico de uma década é aliado do Palmeiras contra o Corinthians, às 16h

Esporte B1

SAMUEL PESSÔA

Descontentes devem ser unidos por maior eficiência do Estado

Mercado Pág. 7

Com cobertura da crise, Folha bate o recorde de audiência e assinatura digitais

Poder A11

EDITORIAIS Opinião A2

Leia "Expectativas", acerca de possível mudança de rumo na economia, e "Gambiarra pedagógica", sobre problemas na formação de professores.

FALE COM A FOLHA

Veja como entrar em contato com o serviço ao assinante, as editorias e a ombudsman fale.folha.com.br



CIRCULAÇÃO 332.631/dia (impressos + digitais)
AUDIÊNCIA 42.613.885 visitantes únicos/mês

ATMOSFERA Cotidiano B8

Tempo seco na capital
Mínima 19°C Máxima 32°C

SUBARU IMPREZA SEDAN.

MOTOR BOXER 2.0 COM INJEÇÃO MULTIPONTO SEQUENCIAL.

O ÚNICO SEDAN COM SANGUE DE RALLY NAS VEIAS.

ENTRADA DE 60%
R\$ 104.900 TAXA 0%
SALDO DE 24X SEM JUROS



Veja na página 5.

Consumer Reports

SUBARU. Destaque entre as marcas que fazem os melhores carros*.

MARCAS	RECOMENDAÇÃO
SUBARU e Audi	100%
Lexus	88%
Porsche e BMW	60%

SUBARU. SEGURANÇA EM MOVIMENTO.

A única marca no mundo com todos os modelos classificados com o "Top Safety Pick" por 3 anos consecutivos.

Pedestre, use sua faixa.



FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921 - PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

Presidente: LUIZ FRIAS

Diretor Editorial: OTAVIO FRIAS FILHO

Superintendentes: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES E JUDITH BRITO

Editor-executivo: SÉRGIO DÁVILA

Conselho Editorial: ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO, JANIO DE FREITAS, CLÓVIS ROSSI, CARLOS HEITOR CONY, GELSO PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES, LUIZ FRIAS E OTAVIO FRIAS FILHO (secretário)

Diretoria-executiva: MARCELO BENEZ (comercial), MURILO BUSSAB (circulação), MARCELO MACHADO GONÇALVES (financeiro) E EDUARDO ALCARO (planejamento e novos negócios)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Decisão da Câmara

Votação sobre impeachment de Dilma, seja qual for o resultado, não resolverá impasse político, moral e econômico do país

Seria exagerado dizer que a crise vivida pelo país neste momento é a mais grave de sua história.

Para lembrar apenas dois exemplos, a que teve seu desfecho no suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, e a que resultou em duas décadas de ditadura militar, em 1964, conheceram desdobramentos que, hoje, nem os mais pessimistas haveriam de prever.

Em nenhum instante, contudo, foram tão grandes a impressão de complexidade, a carga de paradoxos, a variedade de alternativas e atitudes que a situação vem trazer aos olhos dos brasileiros.

Neste domingo (17), a Câmara dos Deputados vota o impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT). Já representa uma simplificação, entretanto, apresentar assim a decisão a ser tomada. Embora na prática seja disso que se trata, do ponto de vista jurídico e institucional a descrição é inexata.

Trata-se de votar a autorização para a abertura de um processo por crime de responsabilidade da presidente, a ser ainda examinado, em caso de vitória da oposição, pelo Senado Federal —num prazo que deveria ser abreviado tanto quanto possível.

Ainda que de ordem processual, o esclarecimento serve para indicar o grau de minúcia das discussões em curso — e que contrastam com a simples e precisa percepção da ampla maioria dos brasileiros: o governo Dilma Rousseff acabou.

Está exaurido pela própria incompetência política, pelo incomparável desastre econômico que criou, pelo desvelamento de todo o sistema de corrupção que o PT instaurou no centro do poder. O país definha, e a presidente e seu partido são responsáveis por isso.

O PIB recua, a inflação corrói salários, o desemprego aumenta, o crédito diminuiu; nenhum desses efeitos ocorreu sem que o dedo de Dilma estivesse entre as causas. Seu apetite intervencionista e sua inépcia gerencial arruinaram estatais como Petrobras e Eletrobras e afugentaram investidores.

Se a certa altura da caminhada Dilma insinuou uma tímida correção de rumos, já era tarde. A oposição fez tudo para barrar suas esporádicas tentativas de reconduzir a economia na direção da boa administração das contas públicas.

Entre os mais ferozes adversários da presidente contam-se figuras políticas notórias pelo envolvimento em diversos escândalos de corrupção, para não mencionar apenas a Operação Lava Jato. Tem-se o mais escarado exemplo no presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

Sobrevivendo no cargo por obra de expedientes que desafiam a credulidade, a paciência e a decência da sociedade, esse réu da Lava Ja-

to surge, até segunda ordem, como um dos vencedores prováveis da batalha do impeachment.

Enquanto isso, o vice-presidente Michel Temer (PMDB), com sua própria eleição contestada no Tribunal Superior Eleitoral e dirigindo uma agremiação habituada às mais rasteiras práticas políticas, prepara-se para assumir o poder. O quadro lembraria, para utilizar as palavras do poeta inglês Percy Bysshe Shelley (1792-1822), o da “hipocrisia cavalgando um crocodilo”, não fossem igualmente grotescos, mentirosos e reptilianos os protestos de inocência que Lula e seus coadjuvantes reclamam para si.

Sem dúvida uma vitória do impeachment neste domingo significará, para a expressiva maioria dos brasileiros, a justa punição de um governo que, na incompetência, na arrogância e no delírio de seu próprio isolamento, destruiu a economia, afundou-se na corrupção e escarneceu das instituições.

Se o afastamento da presidente vier a ser confirmado, todavia, ele não representará de imediato a resolução da crise política, econômica e moral em que o país se acha.

Fundado em premissas jurídicas em alguma dose contestáveis, o processo de impeachment é uma medida traumática, projetando para o futuro divisões e inconformismos que em nada contribuem para a travessia, a tudo crer longa, do grave momento econômico.

Em vez desse recurso extremo, melhor seria a realização de eleições presidenciais ainda neste ano. Nos termos da Constituição, ela seria convocada em caso de renúncia da presidente e de seu vice —atitude dupla que esta **Folha** defende.

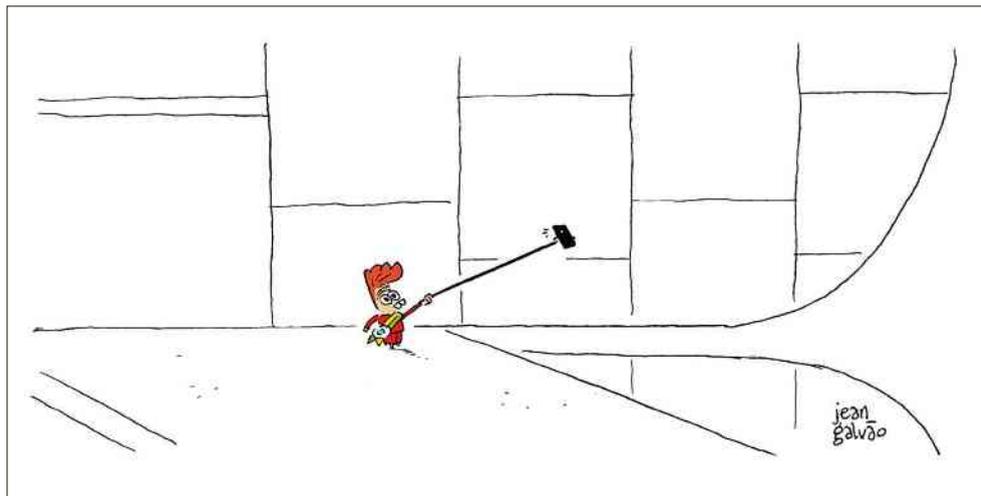
São muitos os desafios que se oferecem ao país, seja qual for o resultado da votação na Câmara, e o governo precisará de renovadas doses de legitimidade para vencê-los. Salvar a economia é a prioridade, mas não será fácil.

Alimentam-se, de um lado, resistências a medidas inadiáveis de restrição nos gastos públicos. De outro, promoveram-se ilusões demagógicas de que a sociedade não iria “pagar o pato”, sendo clara, no entanto, a necessidade de aumentar impostos a fim de restaurar finanças públicas que se aproximam do colapso.

A corrupção, por sua vez, não será vencida num lance parlamentar. Cresce, além disso, o temor de que um governo peemedebista venha a tentar desarmar a máquina investigativa da Polícia Federal e do Ministério Público Federal, capaz de atingir muitos dos que hoje se pavoneiam na oposição.

Nenhum desses desafios será superado a curto prazo, e de nada ajudarão um clima de exaltação partidária ou eventuais tentativas de abafar a Lava Jato —algo que os brasileiros jamais admitirão.

A crise tem de ser encarada com equilíbrio, com espírito crítico e esperança construtiva —atitudes que esta **Folha**, ao longo de todo o processo, tem-se esforçado e se esforçará por manter.



HÉLIO SCHWARTSMAN

O Brasil mostra sua cara

SÃO PAULO - O caso da fosfoetanolamina é a cara do Brasil.

Durante mais de duas décadas, um pesquisador da principal universidade do país distribuiu a pacientes de câncer pílulas de uma molécula que ele sintetizara e que acreditava combater a insidiosa moléstia.

Nesse tempo todo, ele não se preocupou em desenhar um estudo para estabelecer com algum rigor científico se a droga é eficaz. A universidade, em cujos laboratórios a fosfoetanolamina era produzida, tampouco se incomodou. Não era só a eficácia do fármaco que não fora determinada mas também sua segurança.

Relatos anedóticos da “pílula do câncer” se espalharam e, depois que o pesquisador se aposentou e a produção e distribuição da droga foram interrompidas, pacientes procuraram a Justiça para voltar a recebê-la. O Judiciário, sem nenhuma prova de o produto funcionava, é bom frisar, deu razão aos doentes e obrigou a USP, que não é exatamente uma indústria farmacêutica, a seguir com

a fabricação e entrega das pílulas.

Quando o caso ganhou as manchetes dos jornais, médicos e cientistas apontaram todos os absurdos que havia no processo, que o poder público não pode, fora do contexto de ensaios clínicos, custear e distribuir drogas sobre as quais não existem evidências de que funcionem. Este foi o único lampejo de bom senso.

Aí vêm os políticos. O que fizeram? Em tempo recorde, parlamentares aprovaram uma lei que diz que, no caso da fosfoetanolamina, não precisamos dar atenção a detalhes como eficácia, segurança ou procedimentos. Já que a droga caiu no gosto popular, ela pode ser prescrita em escala comercial, antes de passar por testes. É o triunfo do pensamento mágico sobre o método científico.

Surge então uma presidente preses a sofrer impeachment e, contrariando todos os pareceres técnicos e conselhos da comunidade científica, sanciona a lei. Depois ainda perguntam por que o país não dá certo.

helio@uol.com.br

BERNARDO MELLO FRANCO

O voto não é um detalhe

BRASÍLIA - Às vésperas da Copa de 1994, o técnico Carlos Alberto Parreira declarou que o gol era só um detalhe. A frase espantou os torcedores —afinal, o gol é o momento que mais importa no futebol. Apesar de Parreira, a seleção conquistou o tetracampeonato mundial.

Na discussão do impeachment, os políticos têm falado muito em cargos, verbas, lealdades e traições. Poucos se lembram do eleitor, que expressou sua vontade nas urnas e agora vive num país paralisado pela disputa extemporânea de poder.

Na democracia, o voto não é só um detalhe. Dilma Rousseff está na Presidência porque foi reeleita por 54.501.118 brasileiros em 2014. Como diz o comentarista, a regra é clara: governa quem recebe mais votos. A interrupção do mandato presidencial é uma punição mais grave que um cartão vermelho. Só deve ser aceita no jogo quando há prova clara de crime de responsabilidade.

O impeachment não pode ser um atalho para chegar ao poder sem o

voto popular. Nem por vices que desejam mudar de cadeira, nem por candidatos derrotados nas urnas. Governantes ruins devem ser enxotados pelo povo na eleição seguinte. Este era o caminho mais provável de Dilma e do PT, que cavaram juntos o buraco da recessão.

Nos últimos tempos, passamos a ouvir que o país não pode esperar até 2018. “A economia não aguenta”, repetem os porta-vozes do impeachment. Curiosamente, eles não costumam perguntar se a democracia brasileira aguenta mais uma ruptura do calendário eleitoral.

Seja qual for a decisão da Câmara hoje, um dos piores legados desta crise será a ideia de que o voto não basta. Os próximos presidentes assumirão sem a certeza de que ficarão quatro anos, como estabelece a Constituição. Quando o Congresso quiser, e a maioria do empresariado apoiar, o caminho para derrubar o governo estará aberto. Encontrar uma fundamentação legal, como as pedaladas, será só um detalhe.

CARLOS HEITOR CONY

Crime, corrupção e incompetência

RIO DE JANEIRO - A fome e o apetite pelo poder não são novidade. Simultaneamente trágico e ridículo, sempre foi assim. Suetônio, em “A Vida dos doze Césares”, é ao mesmo tempo biógrafo da Roma imperial e das misérias da luta pelo poder.

Ao longo da história, com raras exceções, os exemplos são suculentos e até monótonos. No tempo dos Césares o problema era mais simples e rápido. O sucessor matava o antecessor, às vezes com o auxílio da própria mãe que desejava para seu filho não apenas o poder, mas a glória de dominar o mundo.

No Brasil, não sei se para melhor ou pior, ainda não atingimos essa perfeição que no fundo é mais barata, profílica e rápida. Nos últimos meses, e até pelo menos dois anos, a sucessão costuma provocar uma guerra civil em escala menos sangrenta. É de admirar que só tivemos um impeachment e a ameaça de outro que deverá se consumir neste domingo.

Golpes tivemos muitos e inexoravelmente teremos outros. O Brasil é useiro e vezeiro em repetir seus erros em quase todos os departamentos da administração pública. No caso de agora, escrevendo esta crônica dois dias antes da onça beber água, recuso-me a dar qualquer tipo de previsão. Não estou interessado “em mudar para continuar o mesmo” — recentemente lembrei esta frase de Tomasi di Lampedusa (“Il gattopardo”).

Pessoalmente, lamento a situação a que chegamos. No caso de Collor o motivo foi a corrupção. No caso de Jango foi a deposição por motivos ideológicos em plena Guerra Fria, não foi um impedimento, mas um golpe de militares que estavam mergulhados na paranoia do anticomunismo.

O impeachment que hoje será decidido terá como base um crime de responsabilidade e uma sucessão de escândalos que nunca houve antes neste país. Na verdade, se for depositado, será pela incompetência.

HENRIQUE MEIRELLES

Retomada

Independentemente do resultado do processo de impeachment, o país precisa tomar as medidas necessárias para estancar a queda na atividade e retomar o crescimento. Já desperdiçamos os últimos cinco anos e, quanto mais tardarmos em reverter o quadro atual, mais difícil será a retomada.

Por trás do intenso debate, é necessário definir agenda mínima de ações para recuperar a confiança, estabilizar a economia no curto prazo e, a partir daí, atuar para que o país volte a crescer e a melhorar o padrão de vida da população.

Há dois passos fundamentais nesse processo. O primeiro é a eliminação das incertezas sobre a solvência futura do Estado, condição necessária à restauração da confiança e, a partir dela, a retomada e o uso pleno da capacidade produtiva. Com isso, estarão dadas as bases para a retomada da atividade, gerando emprego, renda e demanda por crédito. O passo seguinte é criar condições estruturais ao aumento dos investimentos e da produtividade, tão abalados nos últimos anos. É essencial introduzir regras de investimento em infraestrutura, especialmente transporte e energia, baseadas na livre competição e na previsibilidade.

É preciso ainda atacar de forma organizada e clara os entraves ao bom funcionamento da economia para que as medidas nesse sentido sejam facilmente percebidas pela classe política e a população. Hoje, por exemplo, o crescente número de empresas em recuperação judicial enfrenta dificuldades enormes para sair dessa situação por inconsistências na lei, que muitas vezes inviabilizam o propósito da recuperação. Com os ajustes necessários, porém, essas empresas poderão, dentro do movimento de retomada econômica, sair do processo de recuperação com sucesso e voltar a produzir, crescer e aumentar a oferta de bens e serviços, gerando emprego e viabilizando o consumo.

Essas e outras mudanças normativas e legais, como a simplificação tributária, poderão fazer a máquina de produção do país voltar a funcionar a pleno vapor.

Mas, antes, teremos de endereçar com determinação a questão fundamental que é criar condições para reverter a trajetória preocupante de aumento da dívida pública, sinalizando a todos que o Estado brasileiro é solvente a médio e longo prazo. Isso passa pela racionalização de despesas e a implementação de reformas como a da Previdência, dentro de um caminho que sinalize à sociedade que há luz no final do túnel.

Não se trata de simplesmente cortar despesas públicas, mas organizar e definir prioridades orçamentárias, de maneira a deixar bem claro à sociedade que o país vai crescer, criar empregos e, em última análise, melhorar o padrão de vida da população.

HENRIQUE MEIRELLES escreve aos domingos nesta coluna.

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921 - PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

Presidente: LUIZ FRIAS

Diretor Editorial: OTAVIO FRIAS FILHO

Superintendentes: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES E JUDITH BRITO

Editor-executivo: SÉRGIO DÁVILA

Conselho Editorial: ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO, JANIO DE FREITAS, CLÓVIS ROSSI, CARLOS HEITOR CONY, CELSO PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES, LUIZ FRIAS E OTAVIO FRIAS FILHO (secretário)

Diretoria-executiva: MARCELO BENEZ (comercial), MURILLO BUSSAB (circulação), MARCELO MACHADO GONÇALVES (financeiro) E EDUARDO ALCARO (planejamento e novos negócios)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Governo novo

Embora os delitos cometidos não sejam irrefutáveis, todo o processo de impeachment foi constitucional; a Temer cabe agora governar de fato

Consumou-se, enfim, o impeachment de Dilma Rousseff (PT). Por 75% dos votos, o Senado tornou definitivo o afastamento da presidente determinado em 17 de abril pela Câmara, na qual 71% dos deputados haviam votado por suspender a mandatária e levá-la a julgamento —ambas maiorias superiores aos dois terços exigidos em lei.

O processo decorreu em estrita obediência à Constituição, assegurado amplo direito de defesa e sob supervisão de suprema corte insuspeita. As acusações de fraude orçamentária, porém, embora pertinentes enquanto motivo para impeachment, nunca se mostraram irrefutáveis e soaram, para a maioria leiga, como tecnicidade obscura —e, para uma minoria expressiva, como pretexto de um “golpe parlamentar”.

Esta **Folha** teria preferido, como manifestou diversas vezes, que a extrema gravidade da crise e o inconformismo da sociedade houvessem conduzido à renúncia da chapa eleita em 2014 ou a sua impugnação, caso confirmados na Justiça os indícios de crime eleitoral. Isso levaria à realização de eleições diretas, única forma de conferir legitimidade incontestada ao novo governo. Raramente, no entanto, cenários ideais se concretizam em política.

Michel Temer (PMDB) é o sucessor legal da ex-presidente Dilma Rousseff e está investido, até

prova em contrário, da legitimidade formal para governar o país até dezembro de 2018.

A decisão do presidente do Supremo Tribunal Federal e do julgamento, Ricardo Lewandowski, de dissociar a perda do mandato e a inabilitação para exercer cargo público deu ao Senado ensejo para poupar a ex-presidente desta última sanção, quando, em segundo escrutínio, não se alcançou a maioria de dois terços.

Essa conduta pode traduzir falta de convicção condenatória ou desejo de desarmar espíritos, mas viola o parágrafo único do artigo 52 da Constituição, que prescreve a inabilitação como consequência automática da perda do mandato. O destino de Dilma Rousseff, entretanto, é agora assunto privado, conforme seu governo, um dos piores da história nacional, desaparece de vez para ser recolhido aos livros de história.

A prioridade máxima da administração agora confirmada é a recuperação de uma economia em frangalhos. Para tanto, é preciso abandonar as hesitações da interinidade e adotar, como sugeriu o próprio Temer em suas primeiras falas como governante efetivo, atitude mais corajosa e firme. É mandatário que o presidente emita sinais convincentes de que não será candidato a ficar no cargo em 2018.

É, sobretudo, imperativo aprovar no Congresso os projetos de reforma econômica —teto para o gasto público e revisão nas regras da Previdência— que se configuram como alavancas sem as quais o Brasil não emergirá da recessão calamitosa em que atolou há dois anos.

Fresta de oportunidade

Quis o acaso que o afastamento definitivo de Dilma Rousseff (PT) da Presidência pelo Senado coincidissem com a divulgação de uma estatística que resume seu fracasso no governo: o sexto trimestre seguido de retração do PIB, algo sem registro na história do país.

Desde que a recessão atual se iniciou, no começo de 2014, a economia encolheu 7,9%, pior desempenho entre as principais economias do mundo. A retração de 0,6% observada no segundo trimestre (em comparação com o anterior), porém, indica que pode estar em curso uma estabilização.

Depois de amargar um colapso de 26% ao longo de dez trimestres consecutivos, os investimentos avançaram, ainda que modesto 0,4%. A produção industrial já mostrou alta de 1,2%.

É um sinal importante, e vem acompanhado de rápida recuperação dos indicadores de confiança na indústria, no comércio, nos serviços e até na construção civil. Mas permanecem vários obstáculos estruturais para uma retomada consistente.

Na terça-feira (30) divulgou-se novo aumento do desemprego, de 11,3% para 11,6%. São agora 11,8

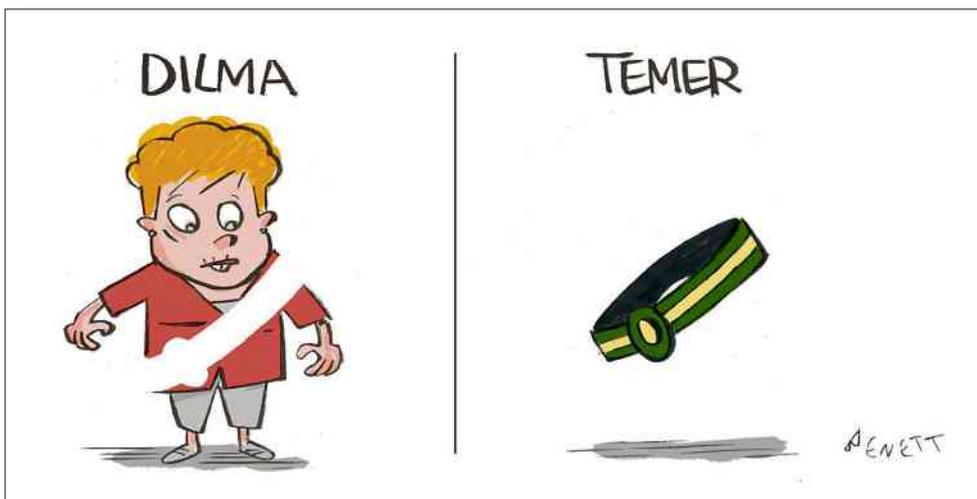
milhões de brasileiros sem trabalho. Entre os empregados, a renda apresentou perda de 3,1% (valor ajustado pela inflação) entre julho de 2015 e julho de 2016. Não por acaso, verificou-se, nos dados do PIB, retração no consumo.

A retomada ainda depende de reformas que reduzam o risco de insolvência do Estado, como a imposição de um teto para os gastos públicos e uma revisão das normas da Previdência.

O teto demandará esforço especial de convencimento quanto às despesas com saúde e educação. Não será mais possível ampliá-los na proporção do crescimento da receita, e caberá mostrar ao país que não serão esmagadas pela expansão contínua de outras rubricas.

Para pedir sacrifícios da sociedade, o governo precisará conter salários e benefícios dos estratos superiores do funcionalismo, assunto em que o presidente Michel Temer (PMDB) até agora tergiversou. Subsídios a grandes empresas também devem ser reduzidos.

Se Temer falhar em convencer o país de que é capaz de combinar equilíbrio orçamentário com justiça social, sua gestão e sua legitimidade serão rapidamente erodidas.



ROBERTO DIAS

Corra, Temer, corra

SÃO PAULO - “Estamos no sétimo dia útil de governo e às vezes parece que foram anos.” Esse foi Henrique Meirelles, aquilo era maio, e isso bem poderia abrir um discurso do Estado da União se ele existisse por aqui.

O novo velho governo precisará provar que é melhor do que o que o antecedeu. Até agora, a aprovação popular a Michel Temer não difere muito da de Dilma Rousseff.

A história reúne métricas das mais díspares para avaliar um líder político. Há monarcas que demonstravam força pelos fusos horários de seus domínios, e presidentes que fizeram seu nome com sucessivas reeleições.

Abaixo da unidade “um mandato”, como no caso de Temer, a escala da régua vem em dias —ele somará 963 deles até o fim de 2018.

Pouco tempo? Tudo é sempre relativo. Trata-se de período muito parecido ao de John Kennedy, que governou por 1.036 dias. Nesse intervalo, teve sangue frio (e sorte) para evitar que o mundo fosse daquela para pior na crise dos mísseis nucleares. Aca-

bou por virar um dos mais populares presidentes da história dos EUA.

Aqui no Brasil, Getúlio Vargas precisou de período muito parecido (976 dias) após a eleição em 1950 para duas importantes criações: a Petrobras e o que veio a ser o BNDES.

Caso mais próximo ao atual, por motivos óbvios, é o de Itamar Franco. Foi um governo de 820 dias, sempre lembrado pelo Fusca, por Lillian Ramos e pelos alta rotação de ministros da Fazenda (seis). Mas foi nele que se formulou o Plano Real.

Criada e moída pelo “sistema”, Dilma agora é história. O processo de impeachment está encerrado, e entramos no primeiro dia útil inteiro de Temer como presidente sem acréscimo de adjetivo. Ao mesmo tempo trata-se do 113º dia do governo Temer. E Temer nem presidente em exercício é, pois tomou um avião durante a noite rumo à China. Com 75 anos, o mais velho presidente da história do Brasil começou voando, mas deveria mesmo é correr.

roberto.dias@grupofolha.com.br

BERNARDO MELLO FRANCO

O dia seguinte

BRÁSILIA - Após nove meses de processo, o Senado condenou Dilma Rousseff ao impeachment. A primeira mulher a governar o país virou um retrato na galeria de ex-presidentes. Sua cadeira foi ocupada por Michel Temer, o vice que articulou uma aliança parlamentar para derrubá-la.

Pela terceira vez, o PMDB chega ao Planalto sem passar pelas urnas. O novo presidente deve o cargo aos 61 senadores e 367 deputados que o alçaram ao poder. Sem a força do voto popular, terá que saciar os apetites do Congresso para enfrentar a recessão e cumprir a promessa de “recolocar o Brasil nos trilhos”.

A agenda econômica será o principal desafio do dia seguinte ao impeachment. Temer perdeu a desculpa da interinidade, sacada para justificar cada concessão à ganância. Se não aprovar reformas em tempo hábil, ele corre o risco de ser abandonado pelos mesmos atores que patrocinaram sua ascensão ao governo.

A superação da crise é a única saída para o novo presidente se tornar

menos impopular que o antecessora. A boa vontade do mercado não resolverá tudo. O Planalto terá que obter apoio da sociedade a seu plano, que prevê cortes de direitos trabalhistas e redução do gasto social.

A aposta em “medidas impopulares” pode reagrupar a esquerda, que buscava uma bandeira para ressurgir das cinzas deixadas por Dilma. Ela sugeriu um mote no discurso de despedida, ao prometer uma oposição “firme, incansável e energética” ao “governo golpista”.

Entre muitas incertezas pela frente, está o futuro da Lava Jato. Num diálogo famoso, dois barões do PMDB defenderam a queda da presidente como um atalho para frear a operação, que ameaça implodir os maiores partidos brasileiros. “Tem que mudar o governo para estancar essa sangria”, disse Romero Jucá.

Dos 13 senadores investigados, 10 votaram pelo impeachment. Os próximos meses mostrarão se eles se iludiram ou se estamos diante de um “grande acordo nacional”.

MARCO AURÉLIO CANÔNICO

Paes, o cabo eleitoral

RIO DE JANEIRO - A disputa pela Prefeitura do Rio começou com a revelação de que o prefeito Eduardo Paes não é exatamente um cabo eleitoral dos sonhos.

Questionados pelo Datafolha, 61% dos eleitores cariocas entrevistados responderam que não votariam “de jeito nenhum” em um candidato apoiado por Paes. Apenas 10% definiriam o voto seguindo a recomendação do peemedebista.

A insatisfação não parece estar ligada à avaliação que a população faz da gestão municipal. Os quase oito anos de governo Paes são classificados como “regular” pela maioria dos entrevistados (42%). Outros 31% consideraram “ótimo/bom” e 26%, “ruim/péssimo”. A nota média de sua gestão é 5,4.

Uma explicação possível é que a conhecida loquacidade de Paes vem trabalhando contra ele nos últimos meses, graças ao vazamento de algumas de suas manifestações bem pouco políticas —e a pesquisa foi

feita antes do fiasco mais recente, o do vídeo em que constrange com comentários sexuais uma moradora de comunidade.

É bem verdade que o alcaide carioca não é o único apoio tóxico nestas eleições. Seu correligionário e agora presidente de fato, Michel Temer, causa ainda mais repulsa se aparecer no santinho do candidato: 68% fugiriam do apoiado na hora. Lula, outrora bola de segurança da oposição, tampouco se sai melhor —64% rejeitariam um prefeito com seu apoio.

Há ainda o fato de que o candidato de Paes, o deputado federal Pedro Paulo, não é exatamente figura popular. Bem menos conhecido do que os competidores que aparecem à sua frente, ele lidera em rejeição (28%), embora empatando dentro da margem de erro. Pesa aí, sem dúvida, o fato de ser mais reconhecido pela acusação —já arquivada pelo STF— de bater em sua ex-mulher do que por seu trabalho.

marco.canonico@grupofolha.com.br

MATIAS SPEKTOR

Uma alternativa

O antipetismo acorda nesta quinta (1º) com a sensação de página virada. Depois de treze anos, a troca definitiva de governo estaria abrindo, por si só, um capítulo novo e melhor na vida do país. Empossado o novo presidente, bastaria dar tempo ao tempo.

Essa tendência à acomodação e ao marasmo é perigosa, pois vivemos um momento de verdadeira emergência nacional. Encerrar a crise política instalada pelo processo de impeachment é condição necessária para avançar, mas está longe de ser suficiente.

Esse drama pode ser visto em todas as áreas da vida pública. Na área externa não é diferente.

O governo Temer já começou a revisar as ênfases diplomáticas do PT, e sua primeira viagem internacional promete inaugurar um novo estilo na condução dos negócios estrangeiros.

Ninguém sabe, porém, até que ponto o governo pretende atualizar a doutrina brasileira de política externa. Esse esforço de modernização é essencial porque a estratégia internacional dos últimos anos, com seus êxitos e fracassos, encontra-se esgotada.

A atuação do Brasil no exterior demanda oxigenação tão profunda quanto urgente.

A adaptação da política externa será uma tarefa difícil: não há consenso sobre o que fazer, nem recursos disponíveis para grandes empreitadas. A tendência da comunidade responsável por pensar o lugar do Brasil no mundo, nos setores público e privado, é manter-se escorada nos velhos paradigmas.

O exercício de reflexão estratégica, se acontecer um dia, identificará de maneira precisa os problemas que afligem o Brasil no mundo. Daí, surgirá uma visão mais moderna e melhor equipada para lidar com os desafios ao redor.

Um exemplo é a inserção econômica do Brasil no mundo: os dogmas que governam o comportamento diplomático nessa área tendem a ser anacrônicos, além de perversos, já que beneficiam poucos grupos com acesso privilegiado às altas rodas do governo, em detrimento da maioria.

Outra ilustração é nossa estratégia regional. Há trinta anos, o Brasil criou e financiou instituições dedicadas a unir a América do Sul ao seu redor. Depois de enorme êxito inicial, o projeto empacou. Somente um exercício de criatividade permitirá tirá-lo do atoleiro.

O mesmo vale para a governança global. Por meio de coalizões de países emergentes, o Brasil ensaiou um projeto para reformar regras e organismos internacionais, reduzindo a influência dos países mais poderosos. Esse projeto, tão valioso, teve ganhos iniciais, mas hoje está paralisado. Se quisermos uma multipolaridade benigna, precisaremos de uma nova abordagem.

O governo encerrado ontem deixou uma doutrina de política externa ambiciosa, porém caduca. Urge conceber a boa e necessária alternativa.

MATIAS SPEKTOR escreve às quintas-feiras nesta coluna.



FOLHA DE S. PAULO

CORTESIA PARA DIRETORIA



Diário de Redação: Rua Princesa Isabel, 210 - São Paulo, capital, São Paulo, 1992 - Expediente: Diário (Brasil) - Ano 72 - Nº 21.895 - R. Beneficente Lins, 425 - C. P. 1.800.80



Isolado pelo 'Collorgate', presidente tenta salvar o mandato hoje na TV

EDITORIAL

Renúncia já

Com opositores resistentes, os desdobramentos do caso FIC fazem a situação do presidente de governo, a situação política do país, a situação econômica, o equilíbrio orçamentário e a estabilidade institucional.

O presidente Collor não possui, hoje, condições de governar o país. A situação política do Brasil encontra-se em estado de crise. A situação econômica é grave. O equilíbrio orçamentário não está sendo alcançado. A situação institucional é precária. O presidente Collor não possui, hoje, condições de governar o país.

Por isso, a renúncia do presidente Collor é uma exigência da opinião pública. A renúncia do presidente Collor é uma exigência da opinião pública.

Trata-se de uma situação grave de insegurança de instabilidade de governabilidade do país. A situação política do Brasil encontra-se em estado de crise. A situação econômica é grave. O equilíbrio orçamentário não está sendo alcançado. A situação institucional é precária. O presidente Collor não possui, hoje, condições de governar o país.

Collor não consegue mais governar. Sua renúncia é uma exigência da opinião pública. A renúncia do presidente Collor é uma exigência da opinião pública.

A situação política do Brasil encontra-se em estado de crise. A situação econômica é grave. O equilíbrio orçamentário não está sendo alcançado. A situação institucional é precária. O presidente Collor não possui, hoje, condições de governar o país.



O presidente Fernando Collor em sessão no Parlamento



Reunião do PFL em São Paulo para discutir o caso Collor

O presidente Fernando Collor de Mello tenta reagir hoje ao isolamento que sofreu recentemente, a 30 meses de sua primeira gira e fim. Ele provavelmente em estado de tensão e incômodo. Ele tenta explicar a situação de desconfiança da opinião pública e a situação econômica do país. Ele tenta explicar a situação econômica do país.

PFL exige explicação convincente

Depois de mais de três meses de isolamento, o presidente Collor tenta reagir hoje ao isolamento que sofreu recentemente. Ele tenta explicar a situação de desconfiança da opinião pública e a situação econômica do país.

Impedimento para política jurídica

O impedimento do presidente Collor para a política jurídica é uma situação grave. Ele tenta explicar a situação de desconfiança da opinião pública e a situação econômica do país.

Bolsas têm maior queda do ano

As bolsas de valores de São Paulo tiveram uma queda de mais de 10% em 1990. Isso se deve à situação econômica do país e à situação política do Brasil.

